



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

PATRICIA LUIZA EBERHARDT

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSO PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA, JUNTO AO PROGRAMA NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, NO TERRITÓRIO DA
CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU/PR**

LARANJEIRAS DO SUL

2018

PATRICIA LUIZA EBERHARDT

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSO PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA, JUNTO AO PROGRAMA NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, NO TERRITÓRIO DA
CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU/PR**

Trabalho do curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal da Fronteira Sul, realizado
como requisito parcial de aprovação para a
disciplina de Monografia II.

Orientadora: Dr^a Janete Stoffel.

LARANJEIRAS DO SUL

2018

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Eberhardt, Patricia Luiza
Análise das condições de acesso para a produção agroecológica, junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR / Patricia Luiza Eberhardt.
-- 2018.
108 f.:il.

Orientadora: Drª Janete Stoffel.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências Econômicas, Laranjeiras do Sul, PR , 2018.

1. Agricultura Familiar. 2. Políticas Públicas. 3. Pronaf. I. Stoffel, Janete, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

PATRICIA LUIZA EBERHARDT

ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE ACESSO PARA A PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA, JUNTO AO PROGRAMA NACIONAL DE
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, NO TERRITÓRIO DA
CIDADANIA CANTUQUIRIGUAÇU/PR

Trabalho de graduação apresentado
como requisito para obtenção de grau de
Bacharel em Ciências Econômicas da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Trabalho de graduação foi defendido e aprovado pela banca em: 3 18 / 2018

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Vanete Stoffel - UFES
Orientadora



Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli - UFES



Prof. Dr. Joaquim Gonçalves da Costa - UFES

Dedico esse trabalho a Deus, a meu pai Luiz Otavio Eberhardt, minha mãe Marli Dombroski Eberhardt e minha irmã Priscila Maria Eberhardt que sempre me apoiaram e me motivaram a estudar.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus por me fortalecer e me inspirar nos momentos mais difíceis da minha vida. A meu pai Luiz Otavio Eberhardt, minha mãe Marli Dombroski Eberhardt e minha irmã Priscila Maria Eberhardt por me apoiar nesta jornada e por sempre estar ao meu lado quando tinha dificuldades durante a graduação, os quais me motivavam e mostravam o caminho certo que deveria seguir. A minha orientadora Dr^a Janete Stoffel por não ter desistido de mim, mesmo com as minhas limitações, sempre me apoiando e incentivando a continuar com minha pesquisa. A professora de letras Juliana Oleinik Gimbariski por ter realizado as revisões de português do trabalho. Aos meus amigos por estarem ao meu lado e me ajudarem quando precisei. Ao Programa de Educação Tutorial (PET)/Conexões de Saberes: Políticas Públicas e Agroecologia, por me oportunizar momentos de aprendizado que levarei para toda a minha vida. Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pela bolsa que me deu suporte para as minhas atividades de pesquisas do PET durante a graduação.

RESUMO

As políticas públicas são importantes intervenções estatais para diferentes questões sociais, econômicas e ambientais. No caso do meio rural o incentivo para seu desenvolvimento é favorecido pelas políticas públicas, como aquelas que tratam de subsídios ou crédito destinado para os agricultores familiares. O crédito rural, criado em 1960 favorecia os agricultores patronais, o que levou à organização de movimentos em defesa dos trabalhadores rurais e agricultores familiares. Em consequência é criado em 1994 o Provape (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural). Em 1996 foi instituído o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Desde então foram criadas e desenvolvidas linhas de financiamento dentro do programa, destinadas à modernização da agricultura, produção sustentável e inclusão social. Em relação às linhas direcionadas à produção sustentável, podem ser destacados as linhas do Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia e Pronaf. Entretanto, o que se observa é um baixo acesso a essas linhas em comparação com as linhas convencionais. Neste contexto, o estudo aqui apresentado se propõe a investigar quais as condições de acesso para a produção Agroecológica, junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu? Os objetivos específicos aos quais se propõe alcançar são: a) caracterizar o crédito rural, direcionado para a agricultura familiar, disponível no Brasil a partir de 1996, com ênfase no Pronaf; b) identificar os volumes de crédito rural, direcionados para a agricultura familiar, no Brasil, Paraná e Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, a partir de 1996, destacando o Pronaf; c) analisar limites e potencialidades do Pronaf, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, destacando a linha do Pronaf Agroecologia. Em termos metodológicos foi utilizado o estudo descritivo-exploratório. Quanto à coleta de dados trata-se de estudo de caso, utilizando como amostra agricultores familiares e agentes de instituições financeiras. A análise dos dados é quantitativa quanto ao tratamento dos dados secundários referentes aos valores acessados pelo Pronaf e qualitativa na análise das respostas às entrevistas. Em relação aos resultados foi observado que a maioria dos agricultores familiares entrevistados demonstrou interesse em acessar ao Pronaf Agroecologia, mas por motivos como endividamento, desconhecimento, taxa de juro e burocracia optam por não fazê-lo. Nas entrevistas com os agentes de instituições financeiras os resultados foram semelhantes, pois esses, predominantemente, não possuíam conhecimento da linha voltada para a Agroecologia, indicando que as instituições ofertam, principalmente, linhas convencionais. Uma observação que se pode fazer é de que há falta de ação governamental fomentando a linha junto aos agentes financeiros para que disponibilizem esta opção de crédito. Foi constatado ainda, nas instituições financeiras pesquisadas que não existe atuação em disponibilizar opções diferenciadas de créditos de acordo com o perfil dos agricultores familiares. Com base nas respostas dos agricultores familiares pesquisados e dos agentes financeiros constata-se a carência de atuação de um elo importante neste sistema que é a assistência técnica, a qual pode auxiliar o agricultor na elaboração de projeto e direcioná-lo para a linha mais adequada à sua realidade, bem como orientar quanto à necessidade e utilização dos recursos financeiros.

Palavra-chave: Agricultura Familiar. Políticas Públicas. Pronaf.

ABSTRACT

Public policies are important state interventions for different social, economic and environmental issues. In the case of the rural environment, the incentive for its development is favored by public policies, such as those dealing with subsidies or credit destined for family farmers. The rural credit, created in 1960, favored employers, which led to the organization of movements in defense of rural workers and family farmers. Therefore, the Provape (small Rural production valuation program) is created in 1994. In 1996, PRONAF (National program for the strengthening of family farming) was established. Since then, funding lines have been created and developed within the program, aimed at the Modernization of agriculture, sustainable production, and social inclusion. In relation to the lines directed to the Sustainable production, the Pronaf forest, Pronaf agroecology and Pronaf lines can be highlighted. However, what is observed is a low access to these lines compared to conventional lines. In this context, the study presented here proposes to investigate in which conditions of access to produce agroecological, contiguous to the national program for strengthening family farming, in the territory of Cantuquiriguaçu citizenship? The specific objectives to which it is proposed are: a) to characterize the rural credit, directed to family farming, available in Brazil from 1996 onwards, with emphasis on PRONAF; b) Identify the volumes of rural credit, directed to family farming, in Brazil, Paraná and territory of citizenship Cantuquiriguaçu, from 1996, highlighting the PRONAF; c) to analyze the limits and potentialities of Pronaf, in the territory of citizenship Cantuquiriguaçu, highlighting the line of Pronaf agroecology. In methodological terms, the descriptive-exploratory study was used. Concerning data collection is about the Case study, using as a sample family farmers and Agents of financial institutions. Data analysis is quantitative regarding the treatment of secondary data about the values accessed by PRONAF and qualitative in the analysis of responses to interviews. In relation to the results it was observed that most of the family farmers interviewed showed interest in accessing the Pronaf agroecology, but for reasons such as indebtedness, an absence of knowledge, interest rate and bureaucracy they choose to do not so. In the interviews with the agents of financial institutions the results were similar because these predominantly did not possess knowledge of the line geared towards agroecology, indicating that the institutions offer, mainly, lines Conventional. It remarks can be made is that there is a lack of governmental action fostering the line with the financial agents to make this credit option available. It was also found in the financial institutions surveyed that there is no performance in providing differentiated options of credits according to the profile of family farmers. Based on the responses of the surveyed family farmers and financial agents, there is a lack of action of an important connection in this system that is technical assistance, which can assist the farmer in the elaboration of the project and direct it to the line most suited to his reality, as well as to advise on the need and use of financial resources.

Keywords: Family farming, Public policies, Pronaf.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Média do consumo de agrotóxico kg por habitantes nos municípios da 5° Regional de Saúde, PR de 2011 a 2013.	28
Gráfico 2 - Evolução no valor total financiado (em valores nominais) pelas linhas do Pronaf de janeiro de 1999 a agosto de 2018.....	53
Gráfico 3 - Volume de crédito financiado pelos agentes financeiros no Brasil, 2017 a agosto de 2018.	73
Gráfico 4 - Números de estabelecimentos Agropecuários (em valores relativos) por produtos da lavoura temporária, 2017.	80
Gráfico 5 - Organização dos agricultores entrevistados em grupos no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2018.	84
Gráfico 6 - Formas mais utilizadas de comercialização pelos agricultores entrevistados, 2018.	86
Gráfico 7 – Percentual de agricultores entrevistados que acessam ao Pronaf (Custeio/Mais Alimentos), 2018.	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Mapa de intoxicação por uso de agrotóxico no Brasil de 2010 a 2011.....	27
Ilustração 2 - Passos da investigação da pesquisa sobre o Pronaf Agroecologia no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2018.	34
Ilustração 3 - Linha do tempo do Pronaf 1996 - 2018.....	56
Ilustração 4 - Processo de análise das linhas do Pronaf, 2018.	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação dos beneficiários do Pronaf, conforme grupos existentes em 2018.	19
Quadro 2 – Características dos modelos convencional e agroecológico de produção.	21
Quadro 3 - Diferenças entre a agricultura camponesa, empresarial e capitalista ou corporativa	24
Quadro 4 - Comparação entre o Enfoque produtivo e o Enfoque Agroecológico da produção agrícola.	25
Quadro 5 - Quadro síntese da metodologia	35
Quadro 6 - Histórico do surgimento das principais fontes de recursos do Pronaf de 1995 a 2008	54
Quadro 7 - Linhas de financiamento do Pronaf voltadas para as atividades de Custeio no Brasil em 2018.....	59
Quadro 8 - Linhas de financiamento do Pronaf voltadas para as atividades de Investimento em 2018.	61
Quadro 9 - Linhas de financiamento do Pronaf com foco social, 2018.	64
Quadro 10 - Linhas de financiamento do Pronaf com foco ambiental, 2018.....	69
Quadro 11 - Produção Agropecuária das UVPFs dos agricultores entrevistados do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2018.	85

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução dos recursos disponibilizados para a Agricultura Familiar e Agricultura Patronal, no Brasil durante os anos de 2000 a 2002, em valores nominais.....	42
Tabela 2 - Evolução dos recursos disponibilizados para a Agricultura Familiar e Agricultura Patronal, no Brasil durante os anos de 2003 a 2006, em valores nominais.....	44
Tabela 3 - Evolução dos recursos disponibilizados para a Agricultura Familiar e Agricultura Patronal, no Brasil, durante os anos de 2007 a 2010, em valores nominais.....	46
Tabela 4 - Evolução dos recursos disponibilizados para a Agricultura Familiar e Agricultura Patronal, no Brasil durante os anos de 2011 a 2014, em valores nominais.....	48
Tabela 5 - Evolução dos recursos disponibilizados para a Agricultura Familiar e Agricultura Patronal, no Brasil durante os anos de 2015 a 2016, em valores nominais.....	50
Tabela 6 - Contratos e valores do Pronaf Custeio no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.....	60
Tabela 7 - Contratos e valores do Pronaf Mais Alimento no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.....	62
Tabela 8 - Contratos e valores do Pronaf Cotas Partes no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.....	63
Tabela 9 - Contratos e valores do Pronaf Microcrédito no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.....	65
Tabela 10 - Contratos e valores do Pronaf Reforma Agrária no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.....	66
Tabela 11 - Contratos e valores do Pronaf Mulher no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.....	67
Tabela 12 - Contratos e valores do Pronaf Jovem no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.....	68
Tabela 13 - Contratos e valores do Pronaf Agroecologia no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.....	69
Tabela 14 - Contratos e valores do Pronaf Floresta no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.....	70
Tabela 15 - Contratos e valores do Pronaf Eco no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.....	70

Tabela 16 - Valores do crédito obtido em todas as linhas no Brasil de 2013 a agosto de 2018.	72
Tabela 17 - Contratos e valores, em termos nominais, do Pronaf Agroecologia no Brasil, Grandes Regiões e Estados, 2017 a agosto de 2018.....	74
Tabela 18 - Valores e quantidades do Pronaf Agroecologia acessados nos Municípios do Paraná de 2017 a agosto de 2018.....	75
Tabela 19 - Número de estabelecimentos agropecuários por financiamento/empréstimo nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2017.	78
Tabela 20 - Distribuição de frequência em escala 1 a 5 dos agricultores entrevistados do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2018.	83

LISTA DE ABREVIATURAS

Anater	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
Bacen	Banco Central do Brasil
CAIs	Complexos Agroindustriais
Ciapo	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
Cnapo	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CONDETEC	Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu
CPR	Cédula de Produtor Rural
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixo
FETAEP	Federações dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná
FetraF-Sul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LEC	Linha Especial de Comercialização
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEP	Prêmio para Escoamento de Produto
PET	Programa de Educação Tutorial
Planaf	Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Planapo	Plano Nacional de Agroecologia e produção orgânica
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Pnater	Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronat	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
Pronater	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PSR	Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural

PT	Partido dos trabalhadores
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS DO ESTUDO	23
1.2 JUSTIFICATIVA	23
2 METODOLOGIA DE PESQUISA	30
2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	30
2.2 UNIVERSO E AMOSTRA	31
2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	32
2.5 QUADRO SÍNTESE DA METODOLOGIA	35
2.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	35
3 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DE 1996.....	36
3.1 GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: MANDATO DE 1995 A 1998..	36
3.2 GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: MANDATO DE 1999 A 2002..	39
3.3 GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: MANDATO DE 2003 A 2006.....	42
3.4 GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: MANDATO 2007 A 2010	44
3.5 GOVERNO DILMA ROUSSEFF: MANDATO 2011 A 2014.....	46
3.6 GOVERNO DILMA ROUSSEFF E MICHEL TEMER: MANDATO 2015 A 2018	49
4 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E O ESTÍMULO À AGROECOLOGIA	53
4.1 UMA CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PRONAF.....	53
4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO DO PRONAF	57
4.2.1 Linhas de financiamento do Pronaf para atividades de Custeio	58
4.2.2 Linhas de financiamento do Pronaf para atividades de Investimento	60
4.2.3 Linhas de financiamento do Pronaf para atividades com foco social	63
4.2.4 Linhas de financiamento do Pronaf para a atividade com foco ambiental.	68

5 AS CONDIÇÕES DE ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES ÀS LINHAS DO PRONAF QUE ESTIMULAM A PRODUÇÃO AGROECOLÓGIA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DA CANTUQUIRIGUAÇU	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
APÊNDICES	105
APÊNDICE A: Roteiro da entrevista com os agricultores nos eventos.	105
APÊNDICE B: Roteiro para obter informações dos agentes financeiros.....	107
ANEXOS	108
ANEXO 1 – Terras e Territórios quilombolas, indígenas e da reforma agrária no Estado do Paraná, 2008.....	108

1 INTRODUÇÃO

O Crédito Rural é uma política agrícola brasileira adotada a partir de 1960. A intenção de sua implantação era incentivar o processo de modernização no meio rural, com o intuito de promover para os agricultores facilidades na obtenção de tecnologias e elevação nos volumes produzidos no campo (CASTRO, 2008). O crédito rural consiste em disponibilizar recursos financeiros para a agricultura, por meio de linhas de financiamento.

No período de 1960 a 1970 as políticas de crédito rural, destinadas ao meio rural, eram direcionadas à modernização da agricultura, de modo que visavam a beneficiar os setores capitalistas e a produção de *commodities* produzidas em grandes propriedades e destinadas ao mercado internacional. Essa política teve um efeito negativo sobre a agricultura familiar, pois a maior parte ficou excluída dos seus incentivos (MATEI, 2014).

Nesse contexto, cabe destacar Johnston e Mellor (1961 apud LUCENA, 2000), segundo os quais para os defensores da modernização agrícola, a agricultura desempenha cinco funções básicas. A primeira é referente à liberação de mão de obra para abastecer as indústrias, salários baixos e acumulação de capital. A segunda função é a de fornecer alimentos e matéria prima para o meio urbano e a indústria. A terceira é gerar divisas estrangeiras através da exportação da produção agrícola buscando financiar o processo de desenvolvimento, e ainda conseguir importações e amortizar a dívida. A quarta refere-se à transferência de poupança para as inversões industrial e para a infraestrutura. A quinta função é a formação de mercados de bens industriais para complementar os mercados do meio urbano. Estes argumentos em relação às funções da agricultura foram favoráveis à modernização da agricultura, permitindo muitas críticas.

A modernização da agricultura foi impulsionada com a formação de Complexos Agroindustriais (CAIs), os quais estabeleciam uma relação das agroindústrias com o setor agrícola, bens de capital e outros, formando segmentos nesta cadeia. Esse sistema se apresentava como a modernidade na agricultura, pois possibilitava a exportação de produtos primários nacionais, principalmente o café. Entretanto, não eram todas as regiões que acessavam, sendo que no início era acessado apenas por produtores das regiões Sul e Sudeste, em 1980 avançou para o Centro e o Oeste, mesmo com isso não chegou ao Nordeste (DELGADO, 2012).

Ainda de acordo com Delgado (2012), o processo da modernização da agricultura se intensificou no período entre 1965 e 1985. A fim de ser um suporte a esse processo foi criado

o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) através da lei n. 4.829 de 1965 para incentivar a adoção de inovações tecnológicas na agricultura e reduzir o risco na produção e preço. Destarte que em 1970 ocorreu aumento do consumo pela agricultura de tratores. Conforme o mesmo autor, esse crédito teve grande expansão em 1976, porém apresentou queda em 1980 e somente voltou a crescer a partir de 1998. Segundo Delgado (2008, p. 85) “Em 1967, Delfim Neto assume o Ministério da Fazenda e começa a implementar suas teses em favor da modernização conservadora, mediante a implantação do Sistema Nacional de Crédito Rural como principal instrumento de fomento à produção agropecuária.”.

Segundo Bianchini (2015) em 1994¹ havia uma disputa entre os projetos de governo dos candidatos à presidência da república Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva, sendo que este último tinha como uma das prioridades o agricultor familiar. Por isso FHC assumiu propostas, durante a campanha eleitoral, direcionadas a esse grupo, visando a contrapor o plano do adversário, de modo que ao ser eleito teve que assumir esse compromisso com os agricultores familiares. Assim, conforme o mesmo autor, em 1995 inicia a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf através dos documentos: Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Planaf) e a resolução do Bacen em 1995 que criou a linha de crédito do Pronaf. Segundo Guanziroli (2007) foi especificamente em 1995, que os altos custos para o acesso ao crédito rural, por parte dos agricultores familiares se observou problemático. Os impactos sobre esse grupo se refletiam principalmente por não conseguir suprir as suas necessidades referentes a produção. Com essas demandas várias organizações tiveram papéis importantes como Medeiros (2008) esclarece.

Para tornar visíveis essas demandas e as questões colocadas no interior do sindicalismo, tiveram importância as grandes mobilizações nacionais, como é o caso dos Gritos da Terra, promovidos pela CONTAG a partir de 1991, inicialmente com apoio do MST, CPT, MAB e outros. Essas mobilizações apresentavam vasta pauta de demandas ao Estado e se constituíram em uma forma espetacular de apresentação e negociação de reivindicações, mas também de buscar apoio da sociedade para as propostas. As entidades sindicais vinculam uma série de medidas consideradas de interesse dos agricultores à força dessas mobilizações. É o caso da criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) e do aumento de recursos para o Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), hoje incorporado ao PRONAF (MEDEIROS, 2008, p.131).

De acordo com Fernandes (2013, p.12) o Pronaf é uma política pública específica para os agricultores familiares. Esta visa a incentivar o “desenvolvimento rural sustentável e busca

¹ Ano de eleições presidenciais, nas quais os candidatos Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva concorriam ao cargo de presidente da república.

a garantia da segurança alimentar”. Conforme o mesmo autor, para que isso seja possível, há fornecimento de crédito via financiamentos para os seus beneficiados, sejam de forma individual (agricultores) ou coletiva (associação ou cooperativa). Gazolla e Schneider (2013, p.46) complementa ao citar que “O surgimento do Pronaf é um marco na intervenção do Estado na agricultura brasileira, porque representa a incorporação efetiva dos agricultores familiares às políticas para o meio rural”. Portanto o Pronaf não era apenas um programa de crédito rural, mas sim um acontecimento histórico que proporcionou a inclusão dos agricultores familiares que eram excluídos deste processo.

O Pronaf surge como um importante instrumento de recursos para o meio rural. Nesses termos, Matei (2014) aponta que em menos de 15 anos estava implementado em quase todo o território brasileiro, resultando no crescimento do volume de recursos disponibilizados e aumento da demanda pelos agricultores familiares. Dessa forma foi como um instrumento de debate sobre o desenvolvimento rural, no sentido de traçar estratégias referentes ao meio social desses agricultores. Bianchini (2015) argumenta que esse programa se consolidou no Brasil inteiro realizando aproximadamente 2 milhões de contratos entre 1995 a 2015. Esse autor cita que nesses 20 anos o programa beneficiou aproximadamente 1 milhão de famílias em cada ano safra.

Segundo Bianchini (2015) o Pronaf busca atender os agricultores familiares nas atividades agrícolas por meio das linhas de custeio e investimento. No caso dos investimentos esses podem ser efetuados de modo individual ou coletivo, neste caso por meio de cooperativas formadas por agricultores familiares. Segundo o Bacen (2018, C), o público alvo do Pronaf está separado em grupos², conforme ilustrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação dos beneficiários do Pronaf, conforme grupos existentes em 2018.

Grupos	Integrantes dos grupos
Grupo A	formado por agricultores assentados ou que foram beneficiados pelo Crédito Fundiário
Grupo B	agricultores que tem renda bruta menor que R\$ 20.000 no ano de 2018
Grupo A/C	semelhantes ao primeiro grupo, mas estes têm como requisito ter realizado a primeira operação do primeiro grupo e não ter feito nenhum financiamento de custeio em outros grupos

Fonte: Bacen (2018, C).

² Ao longo dos anos os grupos do público alvo do Pronaf foram sofrendo alterações: em 1999 havia quatro grupos, sendo eles A (assentados da Reforma Agrária e beneficiado do Crédito Fundiário), B (agricultores abaixo do nível de pobreza), C (agricultores que estão em transição com baixo nível de capitalização) e D (agricultores no início ou capitalizados). Surge a introdução do grupo E (agricultores com grande produção) na safra de 2004 a 2005. Entretanto na safra de 2008 a 2009 são retirados esses três últimos grupos (C, D e E) e introduzido o grupo V (demais agricultores). Mais informações ler Bianchini (2015) ou MDA (2018). No plano safra de 2011 a 2012 há os seguintes grupos: A, A/C, B, C e Pronaf Agricultor familiar. Portanto, atualmente permanece os grupos A, A/C e B, também contempla agricultores familiares que se encaixam em alguns critérios e pratica determinadas atividades como é explicado no texto.

Ainda conforme Bacen (2018, C), para acessar ao Pronaf é preciso que os beneficiários apresentem as seguintes características: utilize a terra e resida nela ou em locais próximos, detenha título menor que 4 módulos fiscais, metade da sua renda deve ser originária da atividade agropecuária, a mão de obra deve ser familiar e a renda anual de até R\$ 360.000,00 no ano de 2018. Estão ainda enquadrados no programa os agricultores que praticam atividades de pesca artesanal, aquicultura, silvicultores, extrativistas, quilombolas, indígenas e outros povos tradicionais.

Para atender a um público preocupado com a produção orgânica e a Agroecologia, segundo o MDA (2013) em 2012 aconteceu a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e consolidação do Plano Nacional de Agroecologia e produção orgânica (Planapo) durante o primeiro mandato do governo da Dilma Rousseff. Esse plano buscava a implementação de programas e ações que pudessem influenciar a transição para a agroecologia. Conforme o mesmo órgão, com esse plano se torna possível que a sociedade melhore a qualidade de vida através do uso sustentável de recursos naturais, consumo e oferta de alimentos saudáveis.

Para entender as características da Agroecologia e da forma convencional foram colocados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Características dos modelos convencional e agroecológico de produção.

Modelo Convencional	Modelo Agroecológico
<ul style="list-style-type: none"> - Dependência crescente de agroquímicos (inseticidas, herbicidas, fungicidas, fertilizantes). - Contaminação de alimentos, águas, solos e pessoas por pesticidas e produtos derivados do uso de fertilizantes sintéticos (nitratos e P nas águas). - Desenvolvimento de resistência dos praguicidas para certas pragas e patógenos. Perda da capacidade produtiva dos solos, devido a erosão, degradação, salinização e desertificação dos mesmos. Perda de nutrientes dos solos devido a falta de reposição, junto com lixiviação e baixa eficiência dos usos de fertilizantes. - Contaminação do corpo de água (sedimentos). Eutrofização de embalses. Diminuição dos aquíferos em zona da região. Dependência crescente de combustíveis fósseis e a diminuição da eficiência produtiva no termino energético (cada vez se requer mais energia para manter o aumento da produção dos cultivos). - Perda da biodiversidade: Efeito de agroquímicos e simplificação dos habitats. - Perda da variabilidade genética dos principais cultivos (erosão génica). - O desaparecimento de algumas técnicas de cultivos própria de agricultores/as tradicionais por tecnologias “modernas” supostamente de aplicação universal (erosão cultural). - Contribuição da calefação global no planeta e diminuição na camada de ozono. - Não há sido aplicado a todos os agricultores/as. - Não há solucionado o problema de pobreza rural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uma produção eficiente e rentável a longo prazo (considerando o custo ecológico) que promove a conservação do solo, água, energia e recursos biológicos (como a biodiversidade). - Uma diminuição no risco devido a frustação ambiental (bióticas e abióticas) o de mercado. Lograr uma maior estabilidade e resistência no tempo. - Um uso a degradação dos recursos naturais renováveis e um ritmo menor o igual a sua taxa de reposição. - Um uso de exploração dos recursos não renováveis a um ritmo menor ou igual a da taxa de desenvolvimento de tecnologia alternativas. - Uma emissão de resíduos similar ou menos na capacidade de assimilação do ambiente. - Uma menor dependência do uso de insumos externos (combustíveis fósseis, praguicidas, fertilizantes sintéticos, etc.) - Um uso mais eficiente da energia (principalmente fóssil). - Um maior aproveitamento de processos naturais na produção agrícola (reciclagem de matéria orgânica e nutrientes, fixação de nitrogênio, alelopatia e relação predador-presa). - Uma eliminação ou diminuição dos danos no ambiente, a outras espécies, e/ou a saúde de agricultores e consumidores. - Um ajuste do sistema de cultivo a produtividade potencial e na limitantes físicas, econômicas e socioculturais do agroecossistemas. - Um desenvolvimento de tecnologia que sejam cultural e socialmente aceitáveis.

Fonte: Sarandón e Flores, 2014 (Adaptado de Sarandón & Sarandón 1993).

Com base no quadro 2 observa que o modelo convencional resulta em impactos negativos no meio ambiente, enquanto a Agroecologia busca recuperar e preservar a natureza e formas de vida através de uma agricultura mais sustentável.

Conforme a mesma fonte (MDA, 2013) o plano foi criado com dez ações articuladas com os ministérios parceiros, gerando cento e vinte cinco iniciativas que estão distribuídas nos seguintes eixos: produção; uso e preservação dos recursos naturais; conhecimento; comercialização e consumo. Segundo a fonte, o primeiro plano do Planapo seria executado entre 2013 a 2015 com os mecanismos de gestão: o monitoramento e articulação de ação.

Nesse item, o Pronaf passou a incluir em suas linhas de crédito, a possibilidade de acesso a recursos para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e com dimensão ambiental, sendo elas o Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco e Pronaf Floresta (MDA, 2016, B). Segundo o MDA (2018, A) as linhas do Pronaf são Pronaf Custeio, Pronaf Mais Alimento

(Investimento), Pronaf Agroindústria, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares, Pronaf Cota-Parte e Microcrédito Rural.

Entretanto a linha que se mostra com maior expansão do Pronaf é o Mais alimento, conforme o estudo de Gazolla e Schneider (2004).

Na pesquisa se constatou este direcionamento dos recursos do Pronaf Alimentos, quando os atores sociais de desenvolvimento formularam que o Pronaf Alimentos “*virou um Pronaf normal*”, numa alusão de que esta modalidade de financiamento em nada se distingue das outras, pois continua a financiar as atividades tradicionais da região como é o caso da suinocultura integrada, da produção de grãos e *commodities* e de outras atividades econômicas mercantis. Esta lógica do Pronaf Alimentos de fortalecer o agricultor familiar como se fosse um Pronaf normal (de Custeio de lavoura, por exemplo), fica explícita no relato de um agrônomo da Emater. Note que o entrevistado explora a principal contradição do Pronaf Alimentos que é a de ser um programa que visa estimular o autoconsumo, mas na prática, na base dos agricultores familiares isso não vem acontecendo. O entrevistado usa a seguinte expressão para argumentar sobre este processo: “*é claro que tem uma lógica do ponto de vista teórica muito boa, mas na prática eu acho que não deu grandes alterações na subsistência*” (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2004, p. 18).

O que se observa atualmente é que linhas de Pronaf, com foco na agricultura sustentável, não estão muito difundidas entre os agricultores. Essa constatação é possível observando que os recursos disponibilizados para estas linhas (Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco e Pronaf Floresta) nos anos de 2013 a 2015, foram orçados em R\$ 2.5 bilhões, mas apenas 2,5% desses recursos foram executados, alcançando 1.973 (Um mil novecentos e setenta e três) contratos efetuados em todo o Brasil (MDA, 2016, C).

Segundo MDA (2016, C) diante do baixo acesso, fica evidente a existência de problemas referentes a essas linhas. Um desses pode ser, em uma análise inicial, a desvalorização desse crédito pelos agentes financeiros e pelos técnicos que elaboram os projetos. Vale ressaltar, conforme a mesma fonte, que uma dessas linhas que se encontra pouco disseminada entre os agricultores é o Pronaf Agroecologia, isto fez com que se resultasse em medidas de melhoramento “em termos de bônus por adimplência, prazos e carências, juros, ATER embutida e riscos financeiros” (MDA 2016, p. 28, C). Segundo MDA (2013) essa linha beneficia agricultores que produzem alimentos orgânicos e Agroecológicos que podem ser desde assentados, propriedade familiar, até mesmo outros grupos como povos ou comunidades. Com base nessas evidências iniciais, o tema de pesquisa deste estudo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, destacando o acesso de agricultores familiares para produção agroecológica, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu/PR, tem como derivada da questão central da pesquisa: Quais as condições

de acesso para a produção Agroecológica, junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu?

1.1 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS DO ESTUDO

Os objetivos são fundamentais para uma pesquisa, pois indicam o que terá de ser investigado. Neste sentido o objetivo geral deste estudo se constitui em uma análise das condições de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, no que tange ao estímulo para a produção agroecológica.

Para alcançar o objetivo geral estabelecido, o percurso será desdobrado no alcance dos objetivos específicos, os quais são os que seguem:

- a) Caracterizar o crédito rural, direcionado para a agricultura familiar, disponível no Brasil a partir de 1996, com ênfase no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- b) Identificar os volumes de crédito rural, direcionados para a agricultura familiar, no Brasil, Paraná e Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, a partir de 1996, destacando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
- c) Analisar limites e potencialidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, destacando a linha Pronaf Agroecologia.

Na medida em que os objetivos forem alcançados, o problema de pesquisa será contemplado com a abordagem do tema proposto. A escolha desde o tema até os objetivos está justificada nos motivos expostos na próxima seção.

1.2 JUSTIFICATIVA

A partir da década de 1990, o meio rural era visto pelos estudiosos e políticos como um espaço de estratégia para o desenvolvimento. Entretanto havia visões opostas devido aos problemas nesse período, como: questões ambientais, desemprego e dificuldades econômicas e sociais. Por isso, para algumas pessoas a agricultura perdia a importância. Mesmo com essa última posição, a agricultura manteve importância para o país na geração de riquezas, pois

ocorreu ao longo do tempo, aumento da produção agrícola por meio do estímulo da exportação e dos avanços tecnológicos (NUNES, 2007).

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, (resultados preliminares)³ no meio rural há 5.071.227 estabelecimentos rurais que geram ocupação para 17.306.170 pessoas (IBGE, 2018, B). Comparando esse resultado com o do Censo Agropecuária de 2006, ocorreu um aumento de 738.626 pessoas ocupadas. O Censo Agropecuário de 2006 mostra que da população total que vivia no meio rural havia mais pessoas ocupadas na agricultura familiar (12.322.225 pessoas) em comparação com os não familiares (4.245.319 pessoas). Vale destacar que 3.031.670 estabelecimentos da agricultura familiar obtiveram o valor de R\$ 121.833.136 reais, enquanto 589.500 estabelecimentos não familiares obtiveram o valor de R\$ 80.510.693, demonstrando a concentração de renda existente no meio rural brasileiro (IBGE, 2009).

Quanto às diferenças entre a agricultura familiar e Agricultura Patronal, cabe destacar os apontamentos de Ploeg (2008) segundo o qual há diferenças entre essas duas formas de praticar a agricultura. No Quadro 2 são apresentadas as principais características dessas categorias conforme o autor citado.

Quadro 3 - Diferenças entre a agricultura camponesa, empresarial e capitalista ou corporativa

Agricultura camponesa	agricultura empresarial,	agricultura capitalista ou corporativa
Uso sustentável do capital ecológico. Mão de obra é familiar. Produção é orientada para o mercado. Unidade agrícola e familiar.	Capital financeiro e industrial. Expansão depende do aumento da escala. Produção especializada. Depende do mercado.	Modelo agroexportador. Trabalhadores assalariados.

Fonte: Organizado pela autora (2018) com base nas informações de Ploeg (2008).

Assim, observa-se que a agricultura camponesa tem um vínculo maior que as outras formas de agricultura com a produção Agroecológica por estar mais próxima do meio ambiente. Enquanto as outras duas formas seguem a lógica do mercado, destacando a produção em grande escala, causando impactos ambientais. Para entender um pouco melhor sobre os enfoques desses modelos de agricultura o quadro 4 apresenta explicações sobre os enfoques de agricultura sustentável ou com foco na visão empresarial.

³ Os resultados completos do Censo Agropecuário de 2017 não foram publicados por isso contém apenas algumas informações. Como são resultados preliminares podem ser alterados até a versão final do Censo.

Quadro 4 - Comparação entre o Enfoque produtivo e o Enfoque Agroecológico da produção agrícola.

Enfoque produtivo Agricultura Intensiva	Enfoque Agroecológico Agricultura Sustentável
ENFOQUE	
Reducionista Tem um solo tipo de agricultura A ética: Um valor “difuso”. Falta de uma óptica sistêmica Importância dos componentes Redução dos males definições dos limites de sistema Solo reconhece o conhecimento científico O local é um pouco importante. Uso exclusivo do território. Minimiza aspectos sociocultural. Principalmente baseada na tecnologia de insumos. Os científicos “geram” a tecnologia	Holístico. Existem vários modos de fazer agricultura A ética como valor fundamental. Emprego de uma óptica sistêmica Importância das interações Ampliação e redefinição dos limites do sistema. Reconhecer os conhecimentos científicos e outros conceitos pluriépistemológico O local é importante: potencial endógeno Uso múltiplo do território: alimentos, turismo, paisagem, serviços ecológicos. Revalorizar aspectos sociocultural. Principalmente baseada na tecnologia de processos. Participação de agricultor na geração de tecnologia
OBJETIVOS	
A curto prazo. Conceito produtivo. Ênfase no rendimento Na incorpora o custo ambiental Sistema simples, baixa diversidade (instabilidade). A biodiversidade como fonte de genes.	A longo prazo Conceito sustentável Ênfase no agroecossistema e ecossistemas relacionados Incorpora o custo ambiental Sistemas completos, alta diversidade (estabilidade) A biodiversidade funcional e estrutura no agroecossistemas e como suporte de vida.

Fonte: Sarandón e Flores, 2014 (Adaptado de Sarandón & Sarandón 1993).

Autores como Lucena (2000) citam que quem contribui para o setor agrícola é a agricultura patronal. Conforme a autora essa contribui para a captação de superávits. Dessa forma modificam os resultados das contas nacionais ao cumprir com compromisso financeiro dos juros da dívida e garantir a permanência do crescimento do país. Essa autora menciona que também esse setor influencia a produção e número de pessoas empregadas.

Por outro lado, há autores que mostram em seus argumentos os diversos benefícios que a agricultura familiar gera para os seus envolvidos. Esses são apontados, por exemplo, em Heberlê et al (2017), para quem essa forma de produção propicia a segurança alimentar, nutricional, alimentos tradicionais e alimentação balanceada. Também contribui para a agro biodiversidade, para o uso sustentável dos recursos provenientes da natureza e impulsiona a economia local. Essa última principalmente quando está unida com políticas que buscam a autonomia do agricultor, geração de trabalho e contribui para resolver os problemas de mudanças climáticas e consumo.

Buainain (2006) esclarece que a agricultura no Brasil é muito diversificada, pois inclui agricultores proprietários de minifúndios, os quais vivem em condições de pobreza, até produtores do agronegócio, que geram lucros. Conforme o autor, o que difere a agricultura

familiar é a formação do grupo, culturas, experiência, forma de viver, inseridos em locais diferentes um do outro, mercados diferenciados e a forma como esses produtores são inseridos, sejam pelo grupo ou políticas públicas. As outras diferenças são referentes às potencialidades e limites de recursos e capacitação do agricultor sobre aspectos ambientais e socioeconômicos.

Para Veiga (1996) a característica essencial da agricultura familiar é a diversificação tanto na produção quanto no processo de distribuição da renda. Dessa forma este modelo apresenta prática sustentável em comparação com a Agricultura Patronal. Isso acontece, pois a agricultura patronal busca concentrar a sua riqueza através da maximização dos lucros e melhoramento da produção, utilizando-se da especialização, resultando em exclusão social e contribuindo para a elevação do grau de desigualdade na distribuição de renda. Concordando com argumentos que defendem a agricultura familiar a escolha neste trabalho foi por direcionar o olhar sobre esse grupo.

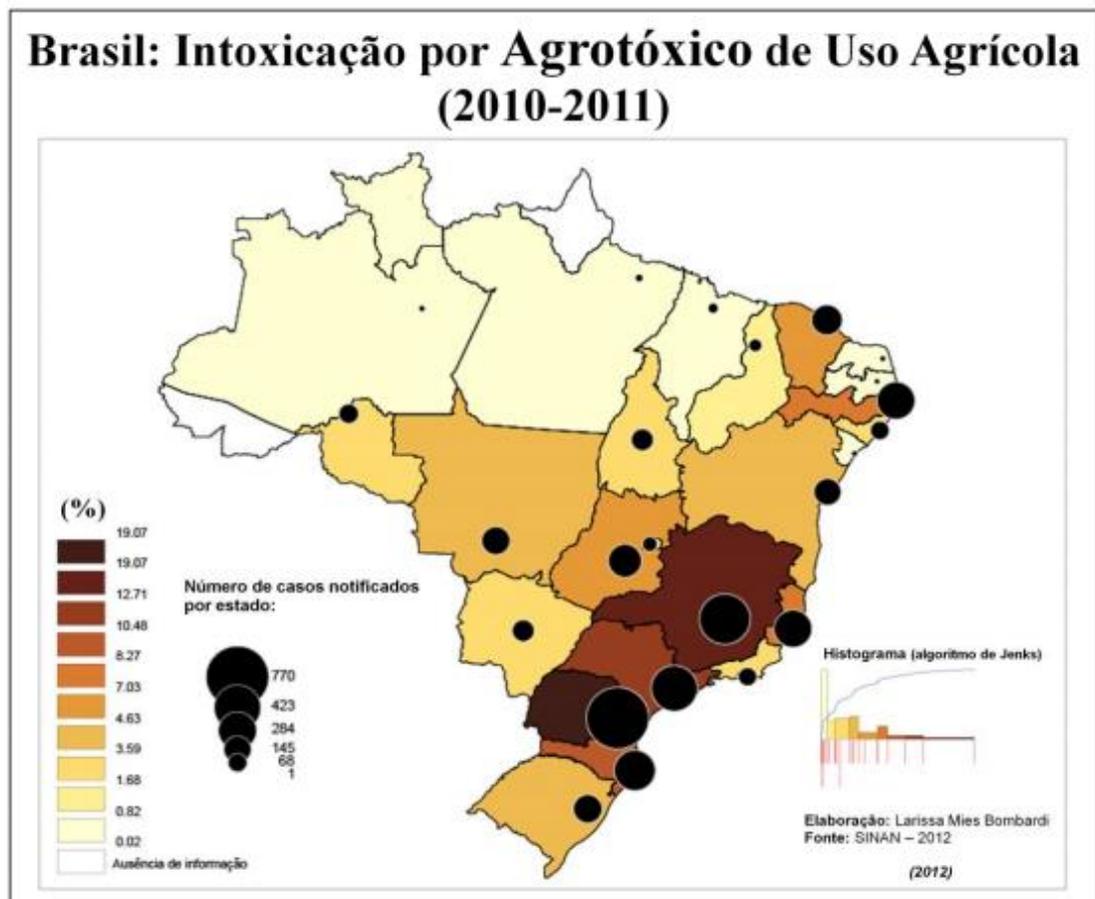
De modo similar, para Altieri (2012) a agricultura camponesa/familiar deveria ser apoiada, pois proporciona uma série de benefícios, como: segurança alimentar, mais produtiva e preservam recursos naturais, diversificadas, agro biodiversidade e contribui para o clima.

Ao longo da história, na agricultura houve o desenvolvimento de sistemas mais completos, diversos e adaptados ao local. E no decorrer dos anos esses sistemas foram melhorados e muitas vezes garantiam a segurança alimentar, biodiversidade e recursos naturais. Além disso, essas melhorias proporcionavam a viabilidade da produção no longo prazo, pois resultava na diminuição do risco, maior diversificação e retorno para o agricultor, mesmo com baixa tecnologia e recursos limitados (ALTIERI, 2012).

Assim, da agricultura familiar espera-se uma prática agrícola mais voltada para a sustentabilidade, com preocupações sociais, ambientais, além das econômicas. Entretanto ainda é grande a quantidade de agricultores familiares que produzem de modo convencional, os quais adotam o “pacote” produtivo semelhante aos agricultores patronais. Altieri (2012) menciona citando fatores que induzem os agricultores a utilizarem o modelo convencional. Conforme o autor a economia globalizada impõe demandas sobre as áreas agrícolas, as quais estão mais à frente do que a produção de alimentos para a população em crescimento, mas também atende a demanda por agro combustíveis. E as culturas desenvolvidas anualmente são principalmente monoculturas com alto nível de dependência de insumos provenientes do meio externo, como os fertilizantes e agrotóxicos. Esses cultivos avançam sobre as áreas de florestas e vegetação natural. Outro aspecto é que essa homogeneização da produção provoca fragilidade nos cultivos e mudanças climáticas.

Em relação à temática sobre a agroecologia, conforme já mencionado, o modelo de produção predominante na atualidade causa impactos irreversíveis que podem prejudicar a sociedade de diversos modos, começando pelo agricultor em intoxicação por produtos químicos, por exemplo. Neste ínterim, cabe destacar os resultados do estudo de Bombardi (2012), que mostra dados referentes ao nível de intoxicação do agrotóxico pelo uso agrícola, nos anos de 2010 e 2011 (Ilustração 1).

Ilustração 1 - Mapa de intoxicação por uso de agrotóxico no Brasil de 2010 a 2011.

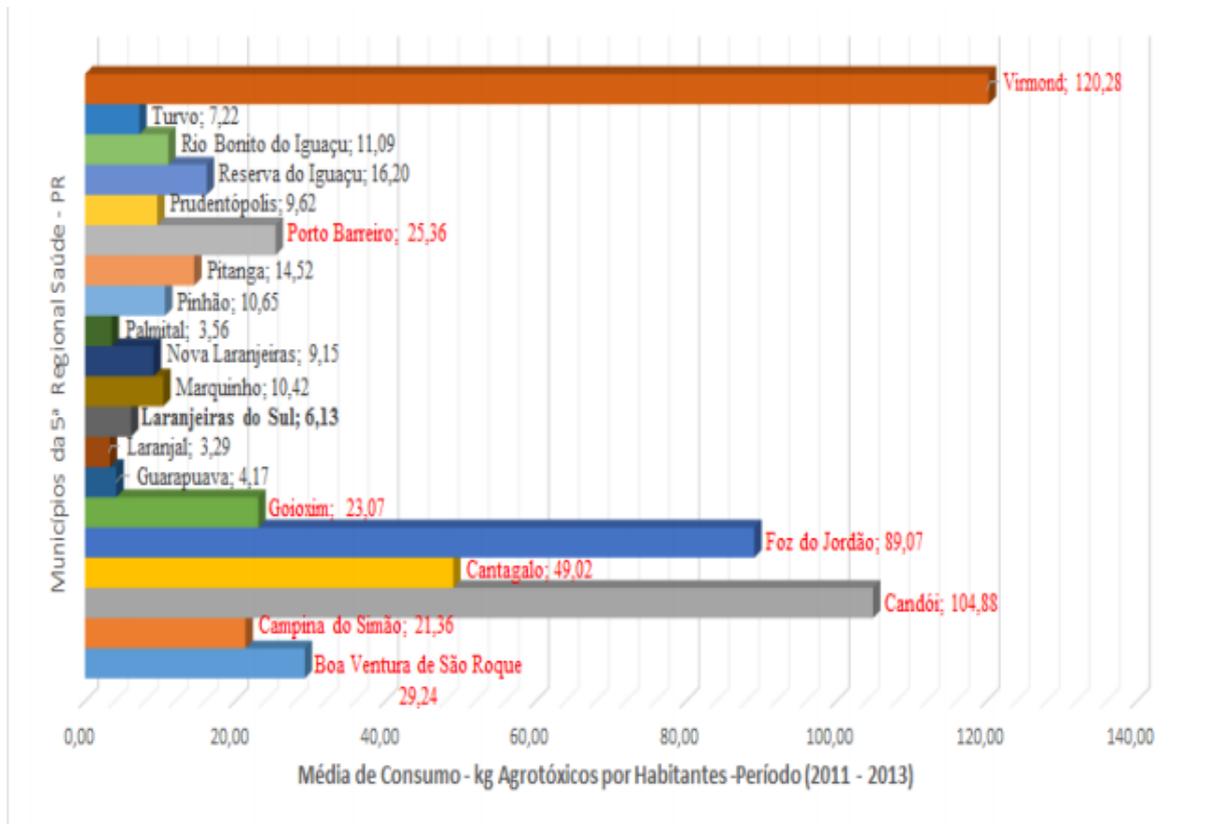


Fonte: Elaborado por BOMBARDI (2012) com dados do SINAN (2012).

Conforme fica ilustrado na Ilustração 1, o Paraná é um dos estados brasileiros com o maior número de casos notificados de intoxicação por uso de agrotóxico⁴. De modo complementar o estudo de Tosetto (2016) traz a informação sobre a medida de consumo de agrotóxico por habitantes da 5^o Regional de Saúde entre 2011 e 2013, cujas informações estão apresentadas no Gráfico 1.

⁴ Este levantamento apresenta informações apenas sobre os casos notificados como intoxicação por uso de agrotóxicos.

Gráfico 1 - Média do consumo de agrotóxico kg por habitantes nos municípios da 5ª Regional de Saúde, PR de 2011 a 2013.



Fonte: Elaborado por TOSETTO (2016) com dados do SIAGRO/ADAPAR/IPARDES, 2014.

Conforme ilustrado no gráfico 1, os municípios com maior índice médio de consumo de agrotóxico nos anos de 2011 a 2013 (por kg por habitante), na 5ª Regional de Saúde, fazem parte do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu⁵, sendo eles Virmond, Cândói e Foz do Jordão. Assim, além da importância de direcionar o olhar para a agricultura familiar, os dados apontam para a necessidade de que sejam estimuladas práticas sustentáveis que sejam alternativas para o alto risco da utilização de agrotóxicos.

Nesse contexto, neste trabalho tem-se como compreensão que a agricultura familiar é importante para o desenvolvimento do país, principalmente pelo número de pessoas que ocupa e pela produção de alimentos saudáveis. Por isso é essencial que esse setor seja subsidiado pelo governo, por meio das políticas públicas, para que possa cumprir o seu papel

⁵ Região formada por vinte municípios: Campo Bonito, Cândói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito, Três Barras do Paraná e Virmond.

dentro da economia e para um desenvolvimento e modo de produção sustentáveis. Assim, o presente trabalho busca analisar as condições de acesso para a produção agroecológica, junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Pretende-se que este estudo ofereça informações da realidade da região estudada, ao mesmo tempo em que busca evidenciar a importância do investimento governamental em políticas públicas, com destaque para o Pronaf.

Em relação ao meio acadêmico essa pesquisa se insere na perspectiva da linha de formação em Desenvolvimento e Cooperativismo do curso de Ciências Econômicas. Este trabalho também dialogou com uma dissertação de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, que está em desenvolvimento. Para a autora, busca complementar a formação acadêmica e uma oportunidade de colocar em prática conhecimentos adquiridos durante 3,5 anos no Programa de Educação Tutorial – PET/Conexões de saberes – Políticas Públicas e Agroecologia, durante o qual foram desenvolvidas atividades relacionadas à temática da Agroecologia.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção são apresentadas informações sobre a realização do estudo, mencionando qual o método utilizado para resolver o problema de pesquisa. Este método contém as principais características do estudo sobre o delineamento da pesquisa, informações do público alvo, como esses dados foram processados, e como foram efetuadas as análises. Por fim explica sobre os fatores que impõem limites ao trabalho. Portanto, ao longo deste capítulo os subtítulos referem-se ao delineamento da pesquisa, universo e amostra, procedimentos de coleta e análise de dados e limitações da pesquisa.

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente trabalho se caracteriza como um estudo exploratório-descritivo. Segundo Marconi e Lakatos (2010) esse tipo de estudo é exploratório, pois busca descrever um fenômeno. Segundo GIL (2008) a pesquisa exploratória é realizada em um tema pouco explorado, por isso é difícil elaborar hipóteses. Oliveira (2007, p.66) esclarece sobre os elementos que necessitam ser utilizados neste tipo de pesquisa “levantamento bibliográfico, análise de documentos, observações de fatos, fenômenos e o procedimento metodológico que se aplicam ao método de *estudo de caso*”. Assim, o estudo é exploratório, pois analisa como é o acesso de agricultores familiares do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, ao crédito rural, especialmente voltado para a agroecologia.

Quanto à sua característica descritiva, de acordo com Cervo et al (2007) essa pesquisa é realizada sobre um problema que necessita ser estudado, mas com a necessidade de coletar dados. Segundo Gil (2008) a pesquisa desse formato busca descrever uma população, fenômeno ou as relações entre as variáveis. Oliveira (2007) menciona que esse tipo de pesquisa faz uma descrição mais detalhada sobre os fatos e fenômenos, se constituindo em uma análise com profundidade da realidade estudada. Essa mesma autora recomenda que esse tipo de pesquisa utilize informações de estudo exploratórios.

Nesse sentido, este estudo procura analisar o crédito rural direcionado para a agricultura familiar no período posterior a 1996, o que recai sobre o Pronaf. A região sobre a qual é efetuada a análise é o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Ao observar nessa região o Pronaf, foi dado destaque a como tem sido o acesso à linha do Pronaf Agroecologia. Para o cumprimento do objetivo proposto, foram realizadas coletas de dados secundários visando a contemplar o estudo do Pronaf a nível nacional, regional e territorial. A partir disso

foi possível aprofundar a análise no território com as informações obtidas conforme apresentação da próxima seção deste capítulo.

2.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo, conhecido também como população, é formado por elementos que contêm características parecidas (GIL, 2008). Sendo assim, a população a partir da qual esse estudo pode ser feito é constituída pelos agricultores familiares do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Sobre esses agricultores, no Censo Agropecuário do IBGE de 2006, consta que havia no Brasil 4.366.267 estabelecimentos, sendo que no Sul este número era de 849.693, enquanto no Paraná eram 302.828 e no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu 21.180 estabelecimentos da agricultura familiar (IBGE, 2018, A).

Como o universo é muito grande dentro do espaço estudado, é necessária a escolha de uma parte desta população, que é denominada amostra (GIL, 2008). A amostra do estudo será composta por agricultores familiares que residem no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e que de algum modo poderiam ter acessado ao Pronaf Agroecologia, seja por terem tentado ou então por desenvolverem atividades agroecológicas. Originalmente este estudo pretendia estudar somente os agricultores familiares, entretanto após a realização de entrevistas e a observação de que as respostas se repetiam e muitas indicavam para a falta de conhecimento sobre a linha, a pesquisadora decidiu incluir entrevistas em instituições financeiras para nesses locais obter informações que pudessem complementar as informações recebidas dos agricultores familiares entrevistados.

Para facilitar o acesso aos agricultores familiares que desenvolvem produção orgânica ou agroecológica, a estratégia utilizada para encontrá-los foi a visita em feiras, as quais são canais que reúnem grupos que atuam nestas atividades. Para isso foi estabelecido que as feiras, deveriam se enquadrar nas seguintes características: a) ocorrer dentro da região da Cantuquiriguaçu; b) Os produtores serem agricultores familiares; c) a feira ter foco no desenvolvimento. A partir desses critérios foram elencados possíveis eventos que aconteceriam em 2018 e nos quais pudessem ser coletadas as informações. As feiras visitadas foram: a) 2º Feira Agropecuária e Encontro de Criadores de Caprinos e Ovinos do Território da Cantuquiriguaçu (Expovir)⁶; b) 6º Feira Regional de Economia Solidária e Agroecologia (FESA)⁷; c) 17º Festa do Agricultor⁸.

⁶ 2º Expovir já foi visitada no dia 18 de maio de 2018 no município de Virmond.

⁷ 6º FESA já foi visitada no dia 19 de maio de 2018 no município de Laranjeiras do Sul.

Na visita às feiras a amostra a ser pesquisada utilizou como critério o fato de serem agricultores familiares e desenvolver produção orgânica ou agroecológica, ou ainda estar em fase de transição para essas atividades. Para a obtenção das informações com os agricultores nas feiras, foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, cujas questões podem ser visualizadas no Apêndice A. No total foram realizadas 12 entrevistas nos três eventos visitados na região.

Com base nas respostas obtidas dos agricultores familiares e observando que as respostas se repetiam apesar de ser pequena a amostra, a pesquisadora constatou que precisava buscar informações complementares em instituições financeiras responsáveis por disponibilizar as linhas de financiamento do Pronaf. Assim, decidiu procurar as instituições financeiras em Laranjeiras do Sul. De um total de 5 procuradas, 4 aceitaram participar da pesquisa. Estas entrevistas foram feitas pessoalmente com a utilização do roteiro semi-estruturado disponível no Apêndice B. Na próxima seção constam maiores detalhamentos em relação à coleta, tratamento e análise dos dados pesquisados.

2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Quanto ao procedimento de coleta de dados, a pesquisa classifica-se como um estudo de caso. Segundo Chizzotti (2006) esse estudo busca explorar um caso da vida real que está delimitado e contextualizado em um tempo e local para fazer uma busca de informações referente a um caso específico. Esse caso pode ser apenas um, dois ou mais, ou seja, pode ser uma coleção de casos referentes a um aspecto que está acontecendo nesses casos individuais. Para Yin (1994) os casos múltiplos são como um conjunto de experiências múltipla e através dos resultados empíricos desses casos é possível a elaboração previa de uma teoria para servir mais a frente como um suporte para o estudo.

Este estudo busca explorar casos de agricultores familiares que no ano de 2018, dentro da Região do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, não conseguiram acessar a linha de crédito Pronaf Agroecologia.

Esta pesquisa se enquadra como quantitativa, quando, segundo Roesch (2005) a análise busca medir as relações entre as variáveis ou até mesmo fazer uma avaliação sobre um sistema ou projeto. Conforme a mesma autora o propósito do estudo é conseguir informações referentes a uma população e explorar um tema pouco estudado, dessa forma é utilizado em pesquisas exploratórias.

⁸ 17º Festa do Agricultor vai ser realizada nos dias 28 a 29 de julho em Cantagalo.

Com as observações dos dados do acesso ao PRONAF a nível nacional, regional e territorial através dos dados secundários, principalmente os disponibilizados na base de dados do Banco Central do Brasil (BACEN), é possível reunir essas informações e efetuar esse tipo de análise. Também estão incluídas nessa parte as perguntas sobre o perfil dos entrevistados.

A pesquisa também pode ser classificada como qualitativa, que segundo Gil (2008) nessa análise não tem fórmula ou um caminho para orientar o pesquisador. Para Oliveira (2007 p.37) a abordagem qualitativa é como uma “[...] reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo [...]”. Conforme essa última autora, essa pesquisa implica em levantamento de documentos de literatura, observação, questionário, entrevista e análises dos dados, esses são mais utilizados nas pesquisas descritivas.

As observações sobre os motivos pelos quais os agricultores dessa região não conseguiram acessar o Pronaf Agroecologia são analisadas de forma qualitativa. Além disso, esse tipo de análise permite fazer uma reflexão e análise da realidade dos agricultores familiares que tentaram acessar a linha do Pronaf Agroecologia. Para a obtenção dos dados foram utilizadas observações, entrevistas e análises de dados. Com esses resultados procurou-se fazer uma avaliação sobre esse acesso apresentando uma análise sobre seus limites e potencialidades.

Neste trabalho é utilizado o estudo de caso, pois por meio desse, é possível obter dados de fontes primárias sobre um problema que tem pouca informação disponível. Com isso pode identificar as variáveis chaves que influenciam o Pronaf Agroecologia. Portanto, o estudo usa informações coletadas por meio de entrevista semi-estruturada (Apêndices A e B) realizadas com os agricultores familiares no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu e com agentes de instituições financeiras. Como complementação dos dados são utilizadas base de dados sobre o PRONAF do Banco Central do Brasil (BACEN).

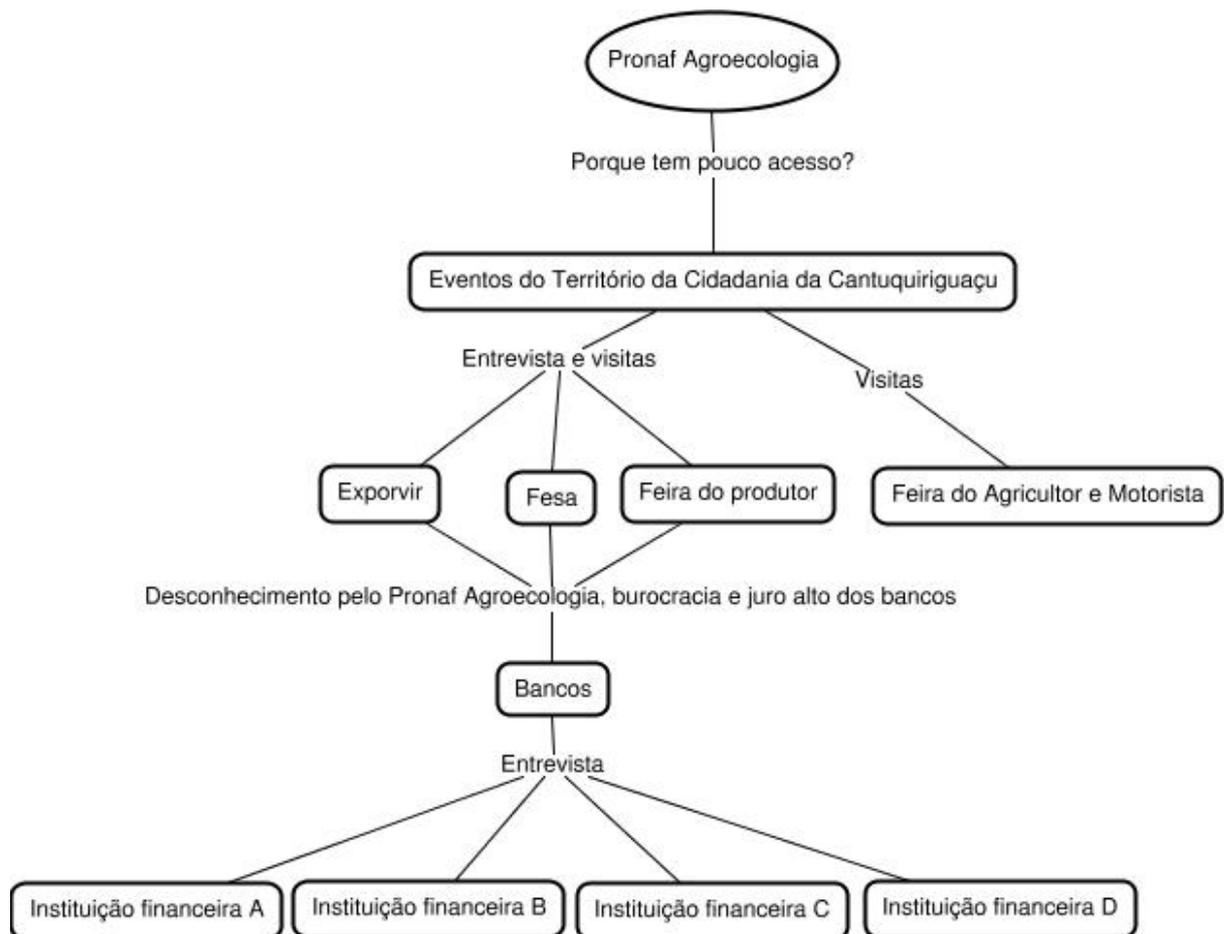
Na sua primeira parte, o roteiro da entrevista semi-estruturada aplicada aos agricultores foi inspirado em um questionário que o PET⁹ aplica. Após, para se aprofundar, foi utilizado como referência o roteiro da “Entrevista com os fornecedores beneficiários - agricultores familiares” de Manfiolli (2014). Foram entrevistados dois agricultores com produção orgânica na Expovir. E na FESA, como a sua ênfase era produção orgânica e Agroecologia, a quantidade de entrevistas foi maior, com 10 pessoas entrevistadas das quais

⁹ Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes - Políticas Públicas e Agroecologia é um grupo constituído por alunos dos cursos de Agronomia, Ciências Econômicas, Educação do Campo, Engenharia de Alimento, Engenharia de Aquicultura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

havia: 1 agricultor de acampamento, 1 indígena da aldeia indígena e 8 agricultores familiares, em geral representando algum grupo de produtores familiares. Posteriormente foram realizadas as quatro entrevistas em instituições financeiras que disponibilizam a linha de crédito do Pronaf Agroecologia, procurando nesses espaços, complementar as informações obtidas com os agricultores familiares sobre as dificuldades de acesso a esse recurso. Na Ilustração 2 é apresentado o roteiro utilizado nesta pesquisa.

Assim, com esses estudos de casos, foi possível comparar os resultados coletados, identificar as características semelhantes e diferentes do processo que cada um teve para tentar acessar o crédito. A apresentação dos resultados foi feita com a utilização de tabelas, quadros, gráficos. Abaixo estão os passos da investigação.

Ilustração 2 - Passos da investigação da pesquisa sobre o Pronaf Agroecologia no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2018.



Fonte: Elaborado pela própria autora, 2018.

Na próxima seção é apresentada uma síntese com os procedimentos metodológicos que foram utilizados nesta pesquisa.

2.5 QUADRO SÍNTESE DA METODOLOGIA

No quadro abaixo consta o detalhamento de como cada um dos objetivos do trabalho será alcançado, com os fins, meios e procedimentos utilizados em cada caso.

Quadro 5 - Quadro síntese da metodologia

Objetivos Específicos	Metodologia		
	Fins	Meios	Processualidade
<p>A) Caracterizar o crédito rural, direcionado para a agricultura familiar, disponível no Brasil a partir de 1996</p> <p>B) Identificar os volumes de crédito rural, direcionados para a agricultura familiar, no Brasil, Paraná e Território da Cidadania Cantuquiriguaçu a partir de 1996</p>	<p>Estudo exploratório-descritivo</p> <p>Método comparativo: Comparar os volumes de crédito do PRONAF AGROECOLOGIA no Brasil, Paraná e Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.</p> <p>Identificar semelhanças e diferenças entre os motivos que direcionaram os agricultores familiares ao indeferimento do PRONAF AGROECOLOGIA.</p>	<p>Levantamento de literatura, documentos e bases de dados. Assim as informações foram obtidas por meio de livros, artigos, dissertações e teses. Utilização de bases de dados do Banco Central do Brasil (BACEN) para obter o volume de crédito destinado para o agricultor na linha do PRONAF AGROECOLOGIA. A partir dos resultados e realizadas entrevistas com os agricultores familiares e instituições financeiras do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.</p>	<p>Nesta etapa o trabalho busca entender o desempenho da agricultura familiar no Brasil a partir de 1996 com um embasamento teórico. Após realizada a identificação dos volumes de crédito do PRONAF Agroecologia começando pelo amplo, como no caso o país, buscando direcionar para o mais específico, o território.</p>
<p>C) Analisar limites e potencialidades do crédito rural, direcionado para a agricultura familiar, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, destacando o acesso para a agroecologia</p>			<p>Nessa etapa foi realizada a análise dos dados coletados na entrevista com os agricultores que tentaram acessar o PRONAF Agroecologia e com agentes das instituições financeiras que disponibilizam a linha do Pronaf Agroecologia</p>

Fonte: Elaboração própria da autora, 2018.

2.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Como a amostra se refere a um estudo de casos, seus resultados não podem ser generalizados, pois cada local tem uma realidade diferente, mesmo assim o seu resultado é importante para poder entender a realidade daqueles casos que foram estudados com profundidade, dentro do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, os motivos para esses agricultores familiares não conseguir acessar o Pronaf Agroecologia, bem como os limites e potencialidades do Programa e sua linha em especial.

3 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS VOLTADAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DE 1996

A agricultura familiar é entendida nesse trabalho como ator importante para que se ocorra o desenvolvimento, principalmente quando o foco é a sustentabilidade. Assim, esta parte da revisão teórica procura apresentar informações que tratam sobre políticas públicas para a agricultura familiar, durante os governos, a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Além de abordar sobre os fatos mais marcantes da época, buscando entender o cenário em que o Brasil estava inserido e como a agricultura familiar foi contemplada pelas políticas governamentais, destacando principalmente o acesso ao crédito.

3.1 GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: MANDATO DE 1995 A 1998

No final de 1994 foi eleito à presidência da república Fernando Henrique Cardoso, o qual tinha sido ministro da fazenda do governo anterior¹⁰, além de idealizador do Plano Real. No início de seu governo a economia vivia os impactos do Plano Real, o qual proporcionou queda na inflação, fazendo com que os valores de bens e serviços tivessem redução, resultando em aumento na demanda. Com a redução do momento de incerteza havia maior quantidade de crédito disponível, provocando incentivos às atividades econômicas. Esse plano ainda resultou na apreciação cambial¹¹, elevando a quantidade importada pelo país (GREMAUD et al, 2010).

Segundo Rezende (2009) o governo de FHC buscava inserir o Brasil dentro da economia global competitiva, por isso tinha como principal objetivo tirá-lo da crise econômica e organizar a economia, a fim de ter condições de inserção no processo de desenvolvimento. Conforme o mesmo autor, para isso acontecer, na visão do governo, era necessário que se rompesse com a intervenção estatal com adoção de políticas que abrangessem desde privatizações até o combate da inflação, abertura comercial e ajuste fiscal.

¹⁰ Em 1990 foi eleito a presidente da república Fernando Collor de Mello (1990 – 1992), o qual tinha como objetivo controlar a inflação por meio do Plano Collor e II Plano Collor, porém afetou de forma negativa a economia. Além disso este governo se envolveu com corrupções, com isso surgiram movimentos de revolta como os “Caras pintados” para que fosse realizado o *impeachment*, porém antes desse processo o presidente renunciou à presidência. Deste modo, em 1993 a presidência passa para seu vice Itamar Augusto Cautiero Franco (1993 – 1994), o qual nomeou como Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC).

¹¹ Apreciação cambial é a valorização da moeda nacional em comparação com o dólar, ou seja, o valor da moeda nacional se eleva mais do que o da moeda de referência.

Vale ressaltar que o cenário em que o governo se inseria era de pressões dos agricultores familiares para a obtenção de crédito rural. Isso é decorrente do processo histórico, pois desde os anos de 1980 havia manifestos dos sindicatos rurais para inserir esses agricultores nas políticas agrícolas. Isso propiciou o surgimento, em 1994, do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap) no final do governo Itamar Franco. Esse programa fazia parte do Ministério da Agricultura e tinha um vínculo com a Secretaria de Desenvolvimento Rural. Esse Ministério também disponibilizava recursos para os agricultores patronais. Com a inserção dos agricultores familiares¹² havia concorrência entre os dois grupos de agricultores para conseguir esse recurso. No início do governo do FHC esse programa foi melhorado e transformado no PRONAF. Esse se tornou oficial em 1996 com o Decreto Federal nº1.946 (CAZELLA et al, 2004). Quanto ao Pronaf, os movimentos sociais se articularam para a criação e desenvolvimento do Pronaf, como esclarece Rosa (2008).

As ações conjuntas do MST e do MPA contribuíram diretamente para a criação, nos últimos anos do século passado, de uma série de órgãos ligados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e linhas de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que visam promover a chamada “agricultura familiar”. Ao reivindicar a necessidade de créditos do governo federal para viabilizar as áreas reformadas, as mobilizações do MST contribuíram para uma mudança importante na ordem de prioridades da agricultura brasileira. Se antes o monopólio das atenções estava voltado exclusivamente para as grandes plantações, agora, com a criação do MPA, formou-se pela primeira vez na história uma política nacional de apoio para os pequenos plantadores. As ações conjuntas do MST e do MPA contribuíram diretamente para a criação, nos últimos anos do século passado, de uma série de órgãos ligados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e linhas de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que visam promover a chamada “agricultura familiar”. Ao reivindicar a necessidade de créditos do governo federal para viabilizar as áreas reformadas, as mobilizações do MST contribuíram para uma mudança importante na ordem de prioridades da agricultura brasileira. Se antes o monopólio das atenções estava voltado exclusivamente para as grandes plantações, agora, com a criação do MPA, formou-se pela primeira vez na história uma política nacional de apoio para os pequenos plantadores (ROSA, 2008, p.467).

Em 1996 surgiu o Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) visando incentivar a compra dos produtos dos agricultores/cooperativas por um preço mínimo imposto pelo governo. Nesse mesmo ano é criado o Programa de Securitização de Dívidas para contribuir com a maioria dos agricultores, que estavam endividados, através da renegociação da dívida e permaneciam na obtenção de recursos financeiros. Também houve a criação do Programa de Zoneamento Agrícola do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária (Mapa) para

¹² Neste período eram denominados Mini-produtores. Esta definição foi estabelecida no Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura.

identificar os locais produtivos, mostrar os requerimentos e processos técnicos da produção (BUAINAIN et al, 2014).

Até esse período, de acordo com Buainain (2006), aos pequenos agricultores eram negados direitos por falta de políticas públicas. Isso está de acordo com Picolotto (2014) que cita que em 1996 com a insatisfação da situação que estavam vivendo os agricultores familiares criam o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)¹³.

Segundo Cardoso (1997) no ano de 1995, no início do Pronaf foram aplicados R\$ 36 milhões, alcançando 19 mil famílias. No ano seguinte (1996) o volume subiu para R\$ 649,7 com 333 mil famílias atendidas. De acordo com Paulino (2010, A), enquanto o Pronaf expandia, ocorreram problemas no Plano Real. Com a implantação da nova moeda, surgiram problemas financeiros e econômicos para o Brasil, dentre eles: endividamento, déficits externos, desemprego, baixa taxa de crescimento e competitividade gerados pela busca do capital externo, alta taxa de juros, déficits externo e concentração de renda. Isso está de acordo com Giambiagi (2005, p.176, A) que cita esse acontecimento como “Desgaste da âncora cambial”, pois no início apresentava benefícios, mas no decorrer do tempo mostrou os seus efeitos colaterais.

O cenário externo também propiciou uma certa instabilidade, pois o governo começou com muita “pressão” e os motivos para isso eram: a economia estava ficando superaquecida, efeitos da crise no México, receio do país entrar em crise com a utilização do câmbio devido a experiências de outros países; aumento da demanda e redução das reservas; por fim a inflação não reduzia (GIAMBIAGI, 2005, A). Portanto o Plano Real facilitou a eleição de FHC, mas o ambiente externo não era bom, pois havia crises consecutivas que testaram a estabilização dessa moeda (PERSON, 2011). Gremaud et al (2010) citam as crises do México (1994), crise da Ásia (1997) e crise da Rússia (1998) proporcionando elevação nas taxas de juros e consequente aumento da dívida pública.

Em meio a esse cenário surgiram outras políticas para o meio rural, uma delas foi a criação em 1995 do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), esse visava a incentivar a produção no meio rural e a agroindústria, a fim de elevar e melhorar a produção e conter o êxodo rural (CARDOSO, 1997). Em 1996 com o decreto nº 1.889/96 surge o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF) (MDA, 2018, D).

¹³ Movimento formado por agricultores familiares para a produção de alimentos saudáveis. Dessa forma possibilita a garantia da soberania alimentar, também a busca pela valorização da cultura e da identidade camponesa, ao mesmo tempo em que se respeita a diversidade da região.

Nesse governo foi instituído o Ministério da Reforma Agrária, o motivo para essa ação do governo é explicado por Carter (2008).

Entre 1996 e 2002, o governo federal e a administração estadual instituíram dois terços de todos os assentamentos criados entre 1979 e 2006. O escândalo nacional suscitado após o massacre de 19 camponeses do MST em abril de 1996, no povoado paraense de Eldorado dos Carajás, induziu o presidente Fernando Henrique Cardoso a criar o Ministério da Reforma Agrária e acelerar a distribuição de terras em todo o país (CARTER, 2008, p.219).

Enquanto isso, o Plano Real apresentava sucesso no controle da inflação, porém ocorreram problemas na gestão, em consequência do desequilíbrio externo e crise fiscal. O desequilíbrio externo era resultado do aumento das importações, mas a exportação não conseguiu crescer na mesma proporção (GIAMBIAGI, 2005, A). Segundo Person (2011) como a exportação não conseguia acompanhar a importação, o Banco Central teve que tomar medidas para proteger a economia interna e atrair capital externo através do aumento da taxa de juro. Entretanto isso prejudicou os empreendedores, pois muitos fecharam seus negócios e outros reduziram o seu número de funcionários. Isso também fazia a dívida pública aumentar. Segundo Giambiagi (2005, A) o Brasil sofreu os impactos da crise fiscal em decorrência do aumento do déficit primário¹⁴ resultando em uma elevação na dívida pública.

No final de seu primeiro governo FHC fez um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). As condições para obter esse pacote de ajuste fiscal eram de que as suas reservas não poderiam ser menores que R\$ 20 bilhões de dólares, isso não permitia fazer com que o dólar fosse barato e desvalorizava o real (PERSON, 2011).

Assim, o primeiro mandato de FHC pode ser caracterizado como um período em que para a agricultura familiar foram criados: o Pronaf com linhas direcionadas para as Operações de custeio e Investimento, Pronaf pesca artesanal, Pronaf Especial, Pronaf Agregar, Pronaf Infraestrutura.

3.2 GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: MANDATO DE 1999 A 2002

Segundo Person (2011, p.275) esse mandato iniciou com a declaração da moratória da dívida do Estado com a União, realizada pelo governador Itamar Franco de Minas Gerais.

¹⁴ O déficit primário ocorre quando o resultado do balanço das despesas não financeiras (juros, correções e amortizações das dívidas adquiridas anos anteriores) são maiores que as receitas não financeiras (juros, despesas e amortização dos empréstimos). Ou seja, quando há mais despesas em comparação com as receitas efetuadas pelo governo.

Conforme o autor isso foi um “golpe na credibilidade do governo”, pois o país queria mostrar a sua estabilidade nesse momento para os seus investidores.

Em 1999 foram efetuadas mudanças no câmbio com as trocas de presidente do BACEN, nas quais Armínio Fraga finalizou o processo com o abandono do sistema de bandas cambiais e o estabelecimento do regime de câmbio flutuante¹⁵. Nesse mesmo ano foi adotado pelo Banco Central o sistema de Metas de inflação pelo Decreto nº3.088/99. Com esse sistema o Banco Central passa a ter a função de controlar a inflação com as taxas de juros seguindo as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Por fim, as outras funções que deveriam ser desempenhadas por esse seriam em relação ao crescimento econômico e ao câmbio (GREMAUD et al, 2010; PERSON, 2011).

Em 1999 houve baixas taxas de inflação e redução da taxa de juro. Isso resultou em expectativas de crescimento econômico para o ano seguinte. Entretanto, em 2001, devido ao choque externo e as crises, como energética e da Argentina, isso acabou não ocorrendo. A crise na Argentina prejudicou o Brasil, pois esse era dependente do capital especulativo e via a saída do capital externo com a desvalorização do peso Argentino. Isso refletiu nas medidas do Bacen que elevou a taxa de juros retraindo o investimento e elevando a dívida pública (GREMAUD et al, 2010; PERSON, 2011)

De acordo com Gremaud et al (2010), durante este mandato do governo FHC ocorre a alteração no desempenho fiscal, pois em 1999, nas finanças públicas há superávits primários por meio dos quais é reduzido o risco do país. O aumento do resultado primário é decorrência do aumento da arrecadação, pois foi aprovada no Congresso a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Em relação aos ministérios, no ano de 1999, após três anos de sua criação, o MEPF foi mudado para o Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar por meio, inicialmente, da medida provisória nº 1911-12/99 e foi alterado com a medida provisória nº 1999-13/99 para Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2018, D). Com a medida provisória nº1.999/14 apenas permanece o Ministério do Desenvolvimento Agrário (PLANALTO, 2018, J). Em 2000 com o Decreto nº3.338/2000 é efetivamente instituído o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2018, D).

Segundo Cazella et al (2004) o Pronaf teve novas reformulação, pois antes fazia parte do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e passou a ser incorporado

¹⁵ Sistema de trocas de moedas nacional e internacionais no mercado de divisas. Este funciona com o objetivo de entregar determinada quantidade de moeda para obter moeda de outro país. Dessa forma, o preço desta taxa de cambio é definido conforme a oferta e demanda.

pelo MDA em 1999. De acordo com Bianchini (2015) o último ano safra do Pronaf, no MAPA, foi 1999-2000, após passou para o recém-criado MDA. Conforme este último autor a agricultura familiar teve mais benefícios no plano safra de 2003/2004 e nos planos seguintes, pois havia surgido novas políticas que contribuíssem para a produção agrícola.

No ano de 2000 houve a “maior taxa de crescimento econômico” de 4,36% comparando com os períodos de 1998 até 2002. Com isso houve um crescimento significativo do PIB industrial, pois tinha baixa taxa de crescimento. E com isso o setor que teve maior desempenho foi a agropecuária, pois foi contemplado por políticas como o Moderfrota¹⁶, taxa de câmbio e crescimento mundial nos anos seguintes (GREMAUD et al, p. 486, 2010).

Em 2001 surge a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), cuja luta é por melhores condições em oposição ao sistema financeiro que os agricultores estão inseridos. Essa federação busca elaborar projeto com foco no desenvolvimento de caráter sustentável e solidário. A fim de realizar uma mudança na esfera social, ao passo que o agricultor se apropria da sua produção ao agregar valor e há conquistas por políticas públicas para esses pelos sindicatos (FETRAF-SUL, 2016).

Portanto essa federação surgiu nesse governo a fim de fortalecer a representação dos sindicatos para garantir os direitos dos agricultores. Conforme FETRAF-SUL (2016) esta federação surgiu em decorrência da necessidade de representatividade sindical. Isto ocorre, pois a Frente Sul da Agricultura Familiar (instituição responsável) não era apenas responsável pelos sindicatos, mas também por ONGs, associações e cooperativas. Dessa forma a mesma não iria conseguir contemplar todos os envolvidos na mesma amplitude.

Em 2002 com a lei nº10.420 é criado o Fundo de Garantia – Safra, com vínculo no MDA e para beneficiar os agricultores prejudicados com a estiagem localizado na área de Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (PLANALTO, 2018, H)¹⁷. Segundo MDA (2018, C) abrange os Estados de Nordeste, Norte, Minas Gerais e Espírito Santo, pois são regiões semiáridas que têm perda constante na produção pelos fatores climáticos, como chuva e seca.

Em relação ao aspecto social durante o governo de FHC foram adotadas políticas como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), bolsa escola, bolsa renda, Bolsa alimentação, Auxílio Gás e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (GIAMBIAGI, 2005, A).

¹⁶ Financiamento de máquinas para a agricultura, como tratores, plantadeira, semeadora, pulverizadores, colheitadeiras e outros.

¹⁷ A LEI nº12.766 de 2012 inclui agricultores que não estão na área do SUDENE que comprovam estar inseridos em regiões de perda da produção gerados pelos fatores climáticos, como seca e chuva.

Em síntese, durante o segundo mandato de FHC, no que tange à agricultura familiar foi criada a linha do Pronaf Floresta. Quanto ao valor destinado nesse mandato, para o financiamento da Agricultura familiar e Agricultura Patronal, são mostrados na tabela 1.

Tabela 1 - Evolução dos recursos disponibilizados para a Agricultura Familiar e Agricultura Patronal, no Brasil durante os anos de 2000 a 2002, em valores nominais.

Safra	Agricultura Familiar (R\$)	Agricultura Patronal	Agricultura Patronal (%) do total
2000/2001 ¹⁸	3.940.000.000,00	12.117.000.000,00	75,46
2001/2002	4.196.000.000,00	15.720.000.000,00	78,93
2002/2003	4.196.000.000,00	20.540.000.000,00	83,04

Fonte: Organizado pela autora, adaptado por BIANCHINI (2015) com dados do BACEN, SAF, MDA.

Observando os valores disponibilizados para os agricultores familiares e patronais no período de 2000 a 2003 pode-se constatar que os patronais têm acesso a mais de dois terços dos recursos totais. Apenas para ilustrar as diferenças entre os dois grupos de agricultores e o estímulo que cada um deles recebe basta verificar que de 2000 a 2002 os agricultores familiares obtiveram um incremento de aproximadamente 6,5% no volume disponibilizado, enquanto que para os agricultores patronais o incremento foi de 69,5%.

3.3 GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: MANDATO DE 2003 A 2006

Em 2003 se elege a presidente da república o então candidato Lula, do partido dos trabalhadores (PT). De acordo com Gremaud (2010) e Giambiagi (2005, B) a economia brasileira estava fragilizada, pois havia nesse momento baixo crescimento e endividamento do país agravando o estado da inflação e do câmbio. Dessa forma surgem inúmeras demandas impostas ao novo governo, tais como “estabilizar a economia, aprofundar o ajuste fiscal e reverter a tendência de crescimento da dívida pública e a situação de dominância fiscal, garantindo a preservação dos superávits comerciais e buscar o crescimento econômico” (GREMAUD, 2010, p. 490).

Portanto, o governo recém-eleito deveria buscar soluções para retirar o país da situação de instabilidade econômica, com a presença de problemas cambiais e altas taxas de inflação. Ressaltando que o país se encontrava em um momento de dominância fiscal, isto é, utilizava a taxa de juro como um mecanismo para regular a inflação, porém a consequência era a incerteza que gerava nos indivíduos (GREMAUD et al, 2010).

¹⁸ Em 2000 começam a separar os planos safras destinados para Agricultura Familiar e Agricultura Patronal.

Vale ressaltar que o regime de políticas macroeconômicas utilizadas durante os governos de FHC¹⁹ foi mantido pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). A mudança no regime aconteceu em seu segundo mandato (2007 – 2010), pois havia flexibilidade na política econômica através da adoção de medidas referentes ao aumento do crédito e do salário real, programas de transferências de renda direta, surgimento do Programa de Aceleração do Crescimento e ampliação das atuações do BNDES bem como medidas anticíclicas para combater a crise internacional (TEIXEIRA e PINTO, 2012).

Em relação às questões relacionadas à agricultura familiar, em 2003 com o decreto n° 4.723/03 ocorreram mudanças no MDA, sendo definidas as suas competências (MDA, 2018, D). Nesse mesmo ano foi implantado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) via art. 19 da lei 10.696 para incentivar a produção, o consumo e a comercialização de produtos da agricultura familiar (PLANALTO, 2018, B). Em 2003 surgiu, através da SDT/MDA, o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) para desenvolver ações que beneficiassem os agricultores familiares (BRASIL, 2018).

Nesse mesmo ano surgiu o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para proteger os agricultores contra os fatores climáticos que prejudiquem a sua produção. E para a indústria seria incentivada a sua participação no seguro rural. Vale ressaltar que esse programa foi criado para complementar o Proagro. Também em 2003, ocorre uma reformulação na Cédula de Produtor Rural (CPR)²⁰ incluída a liquidação financeira para aumentar a quantidade de agentes nos beneficiados. Nesse ano foi criada a Linha Especial de Comercialização (LEC) para elevar a liquidez que ocorre na comercialização, diminuir as intervenções e o uso do Empréstimo do Governo Federal (EGF)²¹. Em 2004 surgem cinco títulos para o financiamento do Agronegócio através da Lei 11.076. Este foi criado para contribuir com o financiamento através da aproximação dos seus envolvidos, como agricultores, cooperativas, indústrias e outros (BUAINAIN et al, 2014).

Segundo Paulino (2010, B) o governo Lula contribuiu para elevar o investimento em decorrência da diminuição da taxa de juro, elevação das exportações de commodities e expansão do crédito e da renda monetária. Em relação ao crédito, ocorreram melhorias no seu sistema visando a beneficiar as pessoas que tem menos renda, em ações como a criação do

¹⁹ Exerceu dois mandatos no período de 1995 a 1998 e 1999 a 2002.

²⁰ Em 1994 surgiu a CPR através da Lei n°8.929 com apenas a modalidade de liquidação física. Esta refere a uma medida para proteger o agricultor através da garantia de um preço estabelecido. Esta funciona como um contrato para os agricultores ou cooperativa de produção receber adiantado o valor do seu produto que iria entregar futuramente para trading, cerealista ou outros.

²¹ Este era utilizado para efetivar compras diretas. Esta medida era apenas utilizada quando os preços do mercado estavam abaixo do mínimo estabelecido pelo governo.

Banco Popular para essa mesma classe, políticas de microcrédito, incentivos para cooperativas de crédito e aprovação da nova Lei de Falência. Com essas medidas elevou a quantidade de crédito no país (GREMAUD et al, 2010).

Para ilustrar como foi a distribuição de recursos financiados para a agricultura patronal e familiar entre 2003 e 2006, na Tabela 2 constam as informações deste primeiro mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

Tabela 2 - Evolução dos recursos disponibilizados para a Agricultura Familiar e Agricultura Patronal, no Brasil durante os anos de 2003 a 2006, em valores nominais.

Safra	Agricultura Familiar (R\$)	Agricultura Patronal	Agricultura Patronal (%) do total
2003/2004	5.400.000.000,00	27.750.000.000,00	83,71
2004/2005	7.000.000.000,00	39.450.000.000,00	84,93
2005/2006	9.000.000.000,00	44.350.000.000,00	83,13
2006/2007	10.000.000.000,00	50.000.000.000,00	83,33

Fonte: Organizado pela autora, adaptado por BIANCHINI (2015) com dados do BACEN, SAF, MDA.

Sobre os recursos acessados pelos dois grupos, conforme a Tabela 2 pode-se observar que a agricultura patronal acessa percentuais superiores a 83% do total em todos os anos do mandato. Por outro lado, os valores destinados para a agricultura familiar aumentaram em 85%, enquanto que os destinados para a agricultura patronal foram elevados em 80%.

Isso pode ser resultado de todas as medidas implantadas no decorrer de 2003, como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), reformulação na Cédula de Produtor Rural (CPR), Linha Especial de Comercialização (LEC). Durante esse governo as linhas do Pronaf são: Pronaf Alimento, Pronaf Fome Zero, Pronaf Cotas Partes, Pronaf Custeio da Agroindústria familiar, Pronaf Jovem, Pronaf Mulher, Pronaf Agroindústria, Pronaf B como Microcrédito Rural, Pronaf Agroecologia, Pronaf Custeio de Agroindústria familiares e de comercialização.

3.4 GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA: MANDATO 2007 A 2010

Segundo Paulino (2010, B) com a taxa de juros alta foi atraído elevado volume de capital. Essa variável somada ao saldo positivo da balança comercial resulta em uma elevação das reservas internacionais em 181,7 bilhões de dólares no ano de 2007. Em consequência, conforme o autor, o aumento das reservas gerou uma valorização cambial.

Em 2008 o governo Federal, estava preocupado com as regiões mais vulneráveis, econômica e socialmente. Dessa forma, esse governo articulado com o governo Estadual, municipal e sociedade desenvolveu o Programa Territórios da Cidadania²². Com o intuito de promover melhorias nas condições de vida visando a assegurar os direitos sociais e desenvolvimento desses locais. Por isso foram criados critérios de seleção dos municípios que são os seguintes: baixo IDH, concentração de agricultores familiares, assentamentos, indígenas, quilombolas, pessoas carentes (Bolsa Família), municípios com baixa giro na economia, organização dos atores sociais e cada Estado deve ter um território. A princípio em 2008 foram criados 60 territórios, no ano seguinte aumentou para 120 territórios. No Paraná foram selecionados no início dois territórios a Cantuquiriguaçu²³ e o Vale do Ribeira²⁴, após foram contemplados mais dois Norte Pioneiro²⁵ e Paraná Centro²⁶ (BRASIL, 2009 e BRASIL, 2008).

Vale ressaltar que durante esse governo ocorria a crise de 2008 e para Piketty (2013) essa crise é vista como um dos piores acontecimentos ao longo da história, principalmente após a crise de 1929. De acordo com Matias-Pereira (2013) essa crise iniciou nos Estados Unidos e se expandiu a nível mundial atingindo os BRIC²⁷. Assim, resultando para esses países queda na taxa de crescimento e elevação da inflação.

Em 2009, na lei nº11.947, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das diretrizes da alimentação escolar. Nesse mesmo ano foi criado o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf), pela portaria do MDA nº45, visando identificar e fortalecer a produção proveniente da agricultura familiar (MDA, 2018, B).

²² Avanço do Pronat implantado em 2003.

²³ O Território da Cidadania Cantuquiriguaçu é formado por vinte municípios: Marquinho, Ibema, Diamante do Sul, Foz do Jordão, Virmond, Catanduvas, Rio Bonito do Iguaçu, Campo Bonito, Espigão Alto do Iguaçu, Candói, Cantagalo, Goioxim, Guaraniasçu, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Porto Barreiro.

²⁴ O Território da Cidadania Vale Ribeira é composto por 7 municípios: Doutor Ulysses, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Adrianópolis, Cerro Azul, Itaperuçu, Tunas do Paraná.

²⁵ Abatiá, Carlópolis, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Guapirama, Ibaiti, Jaboti, Japira, Joaquim Távora, Jacarezinho, Jundiá do Sul, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, Quatiguá, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santana do Itararé, Santo Antônio do Paraíso, Santo Antônio da Platina, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, Sapopema, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.

²⁶ Altamira do Paraná, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Guarapuava, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Cantu, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Rio Branco do Ivaí, Roncador, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste e Turvo.

²⁷ O BRIC é o resultado de um estudo realizado pelo Jim O'Neil sobre o potencial de crescimentos do Brasil, Rússia, Índia e China. Foi apenas em 2006 que esses países se uniram formando o BRIC. Em 2011 se inseriu África do Sul, assim a sigla foi mudada para BRICS.

Em 2010 pela Lei nº 12.188 é instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) buscando apoiar com recursos financeiros a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Também há o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater) que busca colocar em prática os serviços da Ater (PLANALTO, 2018, A). Nesse mandato a agricultura familiar e patronal obtiveram a seguinte quantidade de recursos.

Tabela 3 - Evolução dos recursos disponibilizados para a Agricultura Familiar e Agricultura Patronal, no Brasil, durante os anos de 2007 a 2010, em valores nominais.

Safra	Agricultura Familiar (R\$)	Agricultura Patronal	Agricultura Patronal (%) do total
2007/2008	12.000.000.000,00	58.000.000.000,00	82,86
2008/2009	13.000.000.000,00	65.000.000.000,00	83,33
2009/2010	15.000.000.000,00	93.000.000.000,00	86,11
2010/2011	16.000.000.000,00	100.000.000.000,00	86,21

Fonte: Organizado pela autora, adaptado por BIANCHINI (2015) com dados do BACEN, SAF, MDA.

Neste mandato a agricultura patronal continuou obtendo crescimento do percentual nos recursos disponíveis quando comparada à agricultura familiar, chegando a 86% nos dois últimos períodos. Em termos de crescimento do valor acessado pelos dois grupos, constata-se também um favorecimento à agricultura patronal para a qual crescem em aproximadamente 72,5% o volume disponível. Na agricultura familiar também há crescimento de recursos disponíveis, mas em um percentual de 33%, aproximadamente.

As políticas públicas que, neste período, podem ter contribuído para o crescimento dos recursos disponível para Agricultura Familiar são: PNAE, Pnater, Ater, Pronater e as novas linhas do Pronaf, como: Pronaf Eco, Pronaf Mais Alimento e Pronaf Sistêmico, além das anteriormente disponíveis.

3.5 GOVERNO DILMA ROUSSEFF: MANDATO 2011 A 2014

O primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff inicia contando com o apoio em sua campanha do ex-presidente Lula. Isto passava uma imagem para a população de que as medidas do novo governo seriam uma continuação do governo anterior. Esse governo assume com altas taxas de juros e câmbio sobreavaliado (BRESSER-PEREIRA, 2012). Conforme Carleial (2015) e Costa et al (2012) o cenário externo não era favorável, com dificuldades de

crescimento da Índia e China, crise do euro e dificuldades de recuperação da economia dos Estados Unidos. E internamente estes fatores provocavam a redução do consumo das famílias.

Segundo Carleial (2015) esse governo procurou diminuir os riscos que havia naquele momento na economia e se distanciar do neoliberalismo. Uma das ações da presidenta nesse governo foi referente a implementação de programa de diminuição da taxa de juros e medidas de política heterodoxa²⁸ visando a conter o *spread* bancário²⁹ que estava excessivo naquele período, porém a sua atuação resultou em críticas as quais fizeram com que ela interrompesse esse processo.

Esse governo sofria influências do desequilíbrio externo que ocorria em 2011. Estes impactos do ambiente externo se referem à queda da taxa de crescimento na China e Índia, problemas decorrentes da crise do euro na União Europeia e dificuldade para estabilizar a economia nos Estados Unidos. Também os países ao redor do Brasil estavam passando por problemas, dessa forma afetando a economia brasileira (CARLEIAL, 2015; PAULA e PIRES, 2017).

No início de 2011 a política fiscal era contracionista, com aumento do superávit primário, isso controlava a demanda agregada e buscava que se reduzisse a meta de inflação. O Ministério da Fazenda realizou desonerações tributárias para controlar os preços. No segundo semestre de 2011 até o primeiro de 2012 a política fiscal tinha um perfil anticíclico visando elevar o investimento e reduzir tributos. Porém, os investidores tinham expectativas negativas, por isso essas medidas não surtiram efeitos como o esperado. Em junho de 2012 é criado o Programa de Compras do Governo para estimular compras do governo e a realização de investimentos públicos, beneficiando vários setores (CAGNIN et al, 2013).

Segundo o MDA (2013) e MDA (2016, A) no ano de 2012, com o decreto 7.794, houve a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) para promover o desenvolvimento sustentável no campo por meio de ações que estimulem a produção sustentável. Uma das ferramentas mais relevantes dessa política é o Plano Nacional de Agroecologia e produção orgânica (Planapo).

Conforme a mesma fonte, até o momento esse plano teve 2 ciclos (2018), o primeiro refere-se ao período de 2013 a 2015 com ações para a Agroecologia. Este plano proporcionou a inserção de sua temática em processo de formulação de políticas públicas. O novo plano que está em vigor no momento, 2016 – 2019, realiza uma ligação, por meio de programas ou

²⁸Políticas heterodoxa são referentes às intervenções do Estado na economia, assim este assume papel de agente regulador a fim de promover o desenvolvimento. Essa teoria é keynesiana e pós keynesiana.

²⁹Spread bancário é a diferença entre o custo pago pelo banco ao emprestar dinheiro e o que esse cobra nas operações de crédito para o consumidor.

ações, entre os ministérios, setores e entidades do governo. Esse plano tem seis eixos: produção, uso e conservação de Recursos Naturais, Conhecimento, Comercialização e consumo, Terra e Território, Sociobiodiversidade,

Portanto, esse plano visa realizar iniciativas que motivem a produção Agroecológica ou orgânica por meio das redes de produção, Ater, oferta de insumos (água e sementes), compras governamentais, elevação do acesso aos mercados e possibilita o acesso às terras para os indígenas e assentados. Esse plano é elaborado e implementado pela Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), após é realizada a participação da sociedade e o governo na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo). Com isso possibilita um momento de debate e controle do plano.

Em 2014 surge a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) com o decreto nº8.252. As suas competências referem-se a desenvolver os programas de assistências sociais e a extensão rural, assim estimulam as adoções de tecnologias e aquisição de conhecimento, desenvolvimento de programa e ações (PLANALTO, 2018, D).

O governo Dilma buscou proporcionar aumento na taxa de crescimento ao combinar os seguintes elementos: desoneração tributária com a desvalorização cambial e a diminuição das taxas de juro. Essas medidas foram implementadas em decorrência dos efeitos da crise que influenciaram a demanda agregada. Essa ação proporcionou crescimento durante o período de 2012 ao início de 2014, porém ao final do governo, apresentou queda com a redução da Formação Bruta de Capital Fixo - FBKF (OREIRO, 2017).

Quanto aos recursos disponíveis para a Agricultura familiar e patronal durante o período, estas informações estão disponíveis na tabela 4.

Tabela 4 - Evolução dos recursos disponibilizados para a Agricultura Familiar e Agricultura Patronal, no Brasil durante os anos de 2011 a 2014, em valores nominais.

Safra	Agricultura Familiar (R\$)	Agricultura Patronal	Agricultura Patronal (%) do total
2011/2012	16.000.000.000,00	107.238.000.000,00	87,02
2012/2013	18.000.000.000,00	115.250.000.000,00	86,49
2013/2014	21.000.000.000,00	136.063.000.000,00	86,63
2014/2015	24.100.000.000,00	156.100.000.000,00	86,63

Fonte: Organizado pela autora, adaptado por BIANCHINI (2015) com dados do BACEN, SAF, MDA.

Nesse primeiro mandato da Presidente Dilma, é possível observar que a agricultura patronal apresenta certa estabilidade na representatividade quanto ao total dos recursos disponíveis, em torno de 86% do volume total. Cabe destacar que os volumes disponíveis para

os agricultores familiares no período desse mandato cresceram em 50,6%, enquanto que para os agricultores patronais este crescimento foi de 45,5% (o menor de todos os períodos analisados até aqui).

Durante esse mandato as linhas criadas pelo Pronaf foram: Pronaf Produto Orientado, novo crédito produtivo para a Reforma Agrária e criação do custeio para a produção Agroecológica, Pronaf Mulher com Microcrédito Orientado a manutenção dos demais anteriormente criados.

3.6 GOVERNO DILMA ROUSSEF E MICHEL TEMER: MANDATO 2015 A 2018

Segundo Oreiro (2017) o governo de Dilma Rousseff (janeiro de 2015 a 11 de maio de 2016) começou com o agravamento da queda do crescimento. Esse autor aponta que os motivos para esse problema foi o realinhamento dos preços relativos. Esse resultou em reajuste alto na tarifa de energia, em decorrência da redução em 2013 para controlar a inflação. Isso também gerou elevação na depreciação da taxa de câmbio durante o início de 2015. Contudo, afetou a inflação, que no terceiro trimestre de 2015 aumentou para 9,48%, assim reduzindo o poder aquisitivo dos trabalhadores. Conforme o mesmo autor, outro motivo foi a política fiscal que era contracionista em decorrência da queda no decorrer dos anos do resultado primário estrutural, assim ocorrendo um ajuste fiscal em uma economia em recessão.

Além disso, o ajuste fiscal resultou em cortes, prejudicando o empresário que visualizava a sua renda reduzindo. Com a insatisfação desses, o governo realizou a agenda empresarial conservadora, mas não havia os mesmos benefícios de períodos anteriores. Dessa forma resultou em frustração e redução de lucros pelos empresários e por parte da sociedade tradicional e o governo perdeu o apoio (BASTOS, 2017).

Outro fator que impactou uma parte dos empresários foi a Operação Lava Jato, iniciada em 2014, que segundo Bastos (2017) passou a investigar empresários que cometiam atividades ilegais, e políticos que realizavam operações de corrupção. Assim, na medida em que a crise econômica e as investigações sobre as operações de corrupção cresciam, encaminhava-se um golpe no governo, no qual foi utilizado o processo de *impeachment*, cuja votação aconteceu em maio de 2016 e no qual a presidente teve seu mandato interrompido. O

vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência com o programa Ponte para o Futuro baseado na PEC 214/55 do teto de gastos³⁰ (BASTOS, 2017).

No curto período de tempo em que a presidente Dilma exerceu seu mandato, quanto às políticas públicas, em 2016 é instituído pelo decreto nº8.736, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, no âmbito do MDA, o qual busca beneficiar os jovens agricultores familiares e outras comunidades (PLANALTO, 2018, E). Em relação aos recursos disponibilizados para a agricultura estes são apresentados na tabela 5.

Tabela 5 - Evolução dos recursos disponibilizados para a Agricultura Familiar e Agricultura Patronal, no Brasil durante os anos de 2015 a 2016, em valores nominais.

Safra	Agricultura Familiar (R\$)	Agricultura Patronal	Agricultura Patronal (%) do total
2015/2016	28.900.000.000,00	187.700.000.000,00	86,66
2016/2017	30.000.000.000,00	183.800.000.000,00	85,97

Fonte: Organizado pela autora (2018), com base nos dados organizados por BIANCHINI (2015), e dos planos safras, disponibilizado pelo MDA (2016, B) e MAPA (2016).

Destaca-se uma elevação de 3,27% no crédito disponibilizado para a agricultura familiar, enquanto uma queda de 2,07% para a Agricultura Patronal. Isso também refletiu na redução de 0,69% na representatividade dessa agricultura no montante total. Mesmo com isso o valor disponibilizado para Agricultura Patronal é alto em comparação com o da Agricultura familiar, pois representa em média 86,31% da representatividade do recurso total no período analisado.

Durante o governo do Michel Temer (12 de maio de 2016 até dezembro de 2018) foi extinto o MDA com a medida provisória nº726, de 12 de maio de 2016. As competências deste ministério foram transferidas para o Ministério de Desenvolvimento Social, e posteriormente foram transferidas também suas competências, com o Decreto nº 8.780, de 27 de maio, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2018, D). Com o decreto nº 8.865 de 29 de setembro de 2018, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário é transferida para a casa Civil (PLANALTO, 2018, F).

Em 2018 é também implementada a tentativa de afrouxar a legislação para a utilização do agrotóxico por meio de um projeto de lei 6.299/2002 conhecido como PL do veneno (CAMARA, 2018). Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (2018),

³⁰ Esta foi modificada para Emenda Constitucional nº95 de dezembro de 2016. Esta emenda refere-se a um novo regime fiscal para equilibrar as contas públicas, por isso propõem o “congelamento” durante vinte anos no orçamento fiscal e na Seguridade Social da União.

essa lei flexibiliza a utilização de agrotóxico, resultando em impactos negativos na agricultura, meio ambiente e a saúde.

Essa lei pode prejudicar os Agricultores familiares que possuem produção orgânica ou Agroecológica, pois os resíduos de Agrotóxicos que percorrem via água, solo e ar podem contaminar a sua produção sustentável ambiental. Segundo Câmara (2018) no dia 25 de junho de 2018 é aprovado pela comissão especial o parecer (substituto da PL do veneno) sobre a mudança da legislação brasileira referente ao uso de Agrotóxico. Dessa forma é alterada a palavra de Agrotóxico para pesticida, além disso, permitida a sua utilização antes mesmo das análises de risco sobre esses produtos elaborados pelo Ministério da Agricultura, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ANVISA. Assim, apresentando um risco para as pessoas envolvidas com esse produto, de forma direta com o manuseio e indireta no consumo dos alimentos.

Durante esse governo, segundo Bianchini (2015), especificamente na safra de 2015/2016, a Agricultura Familiar financiou R\$28.900.000.000,00 valor muito baixo em comparação com a Agricultura Patronal que obteve R\$187.700.000.000,00. De acordo com o MDA (2016, B) no plano safra de 2016/2017 foi disponibilizado R\$30.000.000,00 para a agricultura familiar

Nesse governo ocorreram mudanças no plano safra da agricultura familiar, pois o mesmo passou a ser plurianual. O Plano Safra da agricultura familiar 2017/2020³¹, elaborado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário Casa Civil (2017), disponibiliza R\$30.000.000,00 para a Agricultura Familiar. Enquanto nos planos safras da Agricultura Patronal a periodicidade continua sendo anual. Assim no Plano Safra 2017/2018, MAPA (2017), são disponibilizados R\$188.400.000.000,00, e para a safra de 2018/2019, MAPA (2018) o montante de recursos é de R\$191.100.000.000,00, uma diferença substancial em comparação com a agricultura familiar.

Observa-se que em todos os governos os recursos destinados para a agricultura patronal são maiores em comparação com a agricultura familiar, apesar de ações pontuais de cada governo. Dessa forma evidencia o favorecimento na disponibilização de recursos para a agricultura patronal. Como ponto positivo para a agricultura familiar observa-se a evolução das linhas do Pronaf, as quais no decorrer dos governos evolui para o aspecto ambiental e social, principalmente a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva. A partir disso, a

³¹ Este plano safra tem 10 eixos: Pronaf/Garantia-Safra/PGPAF/SEAF, Novo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Regularização Fundiária, Regulamentação da Lei da Agricultura Familiar, Agricultura Orgânica e Agroecologia, Apoio à Modernização Produtiva, Comercialização, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), Agricultura Urbana e Periurbana, Ações Integradas no Semiárido.

seguir serão apresentadas de forma detalhada as especificidades desse programa e de suas linhas.

4 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E O ESTÍMULO À AGROECOLOGIA

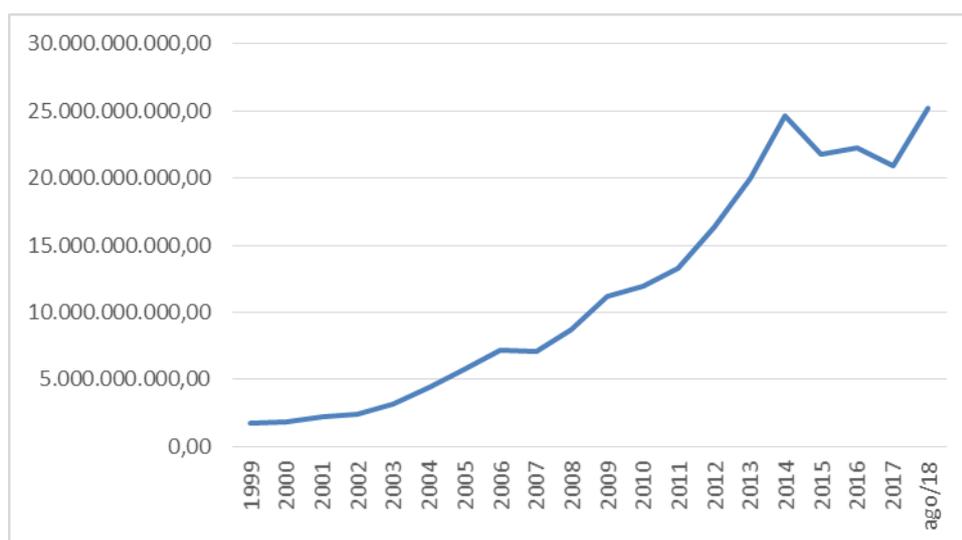
Entendendo que o Estado tem um papel como incentivador da agricultura familiar e sendo o crédito uma das formas de apoio, serão estudadas a seguir informações sobre o Pronaf, que é a principal fonte de recursos destinada para a Agricultura Familiar, desde 1996. Nesse contexto, é apresentada a caracterização da evolução de recursos de crédito do programa, com desmembramento das linhas disponíveis no decorrer de sua existência. Por fim é destacada a linha do Pronaf Agroecologia, especialmente criada para atender aos agricultores familiares cuja opção seja por este sistema produtivo sustentável.

4.1 UMA CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PRONAF

Ao ser um programa que incentiva a agricultura e pecuária, na produção de alimentos e criação de animais, o Pronaf é importante para o desenvolvimento do meio rural. Conforme Gazolla e Schneider (2013) sua contribuição pode ser observada na diversificação, no estímulo à produção destinada para o autoconsumo e na garantia à segurança alimentar.

Como uma primeira contextualização, no Gráfico 2 são apresentados os valores disponibilizados anualmente pelas linhas do Pronaf no período de janeiro de 1999 a agosto de 2018³².

Gráfico 2 - Evolução no valor total financiado (em valores nominais) pelas linhas do Pronaf de janeiro de 1999 a agosto de 2018.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, A e B.

³² Os dados do BACEN não disponibilizam as informações sobre o período de 1996 a 1998.

De acordo com o Gráfico 2, os valores totais dos recursos disponibilizados pelas linhas de financiamento do Pronaf aumentaram até o ano de 2006, ocorrendo estagnação em 2007. De 2008 até 2013 houve crescimento continuado, mas após este período observa-se nova queda até 2017 (BACEN, 2018, A e B). Segundo Conti e Roitman (2011) os motivos para elevar o valor efetivado de contratos do Pronaf foram a criação de várias linhas, aumento dos beneficiados, programas vinculados ao Pronaf, redução na taxa de juros, bem como a utilização de outras fontes de recursos.

Em relação aos programas vinculados ao Pronaf, em 2004 foi criado o Proagro Mais visando a atender aos agricultores familiares do Pronaf (BACEN, 2018, D). Segundo o governo do Paraná (2018) no mesmo ano foi instituído o Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar pela Lei nº 14.431, que surgiu para que os agricultores possam acessar ao Pronaf. Em 2006 surge o Programa de Garantia de Preços para a agricultura familiar (PGPAF) pelo Decreto nº5.996 visando contemplar as operações do Pronaf. Nesse mesmo ano, com a lei nº11.326 é criado as diretrizes para a elaboração de políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares e aos empreendimentos familiares do meio rural (PLANALTO, 2018, C e G).

Sobre as fontes dos recursos direcionadas para as linhas de financiamento do Pronaf, no Quadro 4 consta o histórico de suas origens, conforme Conti e Roitman (2011).

Quadro 6 - Histórico do surgimento das principais fontes de recursos do Pronaf de 1995 a 2008

Ano safra	Fonte de recursos	Desempenho
1995-2002	FAT-DE. Recursos obrigatórios. FCO.	Elevação dos recursos do FAT-DE. Baixo crescimento dos recursos obrigatórios e FCO.
2000-2001	Novas fontes de recursos. Utilização de uma já existente: Orçamento Geral da União (OGU).	Redução da dependência em pequenas proporções do FAT-DE.
2003 -2004	Poupança rural.	Crescimento do valor do Pronaf, porém na safra seguinte não continuou, apenas voltou em 2007.
2005 -2006	OGU.	Elevou o volume de crédito e da FAR-DE reduziu.
2007 – 2008	Resolução CMN 3.224.	8% dos recursos obrigatórios aplicados no Pronaf. Crescimento do crédito para o Pronaf.

Fonte: Adaptado pela autora com base nas informações de CONTI e ROITMAN, 2011.

Observa-se no quadro 4, que no início a principal fonte de recurso era FAT-DE, isso apenas mudou a partir de 2003, quando surgiram novas fontes de recursos e elevação das

fontes já existentes. É possível observar que as fontes de recursos do Pronaf ao longo do tempo foram se diversificando permitindo a expansão do programa³³.

O Pronaf desde a sua criação foi se desmembrando em diferentes linhas a fim de atingir diversas atividades realizadas na agricultura. A expansão desse programa foi objeto de estudo de autores como Bianchini³⁴ (2015) e Matei (2014)³⁵, os quais citam que em um curto período de tempo o Pronaf havia conseguido alcançar todo o território do país.

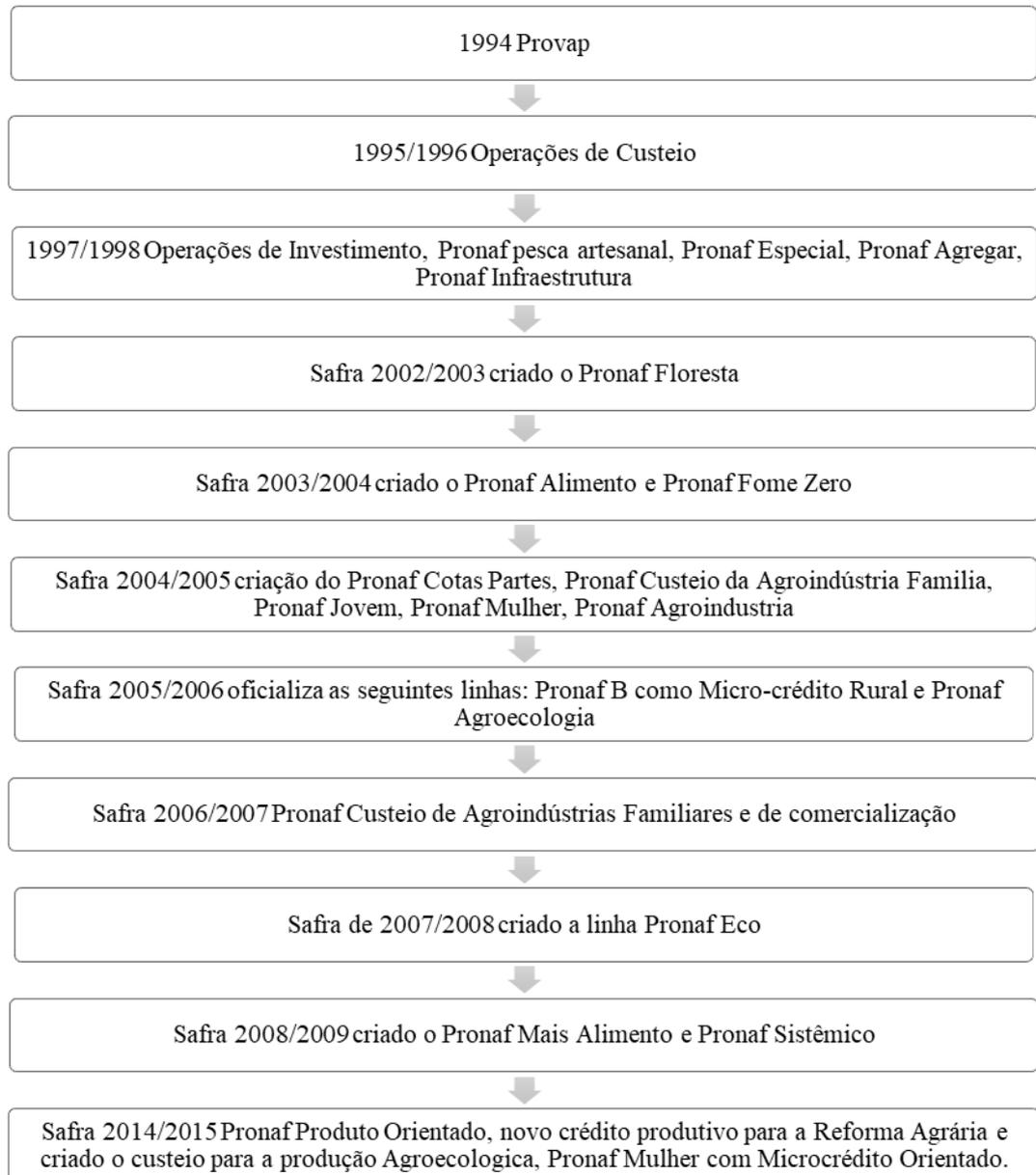
Em relação à evolução das linhas de financiamentos do Pronaf, conforme Bianchini (2015), esta pode ser ilustrada conforme o Ilustração 3.

³³ Informações detalhadas sobre a evolução de recursos para o Pronaf no documento “Pronaf: Uma análise da evolução das fontes de recursos utilizados no programa” do autor Conti e Roitman (2011).

³⁴ Informações adicionais na obra de BIANCHINI (2015) na obra “Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015”.

³⁵ Mais informações na obra de MATEI (2015) na obra “O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro Contemporâneo”.

Ilustração 3 - Linha do tempo do Pronaf 1996 - 2018.



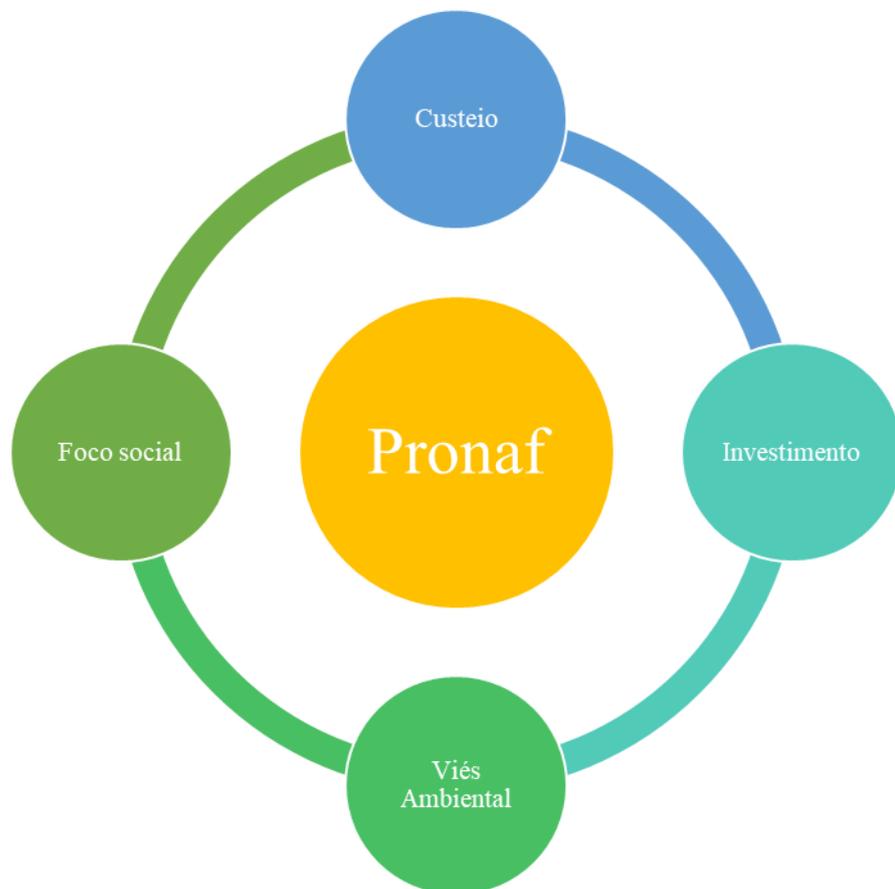
Fonte: Elaborada pela autora a partir de Bianchini (2015).

Com todos esses fatores mostrados acima, observa-se o crescimento do Pronaf com o aumento dos programas vinculados a ele, fontes de recursos e criação de linhas do Pronaf para facilitar as atividades dos Agricultores familiares. Para contribuir na explanação, na próxima seção estão as características das linhas de financiamento do programa analisado neste trabalho.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO DO PRONAF

O Pronaf é estruturado em linhas de financiamento com diferentes destinações, características, prazos, carências e taxas de juro. Para facilitar a análise neste trabalho, estas linhas serão caracterizadas nos seguintes grupos principais: Custeio, Investimento, foco Social e viés Ambiental. O critério utilizado para essa divisão foi a semelhança das características entre as linhas. Como apresentado na figura a seguir.

Ilustração 4 - Processo de análise das linhas do Pronaf, 2018.



Fonte: Elaborada pela autora, 2018.

Inicialmente são apresentadas as condições das linhas, em seguida o volume de crédito disponibilizado por cada linha, utilizando dados coletados junto ao Bacen. Entretanto, essa base de dados disponibiliza apenas a quantidade e volume de crédito das linhas a partir de 2013. Assim, são apresentadas informações sobre o número de contratos e o valor referente a todas as linhas do Pronaf, nesse prazo de tempo, visando a expressar numericamente a relevância do programa para os agricultores, por meio de dados quantitativos, mostrando a

quantidade e valor obtido em cada linha. Deste modo, o período analisado nesta seção compreende dados do início de 2013 até agosto de 2018³⁶.

Como procedimento inicial foi utilizado o documento FETAEP (2018) para obtenção de informações referentes a cada linha, pois nesse arquivo consta as linhas atuais do Pronaf, especificamente do plano safra de 2018/2019, como demonstrado a seguir.

4.2.1 Linhas de financiamento do Pronaf para atividades de Custeio

A linha de atividades de custeio visa cobrir as despesas dos agricultores geradas durante os ciclos da produção das atividades Agropecuárias. No Quadro 4 são apresentadas informações sobre operações, prazo, carências e taxa de juro dessa linha, vigentes em 2018 no Pronaf.

³⁶ A pesquisa de dados secundários efetuada pela autora aconteceu no início de setembro de 2018, tendo trabalhado com os dados disponíveis até o final de agosto do ano em questão.

Quadro 7 - Linhas de financiamento do Pronaf voltadas para as atividades de Custeio no Brasil em 2018.

LINHAS PARA O CUSTEIO	OPERAÇÕES	PRAZOS E CARÊNCIA	JUROS
Pronaf Custeio	Cultivo de arroz, feijão, mandioca, feijão caupi, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame, cará, batata-doce, batata inglesa, abacaxi, banana, açaí, pupunha, cacau, baru, castanha de caju, laranja, tangerina, oleícolas, erva-mate; cultivos em sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para sistema de base agroecológica.	3 anos (açafração e palmito) 2 anos (culturas bianuais) 1 ano (demais culturas).	Fixos de 2,5% a.a. Ou Pós fixados (Fator de Atualização Monetária – Fator de Atualização Monetária - FAM: 2,52%).
	Pecuário, apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos e caprinos	bovinos e bubalinos: 6 meses (confinado); 2 anos (extensivo).	Fixos de 2,5% a.a. Pós fixados (FAM: 2,5%)
	Cultivo de milho – contratos até R\$ 20 mil em cada ano safra.	1 ano.	Fixos de 4,6% a.a. Ou Pós fixados (FAM: - 0,51%).
	Cultivo de milho – contratos acima de R\$ 20 mil até R\$ 250 mil em cada ano safra.	1 ano.	Fixos de 4,6% a.a. Ou Pós fixados (FAM: - 0,51%).
	Custeio para as demais culturas, criações ou atividades	3 anos (açafração e palmito). 2 anos (culturas bianuais). 1 ano (demais culturas).	Fixos de 4,6% a.a. Ou Pós fixados (FAM: - 0,51%).

Fonte: FETAEP, 2018.

É possível afirmar que o Pronaf Custeio beneficia os agricultores familiares que praticam as atividades voltadas para a produção agrícola e pecuária, por isso dependendo da atividade são diferentes os prazos, os recursos financeiros e os juros variam entre 2,5% a 4,6% (FETAEP, 2018). Em relação a essa linha, o número de contratos e o valor executado entre janeiro de 2013 e agosto de 2018 foram o seguinte.

Tabela 6 - Contratos e valores do Pronaf Custeio no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.

Locais	2015/2016			2017 a 08/2018			A.H Valor
	Contrato	Valor total	Valor Médio	Contrato	Valor total	Valor Médio	
Cantuquiriguaçu	11.468	238.002.850,50	20.753,65	9.065	231.516.716,58	25.539,63	-2,7%
Paraná	185.308	4.497.874.241,18	24.272,42	149.474	4.212.609.817,08	28.182,89	-6,3%
Sul	646.947	13.169.413.631,49	20.356,25	551.243	13.659.105.675,73	24.778,74	3,7%
Brasil	896.044	18.374.618.700,20	20.506,38	788.062	19.343.171.828,84	24.545,24	5,3%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, B.

No período de 2013/2014 não houve acesso a essa linha de crédito, por isso a análise horizontal (A.H.) utiliza como período base 2015/2016. Com essa análise percebe-se que o Brasil e o Sul obtiveram resultados positivos, elevando o valor acessado do crédito (ainda que em pequenas proporções). Porém no Paraná e no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu observa-se uma redução nesses acessos. Vale ressaltar que ao analisar o número de contratos, as quatro regiões observadas apresentaram diminuições. Destaca-se que nessa linha de Pronaf todos os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu acessaram recursos, demonstrando que se trata de uma linha que está difundida entre os agricultores (BACEN, 2018, B).

4.2.2 Linhas de financiamento do Pronaf para atividades de Investimento

Nas linhas de financiamento do Pronaf voltadas para as atividades de Investimento, observando as semelhanças, foram consideradas no grupo as seguintes linhas: Pronaf Mais Alimentos, Microcrédito Produtivo Rural (Grupo B) e Pronaf Produtivo Orientado de Investimento. No Quadro 6 constam as informações dessas linhas.

Quadro 8 - Linhas de financiamento do Pronaf voltadas para as atividades de Investimento em 2018.

LINHAS PARA O INVESTIMENTO	OPERAÇÕES	PRAZOS E CARÊNCIA	JUROS
PRONAF Investimento (mais alimentos)	<p>Para atividades abaixo relacionadas, podendo ser uma ou mais operações que, somadas, atinjam valor de até R\$ 165 mil.</p> <p>I- Adoção de práticas conservacionistas de uso, manejo e proteção dos recursos naturais, incluindo a correção da acidez e da fertilidade do solo e a aquisição, transporte e aplicação dos insumos para estas finalidades.</p> <p>II- Formação e recuperação de pastagens, campineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal.</p> <p>III- Implantação, ampliação e reforma de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água, inclusive aquisição e instalação de reservatórios d'água, infraestrutura elétrica e equipamento para a irrigação</p> <p>IV- Aquisição e a instalação de estruturas de cultivo protegido, inclusive os equipamentos de automação para esses cultivos.</p> <p>V- Construção de silos, ampliação e construção de armazéns destinados à guarda de grãos, frutas, tubérculos, bulbos, hortaliças e fibras, inclusive a construção e aquisição de câmaras frias.</p> <p>VI- Aquisição de tanques de resfriamento de leite e ordenhadeiras</p>	Até 5 anos (caminhões e motocicletas). Até 10 anos (demais itens) incluindo 3 anos de carência.	Fixos de 2,5% a.a. ou Pós-fixados (FAM: - 2,25%).
	Para empreendimentos de suinocultura, avicultura, aquicultura, carnicultura (criação de crustáceos) e fruticultura. – Até R\$ 330 mil.		Fixos de 4,6% a.a. ou pós-fixados (FAM: - 0,51%).
Pronaf Cota Parte	Financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.	Até 6 anos (carência fixada pela instituição financeira).	Fixos 4,6% a.a. ou Pós-fixados (FAM: - 0,51%).
Pronaf Produtivo Orientado de Investimento.	Crédito rural com ATER para inovação tecnológica, sistemas agroflorestais, convivência com o bioma, sistema de base agroecológica ou orgânica. De R\$ 18 mil até R\$ 40 mil, com ATER remunerada de R\$ 3,3 mil ou R\$ 4,5 mil (região Norte) por família, dividido em três parcelas, durante 3 anos.	Até 10 anos inclusive 3 anos fixos de carência.	Fixos de 2,5% a.a. ou Pós-fixados (FAM: - 2,52%).

Fonte: FETAEP, 2018.

Considerando o papel das quatro linhas destinadas ao investimento no Pronaf, entendemos, como importante, apresentar informações individualizadas de cada uma das quatro linhas constantes no Quadro 6: Pronaf Mais Alimentos, Pronaf Cota Parte e Pronaf Produtivo Orientado de Investimento.

No caso do Pronaf Mais Alimentos, esse beneficia os agricultores familiares que estão interessados em realizar, desde a compra de máquinas e equipamento até a implantação, melhoria ou modernização da infraestrutura. Portanto, essa linha busca melhorar os processos

produtivos através das compras dos itens citados anteriormente. As operações dessa linha podem ser utilizadas para diversas ações, englobando as práticas com o solo, pastagens, cultivos protegidos, construções e infraestruturas. O prazo e carências dessa linha dependem da aquisição do agricultor e têm três anos de carência. As taxas de juros dependem da atividade, podendo oscilar entre 2,5% e 4,6% a.a. (FETAEP, 2018). Na Tabela 7 é apresentado o desempenho dessa linha de crédito no período considerado.

Tabela 7 - Contratos e valores do Pronaf Mais Alimento no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.

Território da Cidadania/ Estado/ Regiões/ País	2015/2016			2017 a 08/2018			A.H Valor
	Contrato	Valor total	Valor Médio	Contrato	Valor total	Valor Médio	
Cantuquiriguaçu	3.127	99.886.540,60	31.943,25	2.759	113.879.698,64	41.275,72	14%
Paraná	39.698	1.464.387.557,23	36.888,19	37.085	1.620.005.801,06	43.683,59	10,6%
Sul	129.701	4.700.224.844,14	36.238,93	127.529	5.443.728.794,28	42.686,20	15,8%
Brasil	398.713	12.005.100.101,48	30.109,63	353.235	12.370.049.208,71	35.019,32	3%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, B.

No período de 2013/2014, apenas o Sudeste acessou a essa linha de crédito no Brasil, com 52 contratos somando o valor de R\$ 685.725,00, com uma média por contrato de R\$ 13.187,02. Enquanto o Sul, Paraná e Território da Cidadania Cantuquiriguaçu não acessaram a essa linha no período, apenas acessando nos períodos seguintes 2015/2016 e 2017 até agosto de 2018. Em decorrência à inexistência de acesso no primeiro período, optou-se em utilizar como ano base 2015/2016 para realizar a análise horizontal. Em termos de análise percebe-se que essa linha de crédito está evoluindo, pois apresentou resultado positivo, com maior evolução do volume de crédito no Sul, Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná e pouco no Brasil. Observa-se que todos os municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu acessaram essa linha (BACEN, 2018, B).

O Pronaf Cota Parte é voltado para a formação de cotas-partes para os agricultores, tanto em capital de giro, quanto em operações de custeio e investimentos em cooperativas de produção. O seu prazo é de até 6 anos, a carência é fixada pela instituição financeira e o juro é de 4,6% a.a. (FETAEP, 2018). Na Tabela 9 está o volume de contratos de crédito assinados durante o período analisado e valores financiados.

Tabela 8 - Contratos e valores do Pronaf Cotas Partes no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.

Território da Cidadania/ Estado/ Regiões/ País	2015/2016			2017 a 08/2018			A.H Valor
	Contrato	Valor total	Valor Médio	Contrato	Valor total	Valor Médio	
Cantuquiriguaçu	-	-	-	-	-	-	-
Paraná	-	-	-	3	55.000.000,00	18.333.333,33	100%
Sul	3	54.500.000,00	18.166.666,67	34	204.560.000,00	6.016.470,59	275,3
Brasil	3	54.500.000,00	18.166.666,67	34	204.560.000,00	6.016.470,59	275,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, B.

Como não houve acesso no período de 2013/2014, a análise horizontal utilizou como ano base 2015/2016, visando mostrar a evolução ou redução do acesso dessa linha. Vale ressaltar que apenas a Região Sul acessou essa linha de crédito nos períodos analisados, por isso o volume do Brasil e do Sul são os mesmos. Nota-se que o Paraná apenas acessou no último período e que o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu não acessou a essa linha. Portanto os resultados do índice se mostram positivos para o Sul e para o Paraná, com exceção do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu (BACEN, 2018, B).

No caso do Pronaf Produtivo Orientado, esse fornece aos agricultores um crédito educativo, que é concedido conforme orientação da assistência técnica. O prazo dessa linha é de 10 anos com o juro de 2,5%. No período de 2013 até final de agosto de 2018 observa-se que na Região Sul do Brasil não houve nenhum contrato assinado dessa linha do Pronaf. Enquanto no período de 2015/2016 no país foram assinados 5.947 contratos, esse dado reduziu para 1.183 no período de 2017/2018. Já o valor acessado no primeiro período foi de 19.878.409,90 e reduziu para 3.588.825,50 no segundo período (BACEN, 2018, B).

4.2.3 Linhas de financiamento do Pronaf para atividades com foco social

O Pronaf tem linhas com foco social que contemplam cooperativas, assentados, mulheres e jovens. Assim, foram selecionadas as seguintes linhas para esse grupo: Pronaf Cota Parte, Assentamentos da Reforma Agrária, Pronaf Mulher e Pronaf Jovem. No quadro 7 constam informações sobre operações, prazos, carência e juros de cada uma dessas linhas.

Quadro 9 - Linhas de financiamento do Pronaf com foco social, 2018.

LINHAS PARA O SOCIAL	OPERAÇÕES	PRAZOS E CARÊNCIA	JUROS
Microcrédito Produtivo Rural – Grupo “B”	Bônus de adimplência para os primeiros R\$ 7,5% mil (sem PNMPO) até R\$2,5% mil por operação. Bônus de adimplência para os primeiros R\$ 15 mil (com PNMPO) até R\$ 5 mil por operação.	Até 2 anos.	0,5% a.a. Bônus de adimplência: 40 % na área da Sudene e 25% nas demais áreas.
Assentados da Reforma Agrária	Pronaf Investimento para a Reforma Agrária Estruturação dos lotes, até R\$ 25 mil, mais de R\$ 1,5mil para o pagamento da ATER bônus de até 43,396%.	Até 10 anos com 3 de carência.	0,5% a.a.
	Pronaf custeio da Reforma Agrária Custeio de atividades agropecuárias, Até R\$ 7,5 mil, em até 3 operações.	Até 2 anos custeio agrícola. Até um ano custeio pecuário e agroindústria.	15% a.a.
	Pronaf Microcrédito da Reforma Agrária Até R\$ 4 mil, com até 3 operações, bônus de adimplência 50%.	Até 2 anos para cada financiamento.	0,5% a.a.
Pronaf Mulher	Pronaf Mulher – Microcrédito Produtivo Rural – Grupo B – Até R\$ 2,5 mil por operação (sem PNMPO) até R\$ 5 mil por operação (com PNMPO).	Até 2 anos	0,5% a.a.
	Pronaf Mulher Investimento – linha Pronaf Investimento (Pronaf Mais Alimentos), até R\$ 165 mil.	Até 5 anos (caminhões e motocicletas). Até 10 anos (demais itens). Inclusos 3 anos de carência.	Fixos de 2,5% a.a. Ou Pós fixados (FAM: - 2,5%). Fixos de 4,6% a.a. Ou Pós fixados (FAM: - 0,51%).
	Pronaf Mulher Investimento – linha Pronaf Investimento (Pronaf Mais Alimentos), para atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura até R\$ 330mil.		
	Para demais empreendimentos e demais finalidades		
Pronaf Jovem	R\$ 16.500,00 em até três operações por mutuário	Até 10 anos incluídos 3 anos	Fixos de 2,5% a.a.

Fonte: FETAEP, 2018.

Conforme FETAEP (2018), a linha Pronaf Microcrédito surgiu para atender aos agricultores com rendimento mais baixo visando possibilitar o financiamento de atividades agropecuárias. Ela busca contribuir para cobrir o custo do agricultor, a fim de que o resultado final seja a geração de renda. Essa linha oferece aos agricultores bônus de adimplência, em que o valor depende da participa ou não no Programa Nacional do Microcrédito Produtivo

Orientado - PNMPO. Para entender melhor o desempenho dessa linha, na tabela 8 constam os valores e contratos disponíveis na base de dados do Bacen.

Tabela 9 - Contratos e valores do Pronaf Microcrédito no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.

Território da Cidadania/ Estado/ Regiões/ País	2015/2016			2017 a 08/2018			A.H Valor
	Contrato	Valor total	Valor Médio	Contrato	Valor total	Valor Médio	
Cantuquiriguaçu	20	63.585,03	3.179,25	10	38.570,00	3.857,00	-39,3
Paraná	169	447.664,12	2.648,90	80	224.361,20	2.804,52	-49,9%
Sul	273	803.052,87	2.941,59	183	656.310,24	3.586,39	-18,3%
Brasil	1.139.775	2.700.120.734,87	2.368,99	709.562	2.189.953.414,09	3.086,35	-18,9%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, B.

Como no período de 2013/2014 não houve acesso a essa linha de crédito, foi utilizado como ano base 2015/2016, a fim de realizar a análise horizontal. Com base no resultado dessa análise, observa-se que nos períodos estudados, a linha apresenta uma redução do valor acessado para crédito, também sendo observada uma redução na quantidade de contratos acessados em todas as regiões analisadas (BACEN, 2018, B).

No Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, observa-se que em 2015/2016 acessavam a linha agricultores dos municípios de Candói (14 contratos com o valor total de R\$ 42.500,00), Virmond (3 contratos com o valor total de R\$ 12.000,00), Guaraniaçu (2 contratos com o valor total de R\$ 7.449,46) e Goioxim (1 contrato de R\$ 1.635,57) (BACEN, 2018, B).

No período de 2017 a agosto de 2018, o município de Quedas do Iguaçu também passou a acessar, sendo que a região então apresentou os seguintes dados: Candói, com 3 contratos no valor total de R\$ 14.000,00, Virmond, com 3 contratos no valor total de R\$ 12.000,00, Guaraniaçu, com 2 contratos no valor total de R\$ 5.000,00, Goioxim, com 1 contrato no valor de R\$ 4.000,00 e Quedas do Iguaçu com 1 contrato no valor de R\$ 3.570,00 (BACEN, 2018, B).

No caso das linhas para assentados da reforma agrária, estas são: Pronaf Investimento para a Reforma Agrária, Pronaf custeio da Reforma Agrária e Pronaf Microcrédito da Reforma Agrária. Essas linhas foram criadas para contemplar os assentados e também os que se integram no Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária (PCRF). Uma das exigências dessas linhas é a assistência técnica nos projetos voltados para o custeio e investimento. O Pronaf investimento para a reforma agrária é destinado para a construção nos lotes, tem o prazo de até 10 anos e a taxa de juro é 0,5% a.a. O Pronaf custeio da reforma

agrária é direcionado para despesas de custeio voltadas para as atividades agropecuárias, sendo que o prazo é de até 2 anos e a taxa de juro é de 1,5% a.a. Na Tabela 10 está expressa a evolução da linha de crédito Pronaf Reforma Agrária (FETAEP, 2018).

Tabela 10 - Contratos e valores do Pronaf Reforma Agrária no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.

Território da Cidadania/ Estado/ Regiões/ País	2015/2016			2017 a 08/2018			A.H Valor
	Contrato	Valor total	Valor Médio	Contrato	Valor total	Valor Médio	
Cantuquiriguaçu	263	1.989.774,51	7.565,68	88	662.353,69	7.526,75	-66,7%
Paraná	1.459	13.941.839,79	9.555,75	544	5.400.717,81	9.927,79	-61,3%
Sul	4.018	36.136.786,07	8.993,72	1.504	15.205.541,15	10.110,07	-57,9%
Brasil	45.732	309.211.292,85	6.761,38	35.907	243.279.079,31	6.775,25	-21,3%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, B.

No período 2013/2014 não houve acesso a essa linha, por isso foram analisados apenas os outros dois períodos, utilizando como ano base 2015/2016, para a análise horizontal. Nessa linha de crédito houve redução tanto no número de contratos quanto de valores acessados em todas as regionalizações analisadas. No caso do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu houve queda na quantidade de crédito demandada, sendo que no período de 2015/2016 os municípios que participaram dessa linha de crédito foram: Quedas do Iguaçu, com 139 contratos com o valor total de R\$ 977.842,65, Rio Bonito do Iguaçu, com 53 contratos com o valor total de R\$ 421.429,64, Reserva do Iguaçu, com 41 contratos com o valor total de R\$ 206.500,00, Cantagalo, com 11 contratos com o valor total de R\$ 159.000,00, Três Barras do Paraná, com 9 contratos com o valor total de R\$ 74.979,46, Catanduvas, com 3 contratos com o valor total de R\$ 63.600,00, Laranjeiras do Sul, com 2 contratos com o valor total de R\$ 52.999,86, Cândói, com 5 contratos com o valor de R\$ 33.422,9. Enquanto isso, no período de 2017 a agosto de 2018, apenas continuou havendo acesso no município de Quedas do Iguaçu com 88 contratos com o valor total de R\$ 662.353,69, valor muito menor do que o acessado no período anterior (BACEN, 2018, B).

O Pronaf microcrédito da Reforma Agrária, disponibiliza até R\$4 mil, o seu prazo é de 2 anos e a taxa de juro 0,5% a.a. (FETAEP, 2018). Na Região Sul do Brasil no período analisado não houve acesso a essa linha. Apenas a região Norte do país acessou, sendo que em 2015/2016 foram assinados 5.189 contratos em valores de R\$ 51.375.037,71 e no período de 2017/2018 os contratos diminuíram para 691 e os valores acessados para 7.716.039,33 (queda de 85% no período) (BACEN, 2018, B).

O Pronaf Mulher é uma linha que busca inserir a mulher na obtenção de crédito rural, para isso foram criados o Pronaf Mulher para o Microcrédito Produtivo Rural com o prazo de até dois anos e a taxa de juros 0,5% a.a., e duas modalidades do Pronaf Mulher Investimento dentro do Pronaf Mais Alimentos. Uma dessas é destinada para obtenção de crédito de até R\$ 165 mil com a taxa de juro de 2,5% e a outra para obtenção de crédito de até R\$ 330 mil para atividades pecuárias e fruticulturas com a taxa de juro de 4,6%. As duas tem o prazo de 5 anos a 10 anos dependendo da finalidade do recurso, com 3 anos de carência (FETAEP, 2018). Na tabela 11 está o desempenho dessa linha.

Tabela 11 - Contratos e valores do Pronaf Mulher no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.

Território da Cidadania/Estado /Regiões/País	2015/2016			2017 a 08/2018			A.H Valor
	Contrato	Valor total	Valor Médio	Contrato	Valor total	Valor Médio	
Cantuquiriguaçu	43	870.658,61	20.247,87	5	89.456,00	17.891,20	-89,7
Paraná	201	5.334.435,03	26.539,48	114	4.598.469,53	40.337,45	-13,8
Sul	470	15.272.554,89	32.494,80	284	12.533.379,72	44.131,62	-17,9
Brasil	5.762	76.825.544,47	13.333,14	5.492	57.555.358,06	10.479,85	-25,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, B.

No período de 2013/2014 não foi acessada essa linha de crédito, por isso a análise horizontal utiliza como ano base 2015/2016. Como observado nos resultados da análise, o volume de crédito adquirido teve uma queda, principalmente no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, seguido por Brasil, Sul e Paraná. No período de 2015/2016 os municípios do território que acessaram a essa linha de crédito foram: Candói, com 20 contratos no valor total de R\$ 327.476,72, Nova Laranjeiras com 7 contratos no valor total de R\$ 124.305,5, Laranjeiras do Sul, com 4 contratos no valor total de R\$ 103.100,00, Foz do Jordão, com 1 contrato no valor de R\$ 100.000,00, Rio Bonito, com 5 contratos com o valor total de R\$ 80.870,00, Três Barras do Paraná, com 1 contrato no valor de R\$ 60.000,00, Quedas do Iguaçu, com 3 contratos com o valor total de R\$ 45.906,39, Porto Barreiro, com 1 contrato no valor de R\$ 15.000,00 e Campo Bonito, com 1 contrato no valor de R\$ 14.000,00. No período de 2017 a agosto de 2018 os municípios que acessaram foram: Catanduvas, com 3 contratos no valor total de R\$ 36.456,00 e Goioxim, com 2 contratos no valor total de R\$ 53.000,00 (BACEN, 2018, B).

Ainda dentro das linhas com foco no social, o Pronaf Jovem busca contemplar os jovens do meio rural que tem idade entre 16 anos até 29 anos, os quais mesmo sendo menores de idade (16 - 18) podem fazer a Declaração de Aptidão de Produtor (DAP Jovem) com o

consentimento do seu responsável. Essa linha realiza operações de até R\$ 16.500,00 com o prazo de até 10 anos e a taxa de juro 2,5% a.a. (FETAEP, 2018). Na Tabela 12 está o desempenho dessa linha no período analisado.

Tabela 12 - Contratos e valores do Pronaf Jovem no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.

Território da Cidadania/ Estado/ Regiões/ País	2015/2016			2017 a 08/2018			A.H Valor
	Contrato	Valor total	Valor Médio	Contrato	Valor total	Valor Médio	
Cantuquiriguaçu	2	30.000,00	15.000,00	2	26.500,00	13.250,00	-11,7
Paraná	10	145.251,19	14.525,12	9	116.972,75	12.996,97	-19,5
Sul	20	272.634,28	13.631,71	18	240.742,05	13.374,56	-11,7
Brasil	527	4.221.141,39	8.009,76	735	7.993.089,17	10.874,95	89,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, B.

Como no período de 2013/2014 não houve acesso a essa linha de crédito, foi utilizado como período base 2015/2016 para a análise horizontal. Com base nessa análise observa-se que o Brasil mostrou resultado positivo, porém ocorreu uma redução nos valores contratados do Paraná, Sul e Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. No período de 2015/2016 apenas houve acessos em Rio Bonito, com 2 contratos no valor total de R\$30.000,00, porém no período de 2017 a agosto de 2018 esse município não acessou mais essa linha e aparecem novos municípios, como Três Barras do Paraná, com 1 contrato de R\$ 16.500,00 e Guaraniaçu, com 1 contrato de R\$10.000,00, reduzindo assim o valor contratado, apesar de o número de contratos ter se mantido constante (BACEN, 2018, B).

4.2.4 Linhas de financiamento do Pronaf para a atividade com foco ambiental.

No Pronaf há linhas que contemplam a preocupação com o meio ambiente, assim incentivando produções agropecuárias sustentáveis. Nesse grupo foram consideradas as seguintes linhas: Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta e Pronaf Eco, cujas informações sobre operações, prazos, carências e juros de cada linha estão apresentadas no Quadro 8.

Quadro 10 - Linhas de financiamento do Pronaf com foco ambiental, 2018.

LINHAS PARA O AMBIENTE	OPERAÇÕES	PRAZOS E CARÊNCIA	JUROS
Pronaf Agroecologia	Para as atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação Crustáceos) e fruticultura, até R\$ 330 mil. Para demais finalidades até R\$ 165 mil.	Até 5 anos (caminhonetes). Até 10 anos (demais itens) incluídos 3 anos de carência.	Fixos de 2,5% a.a. Ou Pós-fixados (FAM: - 2,52%)
Pronaf Floresta	Investimento em sistema agrofloretais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal até R\$ 60 mil.	Até 20 anos inclusos 12 anos de carência (sistemas agrofloretais, exceto Pronaf A, A/C e B). Até 12 anos inclusos 8 anos de carência (demais finalidades).	Fixos de 2,5% a.a. ou Pós-fixados (FAM: - 2,52%).
Pronaf Eco	Investimentos para aproveitamento hidroenergético, tecnologia de energia renovável, tecnologias ambientais, projetos de adequação ambiental, adequação ou regularização das unidades familiares à legislação ambiental, implantação de viveiros de mudas, até R\$165 mil.	Até 10 anos inclusos 5 anos de carência.	Fixos 2,5% a.a. ou Pós-fixados (FAM:-2,52%).
	Investimentos em suinicultura até R\$ 165 mil.	Até 12 anos inclusos 8 anos de carência. Até 16 anos com recursos Fundos constitucionais (FNO, FNE, FCO) com projeto técnico.	Fixos 4,6% a.a. ou pós-fixados (FAM:-0,51).

Fonte: FETAEP, 2018.

O Pronaf Agroecologia é uma linha que surgiu para atender os agricultores nos seus cultivos orgânicos ou agroecológicos. Essa linha inclui os custos referentes à implantação e posteriormente à manutenção dessa forma de produção. O seu prazo depende da finalidade e a taxa de juro é 2,5% a.a. (FETAEP, 2018). Na Tabela 13 está o desempenho dessa linha.

Tabela 13 - Contratos e valores do Pronaf Agroecologia no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.

Território da Cidadania/Estado/Regiões/ País	2015/2016			2017 a 08/2018			A.H Valor
	Contrato	Valor total	Valor Médio	Contrato	Valor total	Valor Médio	
Cantuquiriguaçu	-	-	-	-	-	-	-
Paraná	11	544.010,14	49.455,47	16	720.192,61	45.012,04	32,39
Sul	131	5.687.272,02	43.414,29	130	5.200.012,06	40.000,09	-8,57
Brasil	403	8.720.842,82	21.639,81	852	14.408.056,65	16.910,86	65,21

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, B.

No período de 2013/2014 não houve acesso a essa linha, por isso o ano base para análise horizontal foi 2015/2016. Os resultados indicam que o Brasil obteve maior aumento

de recursos pelos agricultores, seguido pelo Paraná. Entretanto, na Região Sul o índice foi negativo em aproximadamente 8,6% e teve a redução de apenas um contrato no período analisado. No Território da Cidadania Cantuquiriguaçu não houve acessos no período estudado (BACEN, 2018, B).

O Pronaf Floresta visa a incentivar o investimento em sistemas de Agroflorestas, atividades extrativistas sustentáveis, manejo das florestas e área de reserva. Tem dois prazos dependendo da operação, o primeiro é de até 12 anos com 8 anos de carência, o segundo é de 20 anos com 12 anos de carência. A taxa de juro é de 2,5% a.a. (FETAEP, 2018). Abaixo está o desempenho dessa linha durante o período analisado.

Tabela 14 - Contratos e valores do Pronaf Floresta no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.

Território da Cidadania/ Estado/ Regiões/ País	2015/2016			2017 a 08/2018			A.H Valor
	Contrato	Valor total	Valor Médio	Contrato	Valor total	Valor Médio	
Cantuquiriguaçu	-	-	-	-	-	-	-
Paraná	36	700.669,76	19.463,05	8	95.111,60	11.888,95	-86,4%
Sul	61	1.059.626,51	17.370,93	17	227.166,34	13.362,73	-78,6%
Brasil	4.174	67.965.323,45	16.283,02	3.060	52.968.697,71	17.310,03	-22,1%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, B.

Como no período de 2013/2014 não houve acesso a essa linha de crédito foi utilizado como ano base 2015/2016 para fazer a análise horizontal. Observa-se que todas as regiões, nas quais houve acesso, os valores acessados caíram, assim com o número de contratos.

O Pronaf Eco visa incentivar a adoção de técnicas que reduzem os impactos da agricultura no meio ambiente. Essa linha fornece investimento de até R\$ 165 mil. Oferece três prazos que dependem da finalidade, o primeiro é 10 anos com 5 anos de carência, o segundo de 12 anos com 8 anos de carência e o último 16 anos. A taxa de juro é de 4,6% a.a. (FETAEP, 2018). Na Tabela 15 está o desempenho da linha.

Tabela 15 - Contratos e valores do Pronaf Eco no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, Paraná, Sul e Brasil de 2013 a agosto de 2018.

Território da Cidadania/ Estado/ Regiões/ País	2015/2016			2017 a 08/2018			A.H Valor
	Contrato	Valor total	Valor Médio	Contrato	Valor total	Valor Médio	
Cantuquiriguaçu	12	270.475,98	22.539,67	2	86.089,80	43.044,90	-68,2
Paraná	78	2.222.118,43	28.488,70	118	8.246.830,71	69.888,40	271,1%
Sul	406	11.133.797,00	27.423,15	893	47.787.431,76	53.513,36	329,2%
Brasil	1.532	29.322.835,07	19.140,23	1.478	69.176.732,80	46.804,28	135,9%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, B.

Como não houve acesso no período de 2013/2014 foi utilizado como ano base 2015/2016 para realizar a análise horizontal. Observa-se que a Região Sul se destacou por obter maior volume de recursos da linha de crédito, seguido por Paraná e Brasil, mas o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu obteve resultado negativo. O motivo para o índice ser baixo no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu é que ocorreu redução do número de municípios que acessaram essa linha. Assim, no período de 2015/2016, no território houve acessos a essa linha em Candói, com 6 contratos no valor total de R\$ 143.782,98, Goioxim, com 4 contratos no valor total de R\$ 101.725,00, Laranjeiras do Sul, com 1 contrato no valor de R\$15.000,00 e Foz do Jordão, também 1 contrato no valor de R\$ 9.968,00 (BACEN, 2018, B).

No período de 2017 a agosto de 2018 Foz do Jordão acessou, com 1 contrato no valor de R\$ 56.089,8, e Guaraniaçu com 1 contrato no valor de R\$30.000,00. Dessa forma a queda de recursos no território é decorrente do baixo acesso, tendo havido uma redução de 12 para apenas 2 contratos no período (BACEN, 2018, B).

Como observado anteriormente, o Pronaf é desdobrado em linhas que englobam praticamente todas as atividades Agropecuárias, com diferentes operações, prazos, carências e taxas de juros. Na Tabela 16 é apresentada uma síntese dos valores acessados em cada período para cada linha no Brasil.

Tabela 16 - Valores do crédito obtido em todas as linhas no Brasil de 2013 a agosto de 2018.

Linhas do Pronaf	2013/2014		2015/2016		2017 a 08/18	
	Valor total	(%)	Valor total	(%)	Valor total	(%)
Sem subprograma	44.631.494.835,97	99,999	8.726.715.746,40	19,85	-	-
Custeio	-	-	18.374.618.700,20	41,79	19.343.171.828,84	53,23
Mais alimentos	685.725,00	0,001	12.005.100.101,48	27,30	12.370.049.208,71	34,04
Microcrédito	-	-	2.700.120.734,87	6,14	2.189.953.414,09	6,03
Agroindústria	-	0,000	933.201.699,86	2,12	1.091.613.970,20	3,00
Agroindústria (Investimento)	-	-	341.188.442,87	0,78	419.013.506,28	1,15
Reforma Agrária	-	-	309.211.292,85	0,70	243.279.079,31	0,67
Semiárido	-	-	261.224.574,42	0,59	238.541.683,88	0,66
Cotas partes	-	-	54.500.000,00	0,12	204.560.000,00	0,56
Mulher	-	-	76.825.544,47	0,17	57.555.358,06	0,16
Floresta	-	-	67.965.323,45	0,15	52.968.697,71	0,15
Eco	-	-	29.322.835,07	0,07	69.176.732,80	0,19
Reforma Agrária (Microcrédito)	-	-	51.375.037,71	0,12	7.716.039,33	0,02
Pronamp	-	-	3.676.759,73	0,01	25.740.829,18	0,07
Produtivo Orientado	-	-	19.878.409,90	0,05	3.588.825,50	0,01
Agroecologia	-	-	8.720.842,82	0,02	14.408.056,65	0,04
Jovem	-	-	4.221.141,39	0,01	7.993.089,17	0,02
Total	44.632.180.560,97	100,00	43.967.867.187,49	100,00	36339330320	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, B.

Observando-se, na Tabela 16, o último período, constata-se que as linhas mais acessadas do Pronaf em 2018 são Custeio, Mais Alimento e Microcrédito. Já as menos acessadas são Produto Orientado, Agroecologia e Jovem (BACEN, 2018, B). Vale ressaltar que dentro das operações do Pronaf Custeio há a opção para os agricultores que querem realizar transição para a Agroecologia como consta no quadro 4. Assim surgem algumas indagações: Será que esse volume alto do Pronaf Custeio engloba atividades para transição para agricultura orgânica? Isso pode explicar o fato de haver pouco acesso para o Pronaf Agroecologia? Também surge a retomada das indagações da problemática da pesquisa: O Pronaf Custeio favorece o plantio de culturas orgânicas, enquanto o Pronaf Agroecologia visa adquirir equipamentos para a produção orgânica, deste modo, será que os agricultores estão optando pelo Pronaf Custeio para realizar a produção agroecológica? Será que faltam estímulos para os agentes financeiros divulgarem essa linha aos agricultores em comparação com a do Pronaf Custeio?

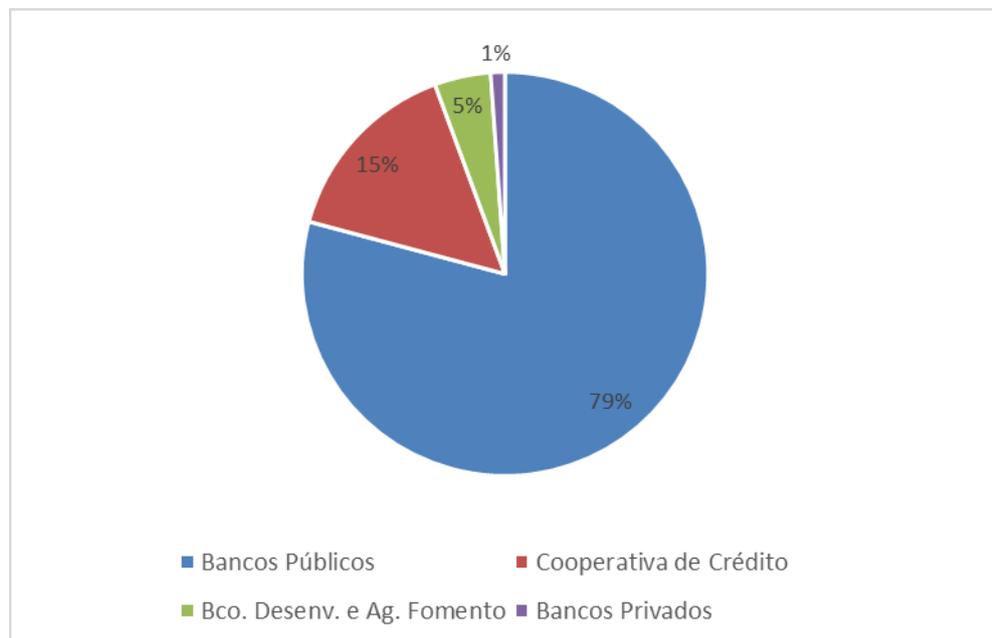
Em relação à Agroecologia verifica-se um menor acesso à linha de crédito, mostrando que não está difundida entre os agricultores e confirmada com a afirmativa de Finatto e

Salamoni (2008), os quais abordam em seu trabalho que essa linha não é utilizada pelos agricultores.

Isso de certa forma chama atenção, pois conforme o MDA (2015) a agricultura familiar produz alimentos saudáveis utilizando sistemas de base orgânica e Agroecológica e a sociedade se torna cada vez mais exigente em relação ao produto consumido, tornando propícia a produção desses tipos de alimentos. De acordo com a mesma fonte, o Pronaf Agroecologia é relevante para a agricultura familiar, uma vez que garante a viabilidade da produção desse agricultor ao resultar em redução do risco referente a plantação, garantir a produção, e reduzir o custo, permitindo que se elevem os ganhos.

O Pronaf Agroecologia é uma linha que parece ser pouco conhecida e que visa incentivar o desenvolvimento de uma agricultura sustentável. Quanto aos agentes financeiros que realizam os financiamentos para essa linha foram observados que há mais acesso dos agricultores nos bancos públicos conforme o gráfico 3.

Gráfico 3 - Volume de crédito financiado pelos agentes financeiros no Brasil, 2017 a agosto de 2018.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Bacen, 2018, B.

Os dados que compõem o Gráfico 3 indicam que os Bancos Públicos durante janeiro de 2017 a agosto de 2018 efetuaram 788 contratos com o valor total de R\$ 11.407.472,54. As cooperativas efetivaram 46 contratos com o valor total de R\$ 2.192.948,59. Bco. Desenv. e Ag. Fomento realizaram 10 contratos com o valor total de R\$ 644.052,33 e Bancos Privados 8

contratos com o valor total de R\$ 163.583,19 (BACEN, 2018, B). Quanto ao acesso a nível nacional e regional na obtenção desses recursos distribuídos por grandes regiões, estado e quantidade de municípios é mostrado na tabela 17.

Tabela 17 - Contratos e valores, em termos nominiais, do Pronaf Agroecologia no Brasil, Grandes Regiões e Estados, 2017 a agosto de 2018.

	UF	Quantidade de contratos				Valor total (R\$)	Valor Médio (R\$)
		Quantidade de municípios	Agrícola	Pecuária	Total		
Nordeste	AL	5	33	35	68	1.449.279,89	21.312,94
	BA	3	6	0	6	167.971,62	27.995,27
	CE	1	0	2	2	20412,88	10.206,44
	MA	2	0	3	3	134.895,00	44.965,00
	PB	38	37	492	529	3.418.459,97	6.462,12
	PE	2	19	27	46	1.152.655,38	25.057,73
	RN	1	0	10	10	68.540,94	6.854,09
	Total	52	95	569	664	6.412.215,68	9.656,95
Sul	PR	8	14	2	16	720.192,61	45.012,04
	RS	28	75	0	75	3.311.392,31	44.151,90
	SC	22	34	5	39	1.168.427,14	29.959,67
	Total	58	123	7	130	5.200.012,06	40.000,09
Sudeste	ES	3	33	4	37	2.328.087,91	62.921,29
	RJ	1	1	0	1	20.579,49	20.579,49
	SP	2	1	2	3	113.808,21	37.939,07
	Total	6	35	6	41	2.462.475,61	60.060,38
Norte	AM	1	0	1	1	7.334,82	7.334,82
	MG	3	2	4	6	209.139,00	34.856,50
	PA	2	2	0	2	47.836,47	23.918,24
	RO	1	3	4	7	62.223,01	8.889,00
	Total	7	7	9	16	326.533,30	20.408,33
Centro-Oeste	GO	1	1	0	1	6.820,00	6.820,00
	Total	1	1	0	1	6.820,00	6.820,00
Total		124	261	591	852	14.408.056,65	16.910,86

Fonte: Adaptado pela autora dos dados do Bacen, 2018, B.

Com base na Tabela 17 observa-se que no ano de 2018 a região Nordeste obteve maior acesso ao Pronaf Agroecologia, com destaque para o Estado da Paraíba no qual 26 Municípios tiveram agricultores que acessaram. Em segundo lugar, com maior acesso está a região Sul e dentro dessa o Rio Grande do Sul. Enquanto Sudeste, Norte e Centro-Oeste apresentaram poucos acessos por parte dos agricultores (BACEN, 2018, B).

Com essa análise observa-se que o Paraná é um dos Estados do Sul que menos acessou o Pronaf Agroecologia, mas se comparar com outros Estados do Brasil, tem um número

significativo de acesso ao crédito devido ao baixo acesso nacional. Na Tabela 18 constam os municípios paranaenses que acessaram essa linha entre janeiro de 2017 a agosto de 2018.

Tabela 18³⁷ - Valores e quantidades do Pronaf Agroecologia acessados nos Municípios do Paraná de 2017 a agosto de 2018.

Municípios	Quantidade	Valor total (R\$)	Valor Médio (R\$)	(%)
MANDAGUARI	3	248.530,50	82.843,50	34,509
TIJUCAS DO SUL	4	159.803,77	39.950,94	22,189
CASCATEL	1	114.418,00	114.418,00	15,887
URAÍ	2	66.630,30	33.315,15	9,2517
GUAÍRA	1	53.188,65	53.188,65	7,3853
CRUZ MACHADO	2	45.000,00	22.500,00	6,2483
JATAIZINHO	2	24.541,39	12.270,70	3,4076
UNIÃO DA VITÓRIA	1	8.080,00	8.080,00	1,1219
Total	16	720.192,61	45.012,04	100

Fonte: Adaptado pela autora dos dados do Bacen, 2018, B.

Observando a quantidade e volume de financiamento pode se dizer, comparando com os anos anteriores, que 2018 foi o ano que se teve maior quantidade de contratos, pois de acordo com dados do Bacen (2018, B) em 2013 e 2014 não havia nenhum financiamento nessa linha para o Paraná. Conforme a mesma fonte, em 2015 tinha participação de dois municípios, sendo eles Tijucas do Sul e Araucária, totalizando 3 investimentos com o valor de R\$321.074,90 para a atividade agrícola. Em 2016 Tijucas do Sul triplicou a quantidade de investimento, pois de 2 passou para 6, porém teve uma baixa no valor total de investimento para R\$161.963,22. Nesse mesmo ano o segundo município mencionado não participou, mas teve a presença de Palmeiras, com 2 investimentos com um valor total de R\$60.972,02. Portanto, em 2016 houve 8 contratos com um total de R\$222.935,24 valores de investimento para a atividade agrícola (BACEN, 2018, B).

Em 2017 destaca-se a presença de Cascavel, um município vizinho do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, esse município teve um investimento de R\$114.418,00, o maior desse ano, após consta Guaíra, com um investimento de R\$53.188,65, Tijucas do Sul, com 2 investimentos com o valor total de R\$ 40.713,77, Jataizinho, com dois investimentos com o valor total de R\$24.541,39. Assim, em 2017 foram realizados seis contratos com um valor total de R\$232.861,81 para a atividade agrícola na linha do Pronaf Agroecologia no Estado do Paraná (BACEN, 2018, B).

³⁷ Nesse período não houve acesso ao custeio, comercialização e indústria no Pronaf Agroecologia/ Único Município que acessou o Pronaf Agroecologia para a pecuária foi Cruz Machado, pois o resto utilizou o crédito para a atividade agrícola.

Assim, com base nesse contexto, o objetivo deste trabalho refere-se a problemática de haver recursos para o Pronaf Agroecologia, mas ter pouco acesso a esse crédito. Com isso o intuito do estudo é buscar compreender os motivos pelos quais os agricultores familiares do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu não acessam a essa linha de crédito sendo que há recursos disponíveis. Na sequência será apresentada a metodologia que esta pesquisa utilizou, mostrando os passos a serem seguidos na obtenção de informações para a busca de respostas ao problema de pesquisa estabelecido.

5 AS CONDIÇÕES DE ACESSO DOS AGRICULTORES FAMILIARES ÀS LINHAS DO PRONAF QUE ESTIMULAM A PRODUÇÃO AGROECOLOGIA NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DA CANTUQUIRIGUAÇU

O estudo aqui apresentado tem como objetivo geral analisar as condições de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, no que tange ao estímulo para a produção agroecológica. Neste capítulo o foco está na análise dos limites e potencialidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, destacando o acesso para a Agroecologia. Para tal, primeiro procurou-se entender os fatores chave que influenciam o acesso ao Pronaf a nível nacional, grandes regiões e territorial. No texto é delimitada a região Sul, dentro dessa o Estado do Paraná e nesse o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu.

Segundo ITCG³⁸ (2008) esse território contém uma diversidade de agricultores, contando com assentamentos rurais, acampamentos de sem terras, comunidades quilombolas certificadas, áreas indígenas demarcadas e não-demarcadas (conforme ANEXO 1) e outros agricultores familiares. De acordo com CONDETEC (2004) nesse território há os Movimentos dos agricultores Sem Terra (MST), Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), Sindicatos dos trabalhadores Rurais, Sindicato Rural e o próprio CONDETEC³⁹.

Em relação à obtenção de recursos financeiros do crédito rural para os agricultores familiares e não familiares, de acordo com os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2018, B) no ano de 2017, no Território houve 5.530 estabelecimentos que obtiveram recursos (22,32%), enquanto 19.251 não obtiveram (77,68%). Em relação à finalidade de uso desses recursos, 55,33% foram utilizados para custeio e 40,13% para investimentos, 3,85% para manutenção e 0,67% para comercialização. Em relação aos programas utilizados para acessar o crédito no território, o maior acesso é pelo Pronaf, conforme pode ser observado na tabela 19:

³⁸ Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná

³⁹ O Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (Condetec) foi criado em 2004 por órgão governamentais e não. Com objetivo de este ser o órgão gestor do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Por isso este engloba a participação de todos os municípios e a sociedade no processo de elaboração de ações que visem desenvolver este território. A sua sede é localizada em Laranjeiras do Sul, por ser cidade Polo do Território, na estrutura da Associação dos municípios da Cantuquiriguaçu.

Tabela 19 - Número de estabelecimentos agropecuários por financiamento/empréstimo nos municípios do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2017.

Município	Proinf	Pronaf	Pronamp	assentamentos (INCRA)	Programa fomento	Terra forte e terra sol	Outro programa
Campo Bonito (PR)	-	36	3	-	-	1	12
Candói (PR)	-	194	12	2	-	-	15
Cantagalo (PR)	1	134	10	-	2	-	19
Catanduvas (PR)	-	106	29	-	-	-	19
Diamante do Sul (PR)	-	37	4	-	-	-	3
Espigão Alto do Iguaçu (PR)	-	35	1	-	1	-	8
Foz do Jordão (PR)	-	34	-	-	-	-	2
Goioxim (PR)	1	94	26	-	-	-	7
Guaraniaçu (PR)	-	89	22	-	-	-	20
Ibema (PR)	-	29	2	-	-	-	1
Laranjeiras do Sul (PR)	-	209	58	-	2	-	19
Marquinho (PR)	-	67	14	-	-	-	15
Nova Laranjeiras (PR)	-	222	31	-	2	-	17
Pinhão (PR)	-	52	13	1	-	-	22
Porto Barreiro (PR)	-	34	3	-	-	-	3
Quedas do Iguaçu (PR)	-	163	3	5	1	1	7
Reserva do Iguaçu (PR)	-	101	13	27	2	-	6
Rio Bonito do Iguaçu (PR)	4	231	17	-	-	-	43
Três Barras do Paraná (PR)	-	357	34	1	-	-	8
Virmond (PR)	-	93	5	-	-	-	4

Fonte: Adaptado pela autora dos dados do Bacen, 2018, B.

Com é possível notar a maior parte dos estabelecimentos acessou recursos do Pronaf. No caso dos outros programas menos acessados, o que teve maior acesso foi o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), após outros programas (Federal, estadual ou municipal), seguidos de Assentamento (INCRA). Os programas menos acessados foram o Terra Forte e Terra Sol, após Proinf, Programa de Fomento e Assentamento (INCRA).

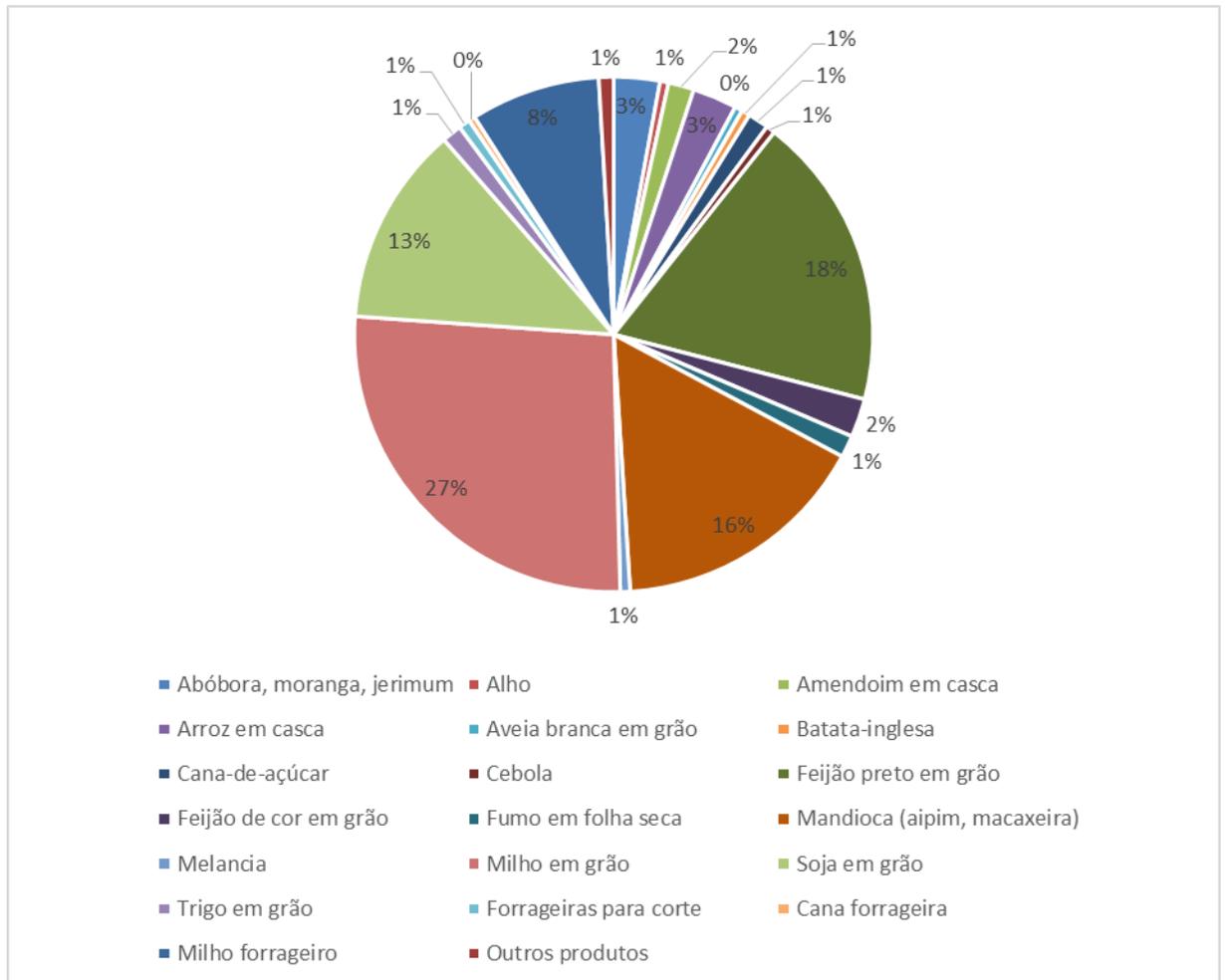
De acordo com o CONTEDEC (2004) esse território teve um crescimento significativo na quantidade de contratos efetivados do Pronaf, na modalidade de custeio e investimento, entre os anos de 1998 a 2003. Destaca-se que o custeio era mais acessado pelos municípios em comparação com o investimento. Segundo CONTEDEC (2011), conforme o documento Plano safra de 2010 a 2013, durante as safras de 2006/2007 até a 2008/2009 houve crescimento do volume de recursos, após começou uma queda do valor obtido. Em relação a quantidade de contratos, a queda começou a partir da safra de 2007/2008.

Quanto ao acesso das linhas do Pronaf, conforme o documento Plano safra de 2010 a 2013 (CONDETEC, 2011) os agricultores assentados acessaram as linhas C, D e E por estarem mais acostumados e pelos valores disponibilizados serem maiores, por isso há pouca demanda pelas linhas A e A/C. Isso também é verificado em algumas linhas como no caso Pronaf Mulher e Pronaf Jovem. Segundo a mesma fonte (CONDETEC, 2011), com informações extraídas dos agentes financeiros, os motivos que podem ser elencados para explicar o pouco acesso são resultados: “falta de informação”, “conscientização sobre essas linhas de crédito”, “documentação e taxa de juros semelhantes às linhas normais” e “mais habitual fazer as linhas normais”. Dessa forma há um desconhecimento da linha e dos benefícios que essa pode proporcionar aos seus envolvidos, também os agricultores e agentes financeiros estão acostumados a realizar os financiamentos na mesma linha.

Conforme CONDETEC (2011), os agricultores estão endividados mesmo com renegociação da dívida com os agentes financeiros. Isso está interligado com a obtenção dos recursos, pois o crédito do custeio é mais acessado para as culturas de milho, feijão, soja e pastagem, enquanto a linha do investimento é para a comercialização do leite, máquinas e equipamentos. Essas atividades citadas são as mais utilizadas pelos agricultores, porém apresentam problemas que impactam diretamente na renda final do agricultor, como problemas climáticos na lavoura, preços elevados, dependência dos insumos externos, baixo preço das *commodities*. Vale ressaltar que os alimentos produzidos para o autoconsumo dos agricultores são na maior parte diferentes dos destinados para a comercialização, com algumas exceções como o leite. Os alimentos para o consumo desses agricultores são provenientes da atividade pecuária (carne, leite e ovos), e da atividade agrícola (grãos, mandioca, hortaliças, frutas e plantas medicinais).

As informações do parágrafo anterior estão de acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2018, B). Conforme essa fonte (IBGE, 2018, B), em 2017 a maior parte dos estabelecimentos cultivavam milho, feijão preto em grãos e soja. O interessante é que teve a presença da mandioca como a terceira variável mais cultivada pelos estabelecimentos, seguida por soja, como demonstrado no gráfico 5.

Gráfico 4⁴⁰ - Números de estabelecimentos Agropecuários (em valores relativos) por produtos da lavoura temporária, 2017.



Fonte: Elaboração própria da autora (2018) com dados do IBGE (2018, B).

Como observa-se no gráfico 5 são várias as culturas desenvolvidas na região, mas aquelas que estão presentes na maior parte dos estabelecimentos são milho em grão, feijão preto em grão, mandioca e soja.

Como consta na seção anterior, os dados secundários apresentados no capítulo sobre o Pronaf, não há acesso no território à linha de crédito do Pronaf Agroecologia no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, por isso este trabalho buscou fazer uma investigação de motivos que podem explicar o porquê de não haver acesso a esse crédito na região. Compreendemos ser importante entender, pois é uma linha com recursos disponíveis, mas como há pouco

⁴⁰ Como eram diversos cultivos foram selecionados aqueles que eram cultivados por mais de 100 estabelecimento, por isso foram retirados os cultivos de abacaxi, Centeio em grãos, Cevada em casca, Colza (canola), ervilha em grãos, fava em grãos, feijão fradinho em grãos, feijão verde, gergelim, girassol (semente), melão, sorgo vassoura, tomate rasteiro (industrial), trigo preto em grãos, tritcale em grãos e sorgo forrageiro.

acesso no Brasil e nenhum acesso na região, cabe-nos compreender os motivos para esta situação.

No Brasil observa-se que no Estado da Paraíba existe um acesso significativo para a linha da agroecologia dentro do Pronaf. Conforme informações obtidas no site do Governo da Paraíba (2018), nesse estado o governo desenvolve ações para incentivar a produção orgânica. Essas ações envolvem uma gestão unificada entre a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (Emepa), Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (Interpa) e Emater, ligados a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca (Sedap). Conforme a fonte pesquisada, essa gestão proporcionou a formação complementar dos extensionistas, a inserção dos agricultores no PAA e PNAE, o fornecimento de cursos de capacitação pela Emater com duração de 3 anos para os agricultores. Ressalta-se que ainda há outras ações do governo estadual da Paraíba para fortalecer a agricultura familiar, como a realização de Encontros da Juventude Rural, de modo a proporcionar um momento para conhecer as experiências e propiciar discussões sobre as Políticas Públicas. Além disso há o Projeto Eco produtivo, que contempla assentamentos e comunidades quilombolas através da promoção da sustentabilidade na sua produção e melhoria das condições socioeconômicas dos agricultores familiares.

No contexto da realidade do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, esse estudo pretende entender as linhas de crédito voltadas para a dimensão social e ambiental que têm pouco acesso no país e nenhum acesso na região. Quanto ao levantamento dos dados primários, inicialmente foram obtidas informações com agricultores familiares, visando entender os motivos por que esses não acessam a linha de crédito voltada para a agroecologia. A estratégia utilizada para obter essas informações foi a participação em feiras e eventos promovidos na região, tendo sido visitadas as seguintes: Exporvir, Fesa e Festa do agricultor e Motorista.

A 2ª Feira Agropecuária e Encontro de Criadores de Caprinos e Ovinos do Território da Cantuquiriguaçu (Exporvir) foi realizada entre os dias 18 e 19 de maio, no Município de Virmond, a ênfase do evento era nas atividades Agropecuárias, caprino e ovinos. Por isso no evento havia três divisões: Turismo e gestão pública; Gado leiteiro; Caprinos e Ovinos, os quais eram promovidos em diferentes locais dentro da cidade. Mesmo com esse foco, no evento foram localizados produtos orgânicos na seção de caprinos e ovinos, estando presente uma família de produtores orgânicos. Essa família ao ser entrevistada demonstrou não conhecer a linha de crédito Pronaf Agroecologia e ao tomar conhecimento do que se tratava

mostrou interesse em acessar. No diálogo ficou evidenciada a necessidade desse recurso para investir em sua Agroindústria com produção orgânica.

O segundo evento visitado foi a 6^o Feira Regional de Economia Solidária e Agroecologia (FESA), a qual aconteceu no dia 19 de maio, no Município de Laranjeiras do Sul. A ênfase do evento era a comercialização de produtos agroecológicos, coloniais, artesanatos e troca de sementes. Nesse evento foi possível entrevistar 10 grupos de agricultores familiares, os quais foram escolhidos de forma aleatória, utilizando como critério uma pessoa por grupo.

O último evento visitado foi a festa do agricultor e do motorista, que ocorreu nos dias 28 e 29 de julho no Município de Cantagalo. Como o foco desse evento era o encontro dos produtores de leite, não havia estímulo para a produção agrícola, por isso acabou não sendo encontrado nenhum agricultor orgânico durante o evento. Como a acadêmica já havia se deslocado para o município, para aproveitar a viagem, dirigiu-se para a Feira do Agricultor desse município, local em que encontrou um agricultor orgânico.

Vale destacar que na festa do agricultor e motorista havia, no local de inscrição, cartilhas do Pronaf. Além disso, os responsáveis demonstraram interesse em incentivar a produção orgânica através de cursos. A justificativa para essas ações por esses atores é que no município há apenas um agricultor certificado e 2 em transição para a produção orgânica.

Assim, nos três eventos foram realizadas 12 entrevistas com agricultores familiares. Em relação ao perfil dos entrevistados, a primeira observação é de que dez deles residem no território, provenientes dos municípios de Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Pinhão, Rio Bonito e Cantagalo, enquanto dois eram de outros municípios (Laranjal e de Palmital, respectivamente). Quanto a idade dos entrevistados, observa-se que havia agricultores de 22 a 63 anos. Na Tabela 19 estão apresentadas as idades dos entrevistados.

Tabela 20 - Distribuição de frequência em escala 1 a 5 dos agricultores entrevistados do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2018.

Idades	Frequência absoluta	Frequência relativa	Frequência acumulada
0 – 5	-	-	-
6 – 11	-	-	-
12 – 17	-	-	-
18 – 23	1	8,33%	8,33%
24 – 29	1	8,33%	16,67%
30 – 35	2	16,67%	33,33%
36 – 41	2	16,67%	50,00%
42 – 47	1	8,33%	58,33%
48 – 53	2	16,67%	75,00%
54 – 59	2	16,67%	91,67%
60 – 65	1	8,33%	100%
Total	12	100%	100%

Fonte: Elaboração própria da autora, 2018.

Observa-se que teve uma distribuição semelhante entre as faixas estabelecidas, sendo que metade dos entrevistados têm idade até 41 anos e a outra metade acima disso. Com isso há presença de agricultores tanto mais jovem como mais velhos no campo. No que tange ao gênero, 75% dos entrevistados são do sexo masculino.

Em relação à forma de aquisição da terra, dentre os entrevistados há agricultores familiares com títulos de propriedades, assentados, acampados e moradores de terras indígenas. Essa diversidade está de acordo com o anexo 1 que mostra as diferentes realidades de agricultores dentro do Território. Quanto ao tamanho das Unidade de Vida e Produção Familiar (UVPF) estas variam de 3,63 ha⁴¹ a 60 ha.

Nas entrevistas realizadas na FESA, a maior parte dos agricultores demonstrou interesse pela linha de crédito do Pronaf Agroecologia. Dos 12 agricultores pesquisados, um tentou acessar durante 4 anos esse recurso, mas o entrevistado concluiu que não havia interesse do banco em fornecer essa linha de financiamento. Dessa forma teve que optar em financiar pelo Pronaf (Custeio e/ou Mais Alimentos) em outro município.

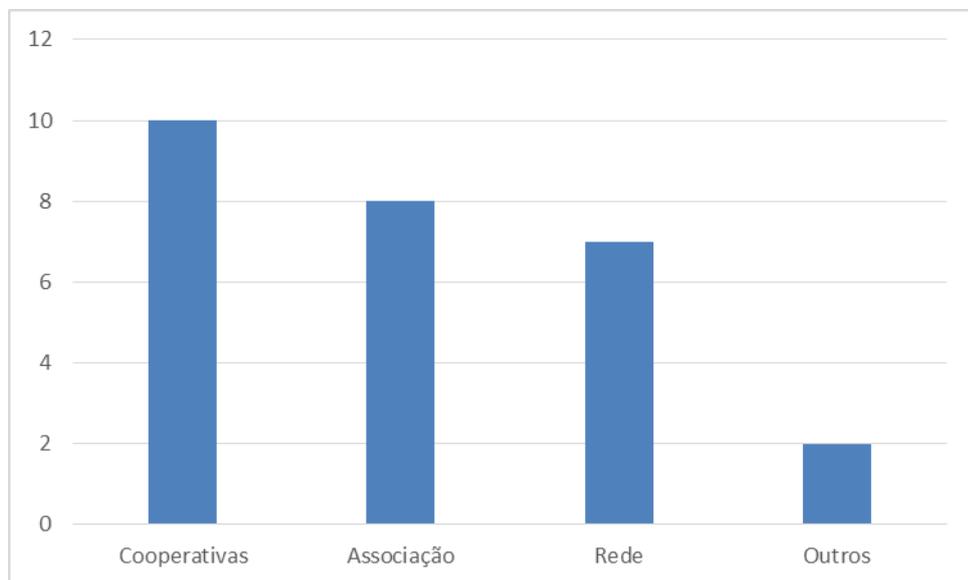
Uma curiosidade aconteceu, em uma das entrevistas, com uma agricultora durante a FESA: após ser questionada pela acadêmica, e como havia um funcionário de uma instituição financeira próximo, a agricultora chamou a atenção desse agente financeiro sobre o fato de

⁴¹ O menor tamanho era 3,63 ha, está refere-se ao tamanho programado dos lotes para dividir entre os acampados quando ocorrer o assentamento.

nunca ter lhe informado sobre a existência da linha do Pronaf Agroecologia. Além dessa entrevistada, houve ainda outros quatro agricultores familiares entrevistados que disseram desconhecer essa linha de financiamento. Houve também dois entrevistados que mencionaram não ter interesse na obtenção de recursos via Pronaf, pois um alegou que a burocracia é muito grande para o acesso e outro manifestou que os juros são muito altos nestas linhas.

Em relação à organização coletiva dos agricultores entrevistados, no gráfico 6 constam as informações sobre como estão estruturados:

Gráfico 5 - Organização dos agricultores entrevistados em grupos no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2018.



Fonte: Elaboração própria da autora, 2018.

É importante destacar que todos os entrevistados na FESA são agricultores que se organizam de modo coletivo, assim naturalmente os resultados da entrevista apresentam estruturação prioritária em cooperativas, associações, redes e grupos. Dos entrevistados 83,33% estão organizados em cooperativas. Destaca-se que foram citadas diferentes cooperativas de produção e um agricultor mencionou uma cooperativa de crédito. A participação em associação foi mencionada por 66,66% dos entrevistados. Em relação à participação em redes 58,33% dos entrevistados citaram que fazem parte da Rede Ecovida ⁴².

⁴² Uma rede constituída pela união de associações, cooperativas, Agroindústrias, comércio e atores envolvidos com a Agroecologia. Esta forma núcleos em cada região para proporcionar momento para seus envolvidos com troca de informações, experiências, produtos e esta rede possibilita a certificação participativa. Dessa forma essa rede incentiva a produção e comercialização de produtos orgânica e Agroecologia

Apenas 16,66% se encaixaram nos outros, sendo esses os agricultores que fazem parte de algum Grupo que não se enquadravam como cooperativa, associação ou rede.

Em relação à produção desenvolvida nas propriedades dos agricultores entrevistados, no Quadro 9 é possível visualizar as culturas:

Quadro 11 - Produção Agropecuária das UVPFs dos agricultores entrevistados do Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, 2018.

Atividade	Agrícola							Pecuária
Classificação	Folhosa ⁴³	Tuberosa ⁴⁴	Florífera ⁴⁵	frutas ⁴⁶	Leguminosa ⁴⁷	Condimento aromático ⁴⁸	Poaceae ⁴⁹	Bovinocultura ⁵⁰
Cultura	Alface Almeirão Repolho Rúcula	Cenoura Beterraba Batata Doce Mandioca Batata	Brócolis Couve flor	Tomate Banana Laranja Pokân Amora Laranja Abacate Mamão	Feijão Amendoim	Cebolinha Salsinha	Arroz Milho Pipoca	Leite e derivado (queijo, doce, requeijão, manteiga)

Fonte: Elaboração própria da autora, 2018.

Observa-se que o grupo de frutíferas tem maior quantidade de produtos cultivados. Isso pode-se dar por ser a maioria cultivos nativos (oriundos de produção permanente), o que resulta em menores custos de manutenção, facilitando a produção. Enquanto as outras são culturas temporárias exigindo maiores investimentos para seu cultivo.

Nas entrevistas observou-se que a produção orgânica ocupa parte da unidade produtiva, havendo o consórcio com atividades não orgânicas, sendo que aproximadamente 42% dos entrevistados possuem selo de produção orgânica.

Quanto à comercialização a maioria mencionou que a produção é destinada principalmente para o comércio local. Havendo alguns agricultores que vendem para fora da região, em municípios como Londrina, Maringá, Guarapuava e Curitiba. Nas formas de comercialização, a mais utilizada é a feira livre conforme pode ser observado no gráfico 7.

⁴³ Plantas que tem folhas largas.

⁴⁴ Raízes consumidas com base nutritiva alta.

⁴⁵ Plantas que contém flor.

⁴⁶ Plantas com frutos.

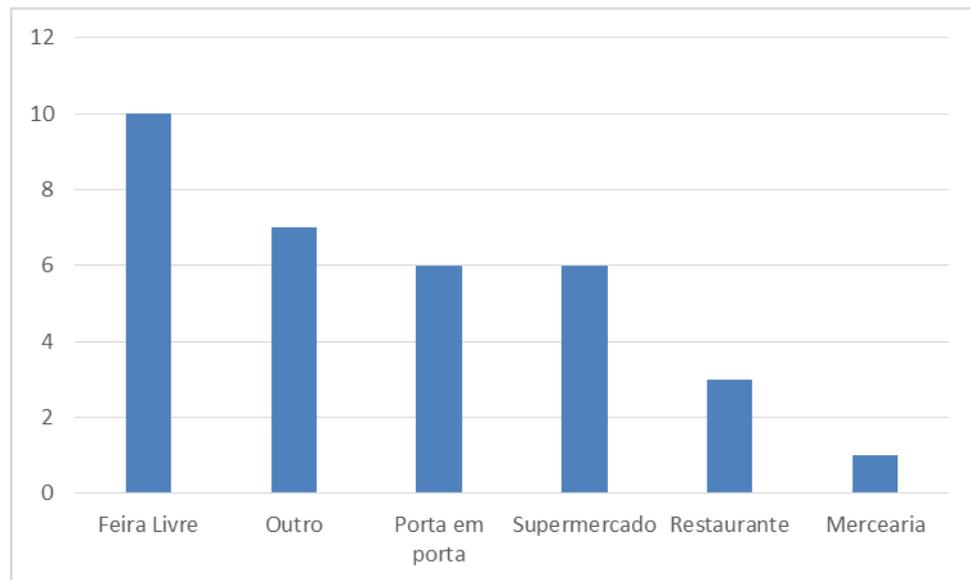
⁴⁷ Vagens com grãos.

⁴⁸ Contém um sabor natural para utilizar em outros alimentos.

⁴⁹ Grãos

⁵⁰ Leite

Gráfico 6 - Formas mais utilizadas de comercialização pelos agricultores entrevistados, 2018.

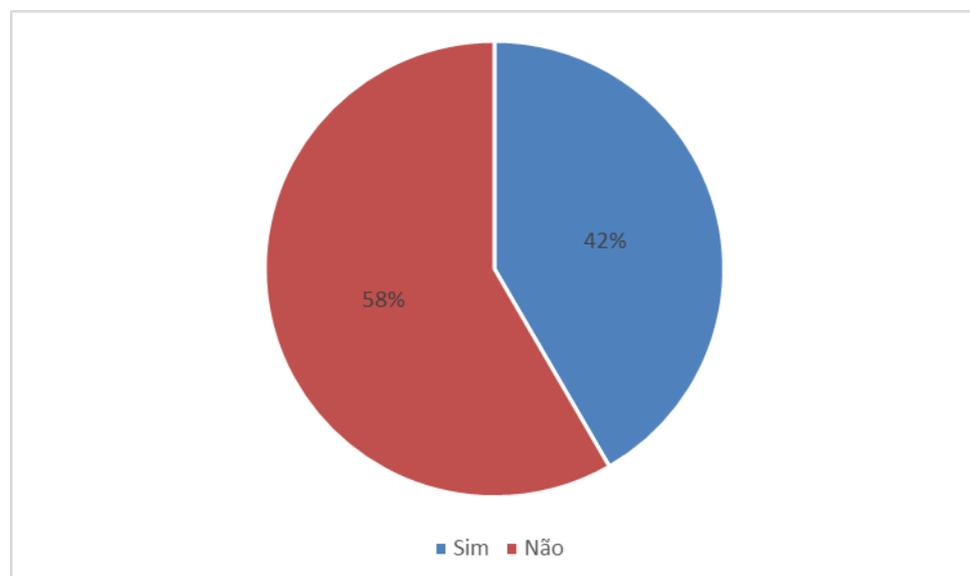


Fonte: Elaboração própria da autora, 2018.

Conforme o Gráfico 7, a maior parte dos agricultores comercializa sua produção em feiras livres. A alternativa *outro* diz respeito à comercialização via Programas do Governo, como PAA e PNAE, casas de produtos naturais e laticínios.

A maioria dos entrevistados que acessam as políticas públicas (66,66%), citaram que acessaram o PAA, PNAE (58%) e o Pronaf (33,33%) visando ter condições de renda da família. Em relação ao acesso do Pronaf observou-se os seguintes resultados.

Gráfico 7 – Percentual de agricultores entrevistados que acessam ao Pronaf (Custeio/Mais Alimentos), 2018.



Fonte: Elaboração própria da autora, 2018.

Como observa-se no gráfico 8, a maior parte dos agricultores não acessam ao Pronaf e os motivos identificados foram os seguintes: não têm Declaração de Aptidão ao Pronaf (ADAP), início da UVPF, receio do endividamento, acessou muitos anos atrás e atualmente não tem mais interesse. Os agricultores que utilizam o Pronaf destinam o recurso para o investimento na sua UVPF, financiando máquinas, equipamentos, infraestrutura, animais e grãos para atividades agropecuárias, como bovinocultura, milho e seda⁵¹. Vale ressaltar que a seda é produzida por apenas um agricultor de Palmital.

Quando perguntados sobre o acesso à linha de crédito do Pronaf Agroecologia, observou-se que não houve acesso pelos agricultores entrevistados, o que está de acordo com a verificação de dados secundários da seção anterior. Dois dos agricultores entrevistados afirmaram que sabiam da existência da linha, o primeiro tentou acessar a linha de crédito em 4 anos em uma instituição financeira. Esse agricultor mencionou que o agente financeiro não tinha informação sobre essa linha do Pronaf e que apenas conseguiu acessar o recurso do Pronaf (Custeio e/ou Mais Alimentos) em outra instituição financeira. O segundo agricultor, por estar acampado, não tinha ADAP, que é um dos requisitos do Pronaf e mencionou que quando tiver seu lote tem interesse em acessar a linha.

Os motivos apontados pelos agricultores para não acessarem a linha foram os seguintes resultados: elevada burocracia, juro alto, endividamento, falta de informações sobre a linha e as condições de acesso. Um dos agricultores apontou que a dificuldade do financiamento foi o motivo para não utilizar mais os recursos do crédito.

Assim, com base nas entrevistas com os agricultores, constatou-se que há, principalmente, desconhecimento sobre a linha de crédito Pronaf Agroecologia, sendo que muitos agricultores ressaltaram que o crédito tem juros altos e burocracia excessiva, o que dificulta o acesso ao crédito. A partir dessa verificação, e com a hipótese de que novas entrevistas com agricultores resultariam em respostas semelhantes, a decisão da autora da pesquisa foi procurar as instituições financeiras que trabalham com as linhas do Pronaf, em especial da linha Agroecologia. Com esses agentes financeiros o objetivo foi entender quais são os problemas que os mesmos observam para que a linha não seja acessada pelos agricultores familiares da região.

⁵¹ Os fios da seda são produzidos por um bicho específico que é nativo do norte da China, este tipo de produção é conhecido como sericultura. Atualmente se encontra no mundo inteiro ofertando matéria prima essencial para a produção de tecidos finos para o mercado da moda.

A partir de então, entre os meses de agosto a outubro a pesquisadora efetuou contato com 5 instituições financeiras localizadas no município de Laranjeiras do Sul. Dessas, somente em quatro (4) delas foi possível realizar entrevistas com agentes financeiros que atuam diretamente com as linhas de crédito do Pronaf. Essas instituições foram denominadas com as letras A, B, C e D para preservar as pessoas que forneceram as informações, sendo que o objetivo não é expor as instituições, mas apenas compreender os limites e potencialidades do acesso à linha do Pronaf Agroecologia no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Todas as instituições pesquisadas são Cooperativas ou Bancos de crédito. Os passos dessa investigação podem ser visualizados na Ilustração 3 apresentada no capítulo da metodologia.

Para o agente financeiro entrevistado na instituição financeira A, as principais dificuldades que os agricultores têm para acessar à linha destinada à agroecologia no Pronaf estão na apresentação da documentação exigida para poder acessar o recurso. Uma vez que para acessar é preciso ter ADAP, conta na instituição financeira para destinar os recursos e cadastro no banco com bens compatíveis para gerar o limite. Nessa instituição são frequentes os casos de agricultores que não conseguem atender todas as exigências. Observou-se que nessa instituição financeira, há preocupação em analisar os motivos pelos quais houve queda na demanda pelo Pronaf nos últimos anos. No entendimento do agente entrevistado, o principal motivo para a falta de acesso são as restrições impostas pela linha, as dificuldades dos agricultores em conhecer melhor a linha de crédito e ainda a falta de ações de divulgação do banco direcionadas para os agricultores familiares em relação à linha do Pronaf Agroecologia.

Ainda na Instituição Financeira A, sobre a linha do Pronaf Agroecologia, a informação repassada foi de que nos últimos anos não houve demanda por parte dos agricultores. As linhas com maior demanda, nessa instituição, são o Pronaf Custeio (manutenção) e o Mais alimentos (investimento). Nessa instituição financeira a única demanda que tiveram nos últimos anos, em relação à linha do Pronaf agroecologia, foi após a FESA 2018, quando alguns agricultores procuraram informações⁵². Como os próprios servidores dessa instituição não sabiam muito sobre a linha, o entrevistado mencionou que procuraram maiores detalhamentos para esclarecer os agricultores.

Na entrevista junto à instituição B, as principais dificuldades apontadas pelo entrevistado para o acesso ao Pronaf são: o enquadramento do agricultor, as burocracias

⁵² Acredita-se que os agricultores que procuraram estas informações foram aqueles pesquisados pela autora na FESA 2018.

exigidas em termos de documentações, desinteresse pelas instituições financeiras em atender os agricultores familiares por serem operações com menores valores. Nessa instituição foi mencionado que o Pronaf é um programa que propicia menor rentabilidade para as instituições, por isso não faz parte do foco e das metas prioritárias das agências dessa instituição, isso acaba por constituir mais um obstáculo para acessar o programa por parte do agricultor. Assim, a dificuldade de expansão da linha do Pronaf Agroecologia está principalmente relacionada à falta de informações disponíveis para os agricultores e a falta de incentivo por parte das instituições financeiras para disponibilizar o crédito.

Em relação ao Pronaf Agroecologia, na instituição financeira B foi mencionado que não há divulgação, os agricultores desconhecem a linha e as condições de acesso, desconhecem as vantagens proporcionadas pela linha o que acaba por evitar que procurem informações. Esse agente ressalta que os departamentos técnicos, as instituições financeiras e os agricultores se direcionam em maior proporção para o recurso tradicional, o qual, no caso dessa instituição, consiste principalmente no custeio para o cultivo de milho e o investimento para a comercialização de leite. Portanto, nessa linha falta divulgação e uma popularização do seu diferencial. Destaca-se que na linha do Pronaf Custeio os agricultores não usam para a transição Agroecológica, sendo que esta poderia ser uma alternativa, conforme prevê a própria descrição da linha.

Esse agente complementa que quando não tem demanda e popularização do modelo não vai ter incentivo institucional. Os departamentos técnicos especializados por fomentar o modelo não têm demanda e como os bancos e cooperativas têm viés mais social se preocupam mais com o agricultor e o desenvolvimento sustentável, porém os bancos convencionais se preocupam com a rentabilidade e essas operações do Pronaf, que no caso da linha agroecologia tendem a ser de pequenos valores, não estão em seu foco prioritário. Nessa instituição financeira foi mencionado que não há demanda pela linha do Pronaf Agroecologia e caso tivesse o seu departamento técnico iria atrás para fornecer a linha, porém a instituição financeira não tem condições de se deslocar nas comunidades incentivando os agricultores.

No ponto de vista do agente entrevistado, isso deveria ser feito pelos departamentos técnicos de assistência dos agricultores, os quais deveriam elaborar projetos viáveis com justificativa plausível. Portanto o agente ressalta que a demanda tem que vir, pois não tem condições de ir nas propriedades criar demandas. As dificuldades do Pronaf Agroecologia, na sua opinião, seriam o desconhecimento dos agricultores e dos agentes técnicos e o desinteresse por parte dos agentes financeiros. O agente financeiro entrevistado ressalta que as instituições financeiras e os departamentos técnicos deveriam orientar o agricultor para

acessar a linha do Pronaf Agroecologia. Nesse caso o agente menciona que falta interesse público do governo em fomentar essa linha, pois se fossem criadas estruturas e suportes, a linha conseguiria cumprir o seu papel.

O agente financeiro menciona que o CONDETEC (fomentado pelo MDA) contribuía e discutia temas estratégicos para a região, porém ao longo dos anos foi enfraquecendo. Assim resultou em redução da assistência técnica e falta de programas para o território da Cidadania Cantuquiriguaçu baseados na Agroecologia. Por isso quando há agricultores interessados em discutir essa temática há “lacunas financeiras”, pois há apenas preocupação com o mais rentável para o técnico e a instituição financeira. Ainda que o agricultor perceba nessa linha uma forma de melhorar sua renda em detrimento à linha tradicional, na maioria das vezes, esse tem “medo” de mudanças por já estar habituado com as linhas tradicionais do Pronaf.

Na instituição C as dificuldades citadas para o acesso ao Pronaf por parte do agricultor foram: desconhecimento da linha de crédito e a burocracia da operação desde a obtenção da carta de aptidão até o acesso ao crédito. Em relação ao Pronaf Agroecologia, o agente entrevistado menciona que a maior parte dos agricultores não sabem o que é Agroecologia e a conservação ambiental, por isso não têm consciência de como fazer melhor. Para fazer essa afirmação, citou um exemplo que ocorreu em uma demanda para a recuperação do solo por parte de um agricultor, na qual a forma de recuperação que o agricultor sugeria era derrubando as árvores de sua propriedade. Na compreensão do agente entrevistado, não existe demanda, por não haver consciência da Agroecologia, por isso o principal item é a falta de conhecimento dos agricultores. Os estímulos da instituição seriam as linhas que essa oferta em seu portfólio para o meio ambiente, tais como a oferta do Pronaf Eco. Para esse agente as principais dificuldades de acesso ao crédito do Pronaf Agroecologia são a burocracia, licenças do IAP e a documentação geral.

Na instituição D, as dificuldades relatadas pelo entrevistado para o acesso ao Pronaf foram: a documentação necessária (cópia de matrícula, contrato de arrendamento, Serasa, Cadastro do Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), histórico de bom pagador, carta de aptidão, declaração do sindicato e Emater) enquadramento no crédito, inexistência de restrição. Esses documentos são necessários para obter o recurso público, porém os agricultores têm dificuldades de cumprir com todas as exigências. Segundo o agente entrevistado, a instituição financeira procura auxiliar o agricultor nesse processo, quando há interesse de obter financiamento.

Em relação ao Pronaf Agroecologia, o agente da Instituição D mencionou que não há demanda. Do ponto de vista desse agente a Agroecologia consiste em um meio de produção e

vida que prevê uma sintonia com a natureza, produção e consumo de alimentos saudáveis, mas continuamos inseridos em uma sociedade que segue a lógica do mercado, no qual a busca ainda é pelos resultados financeiros. O agente ressalta que existe uma “ampologia”, ou seja, todo um suporte com elementos para formar uma ideologia que tem como objetivo alinhar os agricultores, pesquisadores e inovações tecnológicas. Dessa forma há um processo de convencimento de que o meio de produção mais adequado é o convencional, por isso se deve seguir as regras do mercado e consumir insumos do “pacote tecnológico”.

Com a utilização de referências teóricas, o entrevistado argumentou que há uma construção histórica para alinhar o agricultor com o modelo do pacote tecnológico com assistência técnica e financiamento pelo crédito rural. Isso levou o agricultor a acreditar que o modo de produção da Agroecologia não é correto, havendo a compreensão de que dedicar-se a essa forma de produção é trabalhar na “contra-mão” do mercado. Mencionou que a legislação, políticas públicas, assistência técnica e o apoio do governo estão voltados para os interesses do mercado. Por isso há pouca demanda para Agroecologia, pois o agricultor, na perceptiva camponesa, persiste com o apoio de uma ONG, da universidade que faz tentativas de estimular a produção contra a lógica do mercado, porém as chances são pequenas de ter sucesso. Portanto, para a produção agroecológica há obstáculos e para a produção convencional facilidades. Os movimentos sociais lutaram para criar linhas específicas de crédito para a Agroecologia, porém há obstáculos para acessar, pois já é dificultada a linha convencional e a Agroecológica mais ainda.

Assim, na instituição financeira D não há demanda pela linha do Pronaf Agroecologia, o agente financeiro destaca que no início das atividades da instituição, financiavam a Agroecologia (em produção de mel, apicultura, cebola e hortaliças para as feiras), tendo inclusive criado uma resolução para não financiar soja transgênico, por exemplo, mas para sobreviver no mercado teve que abandonar essa perceptiva. Segundo o agente para sobreviver no capitalismo tem que aderir ao modelo capitalista. Por isso a instituição teve que aderir ao modelo convencional, constatando que se não financiasse soja transgênico não sobreviveria no mercado financeiro.

Segundo esse agente, as dificuldades na Agroecologia são o pacote tecnológico, pois as pessoas têm pouca informação sobre como produzir na perceptiva da Agroecologia, isso se replica no acesso ao crédito, pois se olhar o dossiê do crédito convencional é praticamente igual, o agricultor não está preparado a produzir na perceptiva da Agroecologia. Na Agroecologia há dificuldades de tecnologia e insumos e por pregar a autonomia da propriedade usando o máximo de recursos naturais e próprios, isto exige conhecimento de

toda a produção. Não basta produzir e comercializar de forma diferenciada para agregar valor, pois isso não viabiliza, e conseqüentemente o agricultor fica excluído e não consegue pagar o crédito.

Com as entrevistas realizadas com os agricultores e agentes financeiros ficou evidente a falta de conhecimento sobre a linha do Pronaf direcionada para a agroecologia, sendo que alguns se mostraram até surpreendidos com a existência da linha. Nas entrevistas com os agentes financeiros, foi observada a importância para esses do Pronaf Mais Alimentos, pois a instituição B mencionou que o Pronaf Agroecologia é semelhante com os critérios do Pronaf Mais Alimentos e a instituição C citou que essa linha permite realizar todo tipo de financiamento. Dessa forma, percebe-se que as instituições focam em apenas algumas linhas, dando a impressão que a escolha é decorrente da existência de maiores benefícios financeiros para as instituições no caso das linhas priorizadas. Vale ressaltar que os agentes financeiros, ao serem entrevistados, demonstraram preocupação por não estarem ofertando e/ou estimulando a linha de crédito voltada para a Agroecologia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho de pesquisa fez uma análise das condições de acesso para a produção agroecológica, junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. Para cumprir com esse objetivo foi, inicialmente, realizada uma contextualização sobre as políticas públicas para os agricultores familiares de 1996 a 2018 através de documentos, como: sites, artigos, livros, dissertação, teses. Com o intuito de contemplar as principais ações e a importância do surgimento do Pronaf para esses agricultores.

No texto são apresentadas informações sobre a atuação dos governos a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em 1996, além de apresentar características do crédito rural através dos anuários de crédito rural até 2012 e a matriz do crédito rural até 2018, encontrados na base de dados do Bacen. Essas informações permitiram a identificação dos volumes de crédito rural destinados para a agricultura familiar, no Brasil, Paraná e Território da Cidadania Cantuquiriguaçu. E enfatizar o crédito destinado para a linha do Pronaf Agroecologia.

Os dados primários para a compreensão dos dados secundários disponíveis, foram coletados em uma pesquisa que buscou entrevistar agricultores familiares e posteriormente agentes financeiros que trabalham com o Pronaf. Com isso foi possível fazer uma análise dos limites e potencialidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, no Território da Cidadania Cantuquiriguaçu, destacando o acesso para a agroecologia.

Em um primeiro momento foi realizada uma visita em feiras e eventos dentro da Cantuquiriguaçu para conhecer o público alvo desse programa: “Os agricultores familiares”. Constatou-se que na maioria dos entrevistados, esses atores sociais desconheciam a linha do Pronaf voltada para a Agroecologia e apontaram uma série de motivos. Esses direcionaram a pesquisadora para as instituições financeiras, nas quais as entrevistas buscaram complementar informações.

Constatou-se nas entrevistas, nas instituições financeiras, um alinhamento das respostas àquelas informações que os agricultores entrevistados haviam mencionado. Nos dois grupos observou-se que apresentavam pouco conhecimento em relação a essa linha. No caso das instituições financeiras os agentes apontaram elementos explicativos para mostrar os motivos pelos quais não ofertam a linha. Observou-se que os entrevistados demonstravam preocupação pelo desconhecimento, tentando justificar os motivos pelos quais as instituições não estavam ofertando a linha.

Na maior parte das instituições financeiras pesquisadas, foi dito que se houver demanda pela linha, haverá mobilização para ofertá-la. Entretanto, após as pesquisas cabe questionar: Como haverá demanda se os agricultores não sabem da existência dessa linha? A divulgação é de extrema importância para o sucesso da linha, isso é observado em uma entrevista com a instituição financeira B, na qual foi mencionado que após a FESA houve procura por parte de agricultores para entender a linha. Curioso é que nessa Feira foi o local que a pesquisadora realizou um conjunto de entrevistas sobre essa linha. Nesse contexto, surge outra indagação: “Com apenas uma entrevista em uma feira houve procura pela linha, imagine com uma divulgação das instituições?”.

Na maior parte dos agentes financeiros pesquisados foi destacado o papel da assistência técnica na divulgação da linha, pois é esse que auxilia o agricultor no momento de elaboração do projeto para acessar o Pronaf. Algumas dessas instituições também mencionaram que o governo deveria auxiliar na divulgação da linha.

Portanto percebe-se que há uma ligação entre esses elementos, pois alguns agricultores familiares indicam que as instituições financeiras não informam sobre a linha, já algumas instituições financeiras, por sua vez, atribuem a falta de divulgação a uma carência de atuação da assistência técnica e do próprio governo. Se todos cumprissem de fato o seu papel seria algo efetivo e completo como um sistema, tal como proposto por Chiavenato (2009) na Teoria Geral dos Sistemas (TGS), pois esta mostra a dependência que há entre os componentes de um sistema.

Portanto as políticas públicas são uma parte importante da composição do sistema econômico de um país, e no caso deste trabalho para os agricultores familiares. Assim, para que funcionem é preciso que sejam incentivadas pela assistência técnica, agentes financeiros e públicos (municipais, estaduais e federais) para a efetiva utilização por parte dos Agricultores familiares. Para que consiga contribuir com sua função no desenvolvimento da região e não apenas permanecer no papel.

Assim, os limites observados nessa pesquisa quanto ao acesso dos agricultores familiares à linha do Pronaf voltada para a agroecologia são: desconhecimento, falta de divulgação, receio do endividamento, desinteresse. As potencialidades ou oportunidades, por sua vez, são viabilizar a produção orgânica ou Agroecológica, segurança alimentar, preservação do meio ambiente, mercado diferenciado.

Em uma perspectiva otimista, imaginando um cenário em que todos tenham interesse que os recursos criados para a produção agroecológica sejam realmente acessados, acredita-se que isso possa acontecer quando o agricultor começar a ter conhecimentos necessários para

realizar a transição Agroecológica apoiado por assistência técnica na elaboração do projeto. Técnicos e os agentes financeiros sabendo dessa forma de produção poderiam incentivar a utilização da linha destinada ao Custeio e que prevê uso para a transição agroecológica. Após conquistada a certificação da produção com a orientação da Assistência Técnica, o agricultor poderia usufruir dos benefícios do Pronaf Agroecologia. E por fim, o governo poderia criar mecanismos que disponibilizem recursos para a assistência técnica e incentivem o uso dessa política pelos seus envolvidos, a fim de contribuir com as condições de produção e renda dos agricultores, meio ambiente, alimento sem resíduos de substâncias químicas.

Quanto aos agricultores que já possuem a certificação, a assistência técnica poderia incentivar a elaboração de projetos para o Pronaf Agroecologia, já os Agentes Financeiros poderiam trabalhar para a facilitação do processo de aceitação e contribuir com a divulgação da linha. Cabendo também ao governo a implementação e manutenção de mecanismos que contribuam para a conquista e manutenção de espaços para comercialização.

Após a finalização desse trabalho constatou-se que são necessários novos estudos, como incluindo pesquisas referentes à atuação da assistência técnica no que tange ao estímulo para que os agricultores familiares consigam acessar aos recursos destinados para a Agroecologia. A experiência do Estado da Paraíba parece dar algumas indicações de como é possível ampliar o acesso para os agricultores familiares, sendo que naquele caso, ao menos em termos teóricos o que se sabe é que há diversas instituições atuando em prol da disponibilidade de acesso aos recursos voltados para a agroecologia dentro do Pronaf.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel A.. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed, **Expressão Popular**, São Paulo, 2012.

ANVISA. **PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA Agrotóxicos: Anvisa é contrária ao PL 6299/02**. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/rss/-/asset_publisher/Zk4q6UQCj9Pn/content/agrotoxicos-anvisa-e-contraria-ao-pl-6299-02-/219201> . Acesso em 08 de novembro de 2018.

BACEN. **Anuário Estatístico do Crédito Rural de 1999 a 2012**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em 07 de outubro de 2018. A.

BACEN. **Matriz de Dados do Crédito Rural – MDCR**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>>. Acesso em 16 de dezembro de 2018. B.

BACEN. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/perguntasfrequenterespostas/faq_pronaf>. Acesso 07 de outubro de 2018. C.

BACEN. **Safra 2004/2005. Disponível em:** <<https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f5033.htm?fullName=11%20-%20Proagro%20Mais%20-%20Safras%202004/2005%20a%202008/2009>>. Acessa em 06 de outubro de 2018. D.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. ASCENSÃO E CRISE DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF E O GOLPE DE 2016: PODER ESTRUTURAL, CONTRADIÇÃO E IDEOLOGIA. **Economia Contemporânea**, Número Especial, p. 1-63, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

BIANCHINI, Valter. **Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015. Avanços e Desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf>. Acesso em 11 de abril de 2018.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. 2012. Disponível em: <[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agrot%C3%B3xicos%20e%20agroneg%C3%B3cio%20-%20arcaico%20e%20moderno%20se%20fundem%20no%20campo%20brasileiro%20\(Larissa%20M.%20Bombardi\).pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agrot%C3%B3xicos%20e%20agroneg%C3%B3cio%20-%20arcaico%20e%20moderno%20se%20fundem%20no%20campo%20brasileiro%20(Larissa%20M.%20Bombardi).pdf)>. Acesso em 02 de outubro de 2018.

BRASIL. **Mais 74 Territórios Rurais são incluídos em programa de desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/05/mais-74-territorios-rurais-sao-incluidos-em-programa-de-desenvolvimento>>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

BRASIL. Território da CIDADANIA INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUZIR DESIGUALDADE. 2009. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638134.pdf>> . Acesso em 05 de agosto de 2018.

BRASIL. Os 60 Territórios da Cidadania. 2008. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3697596.pdf>>. Acesso em 05 de agosto de 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao " tripé macroeconômico" e à direita liberal e dependente. **Novos estudos CEBRAP**, n. 95, p. 5-15, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n95/01.pdf>>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

BUAINAIN, Antônio Márcio. ALVES, Eliseu. DA SILVEIRA, José Maria. NAVARRO, Zander. O mundo rural no Brasil do século 21 A formação de um novo padrão agrário e agrícola. **Embrapa**, 2014.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Agricultura familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: questões para debate. **IICA**. 2006. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-5-Agricultura-familiar-agroecologica-e-desenvol-sustentavel.pdf>>. Acesso em 01 de junho de 2018.

CAGNIN, Rafael Fagundes. PRATES, Daniela Magalhães. FREITAS, Maria Cristina P. de. NOVAIS, Luís Fernando. et al. A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011 e 2012). **Novos estudos CEBRAP**, n. 97, p. 169-185, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n97/11.pdf>>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

CÂMARA. Comissão especial aprova parecer que muda legislação brasileira sobre agrotóxicos. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/559559-COMISSAO-ESPECIAL-APROVA-PARECER-QUE-MUDA-LEGISLACAO-BRASILEIRA-SOBRE-AGROTOXICOS.html>>. Acesso em 08 de novembro de 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. REFORMA AGRÁRIA Compromisso de todos. 1997. Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/compromisso_de_todos_-_governo_fernando_henrique_cardoso.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

CARLEIAL, Liana Maria Da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v29n85/0103-4014-ea-29-85-00201.pdf>>. Acesso em 02 de junho de 2018.

CARTER, Miguel. 6 ORIGEM E CONSOLIDAÇÃO DO MST NO RIO GRANDE DO SUL. Combatendo a desigualdade social O MST e a reforma agrária no Brasil. Editora Unesp. 2008. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/233593/mod_resource/content/1/Carter%20Combatendo%20a%20desigualdade%20social.pdf>. Acesso em dezembro de 2018.

CASTRO, EDUARDO RODRIGUES De. **Crédito rural e oferta agrícola no Brasil. 2008.** Tese de Doutorado - Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Viçosa, Minas Gerais, 2008. Disponível em: <<http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/112/texto%20completo.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

CAZELLA, Ademir Antonio. MATTEI, Lauro. SCHNEIDER, Sérgio. **HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E DINÂMICA RECENTE DO PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 2004.** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O365.pdf>>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica. 6** edição. Person. São Paulo. 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração Geral e Pública: Teoria e mais de 500 questões com gabarito. **Editora Elsevier**, 2009.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. **Editora Vozes**. Petrópolis, RJ, 2006.

CONDETEC. **Território Cantuquiriguaçu Paraná Diagnostico Socioeconômico. 2004.** Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/cantuquiriguacu.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

CONDETEC. **Território Cantuquiriguaçu Paraná Plano Safra Territorial 2010 – 2013. 2011.** Disponível em: <http://www.cantuquiriguacu.com.br/pdf/pst_condetec.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

CONTI, Bruno Martarello De; ROITMAN, Fábio Brener. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no programa. **Revista do BNDES. 2011.** Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3364/1/RB%2035%20Pronaf_uma%20an%C3%A1lise%20da%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20das%20fontes%20de%20recursos_P.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2018.

COSTA, Ana Monteiro. LOPES, Herton Castiglioni. PEREIRA, José Maria Dias. AREND, Marcelo. FROZZA, Mateus Sangoi. POERSCHKE, Rafael Pentado. ALBERTI, Raquel Lorensini. FILHO, Reisoli Bender. ESTEFANEL, Valduino. Economia Brasileira Contemporânea. **UNIFRA**. Rio Grande do Sul, 2012.

DELGADO, Guilherme Costa. 2 A QUESTÃO AGRÁRIA E O AGRONEGÓCIO NO BRASIL. Combatendo a desigualdade social O MST e a reforma agrária no Brasil. **Editora Unesp. 2008.** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/233593/mod_resource/content/1/Carter%20Combatendo%20a%20desigualdade%20social.pdf>. Acesso em dezembro de 2018.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do Agronegócio. Porto Alegre, RS, **Editora da UFRGS**, 2012.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. **O Pronaf na agricultura familiar: Sua criação, distribuição e principais resultados. 2013. 57 f.** Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) –

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Curso Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2013. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79225/000900902.pdf?sequence=1>>. Acesso em 15 de abril de 2018. Acesso em 05 de junho de 2018.

FETAEP. Plano Safra Plurianual da Agricultura Familiar 2018/2019.

FETRAF-SUL. EXECUÇÃO DE PROJETOS EM PARCERIA COM GOVERNO FEDERAL. 2016. Disponível em:

<<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=11075376&codPapelTramitavel=55495567>>. Acesso em 07 de outubro de 2018.

FINATTO, Roberto Antônio; SALAMONI, Giancarla. AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA: PERFIL DA PRODUÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS. **Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 2, 199-217. Uberlândia. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n2/a12v20n2.pdf>>. Acesso em 01 de julho de 2018.

GAZOLLA, Marcio. SCHNEIDER, Sergio. **AS DUAS “CARAS” DO PRONAF: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo?**. 2004. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/As%20duas%20caras%20do%20PRONAF,%20produtivismo%20ou%20fortalecimento%20da%20producao%20para%20o%20autoconsumo%20-%20Marcio%20Gazolla,%20Sergio%20Schneider.pdf>>. Acesso em dezembro de 2018.

GAZOLLA, Marcio. SCHNEIDER, Sergio. Qual “fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68. Piracicaba, SP. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n1/03.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

GIAMBIAGI, Fabio. 7 Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995 – 2002). 166 – 195. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. **Editora Campus**. p., 2005. A.

GIAMBIAGI, Fabio. 8 Rompendo com a Ruptura: o Governo Lula (2003 – 2004). 196 – 2017. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. **Editora Campus**. p., 2005. B.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. **Editora Atlas AS**. São Paulo. 2008.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Notícias**. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/>>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

GOVERNO DO PARANÁ. **FUNDO DE AVAL GARANTIDOR DA AGRICULTURA FAMILIAR – FAR**. Disponível em:

<<http://www.fomento.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=32>>. Acesso em 05 de novembro de 2018.

GREMAUD, Amaury Patrick. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. JUNIOR, Rudinei Toneto. *Economia Brasileira Contemporânea*. 7ª Edição São Paulo. **Editora Atlas S.A.** 2010.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/04.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2018.

HEBERLÊ, Antônio Luiz Oliveira. SICOLI, Assunta Helena. SILVA, José de Souza. BORBA, Marcos Flávio Silva. BALSADI, Otavio Valentim. PEREIRA, Vanessa da Fonseca. Agricultura familiar e pesquisa agropecuária: contribuições para uma agenda de futuro100. **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**, p. 133. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar%20_%20WEB_final%2003.2017.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006 Agricultura Familiar Primeiros Resultados**. 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2018.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006 – Segunda Apuração**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>. Acesso em 08 de julho de 2018. A.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017 - Resultados Preliminares**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em 08 de julho de 2018. B.

ITCG. **TERRAS E TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E DA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ**. 2008. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_social_A1_2008.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

LUCENA, Romina Batista de. **O PAPEL DA AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO, 1980/1998**. 2000. 156 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de pós-graduação em Economia, Porto Alegre, 2000. Disponível: <www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2547/000276725.pdf;sequence=1>. Acesso em 15 de abril de 2018.

MANFIOLLI, Marcelo Hussar. **Os Efeitos do PAA e do PNAE na Agricultura Familiar da Região Administrativa de Paranavaí**. 2014. 79 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de pós-graduação em Políticas Públicas, Maringá, 2014. Disponível em: <http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/1_Producoes_Academicas/Os_Efeitos_d_o_PAA_e_do_PNAE_na_Agricultura_Familiar_da_Regiao_Administrativa_de_Paranavai_Marcelo_Hussar_Manfiolli.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2018.

MAPA. **PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2016/2017**. 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/PAP1617.pdf>>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

MAPA. **PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2017/2018**. 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/PAP1718.pdf>>. Acesso 19 de novembro de 2018.

MAPA. **PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2018/2019**. 2018. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/copy_of_PlanoAgricolaePecurio20182019.pdf>. Acesso 19 de novembro de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7 edição. São Paulo. **Atlas**. 2010.

MATEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro Contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, p. 71-79, 2014. Disponível: <http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/publicacoes/ren-numericos_publicados/docs/ren_2014_6_lauro_v2.pdf>. Acesso 12 de abril de 2018.

MATIAS-PEREIRA, José. A ECONOMIA BRASILEIRA DIANTE DA CRISE MUNDIAL: FRAGILIDADES E PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 1, n. 2, p. 6-21, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20657/1/ARTIGO_EconomiaBrasileiraCrise.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2018.

MDA, **CADERNO PRONAF AGROECOLOGIA**. 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/CADERNO_PRONAF_AGR_OCOLOGIA_FINAL.pdf>. Acesso em 29 de junho de 2018.

MDA, **Conheça as linhas de crédito do Pronaf**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>>. Acesso em 29 de junho de 2018. A.

MDA, **Nova portaria do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf) é publicada**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/nova-portaria-do-selo-de-identifica%C3%A7%C3%A3o-da-participa%C3%A7%C3%A3o-da-agricultura-familiar-sipaf-%C3%A9>>. Acesso em 07 de outubro de 2018. B.

MDA. **Brasil Agroecologia Plano nacional de Agroecologia e produção orgânica – PLANAPO**. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico_Baixa_r.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2018.

MDA. **Brasil Agroecológico Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo 2016-2019**. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PLANAPO_2016_2019.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2018. A

MDA. **Garantia-Safra**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-garantia/sobre-o-programa>>. Acesso em 13 de novembro de 2018. C.

MDA. **HISTÓRICO**. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico>>. Acesso em 19 de novembro de 2018. D.

MDA. **Plano Safra da AGRICULTURA FAMILIAR 2016-2017**. 2016. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha_plano_safra_2016_2017_1.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2018. B.

MDA. **Relatório de balanço 2013 – 2015**. 2016. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/relatorio_de_balanco_2013_2015.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2011. C.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. **3 MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO, LUTAS POR DIREITOS E REFORMA AGRÁRIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**.

Combatendo a desigualdade social O MST e a reforma agrária no Brasil. **Editora Unesp**.

2008. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/233593/mod_resource/content/1/Carter%20Combatendo%20a%20desigualdade%20social.pdf>. Acesso em dezembro de 2018.

NUNES, Sidemar Presotto. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a ideia de Desenvolvimento Rural. Boletim eletrônico, **DESER–Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais**, 2007. Disponível em:

<<http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf>>

<<http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf>>

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. **Editora Vozes**. Petrópolis, RJ, 2007.

OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **ESTUDOS AVANÇADOS 31** (89), 2017. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0075.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 125-144, 2017. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0125.pdf>>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

PAULINO, Luís Antônio. Capítulo 10 O Plano Real e os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2000). 281-309 p. Economia Brasileira Da colônia ao governo Lula. **Editora Saraiva**. São Paulo, 2010. A.

PAULINO, Luís Antônio. Capítulo 11 O Governo Lula (2003-2006/2007-2008). 311 – 332 p. Economia Brasileira Da colônia ao governo Lula. **Editora Saraiva**. São Paulo, 2010. B

PERSON. Economia Brasileira. **Pearson Education**. São Paulo, 2011.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura

Familiar no Brasil. **RESR**, Vol. 52, Supl. 1, p. S063-S084, São Paulo, 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a04v52s1.pdf>>. Acesso em 05 de outubro de 2018.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. **Editora Intrínseca**, 2013.

PLANALTO, **LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112188.htm>. Acesso em 07 de outubro de 2018. A.

PLANALTO, **LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm>. Acesso em 07 de outubro e 2018. B.

PLANALTO. **DECRETO Nº 5.996, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5996.htm>. Acesso em 19 de novembro de 2018. C.

PLANALTO. **DECRETO Nº 8.252, DE 26 DE MAIO DE 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8252.htm>. Acesso 08 de outubro de 2018. D.

PLANALTO. **DECRETO Nº 8.736, DE 3 DE MAIO DE 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8736.htm>. Acesso em 19 de novembro de 2018. E.

PLANALTO. **DECRETO Nº 8.865, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8865.htm>. Acesso em 19 de novembro de 2018. F.

PLANALTO. **LEI Nº 11.326**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em 29 de junho de 2018. G.

PLANALTO. **LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10420.htm>. Acesso em 19 de novembro de 2018. H.

PLANALTO. **LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em 07 de outubro de 2018. I.

PLANALTO. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.999-14, DE 13 DE JANEIRO DE 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1999-14.htm>. Acesso em 19 de novembro de 2018. J.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Camponeses e Impérios Alimentares lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. **Editora UFRGS**. 2008.

REZENDE, Ricardo Pazzotti. **Uma análise das políticas macroeconômicas do governo FHC, governo LULA**. 66 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia291727>>. Acesso em 01 de junho de 2018.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio e de pesquisa em administração. São Paulo: **Atlas**, 3 edição, 2005.

ROSA, Marcelo Carvalho. **16 PARA ALÉM DO MST: O IMPACTO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS BRASILEIROS**. Combatendo a desigualdade social O MST e a reforma agrária no Brasil. **Editora Unesp**. 2008. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/233593/mod_resource/content/1/Carter%20Combatendo%20a%20desigualdade%20social.pdf>. Acesso em dezembro de 2018.

SARANDÓN, Santiago Javier. FLORES, Claudia Cecilia. Agroecología: bases teóricas para el diseño y manejo de Agroecosistemas sustentables. **Editorial de la Universidad de La Plata**. Buenos Aires, Argentina. 2014.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – CASA CIVIL. **Plano Safra da agricultura familiar 2017/2020**. 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/FINAL%2031_05_2017%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Plano_Safra_2017-2020.pdf>. Acesso em 19 de novembro de 2018.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e sociedade**, v. 21, p. 909-941, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea09.pdf>>. Acesso em 01 de junho de 2018.

TOSETTO, Eleonora Escobar. **Identificação das causas das subnotificações das intoxicações da população exposta a agrotóxicos: estudo de caso de Laranjeiras do Sul-PR**. 125f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. 2016. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/605/1/TOSETTO.pdf>>. Acesso em 02 de outubro de 2018.

VEIGA, José Eli Da. AGRICULTURA FAMILIAR E SUSTENTABILIDADE. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 13, n. 3, p. 383-404. Brasília. 1996. Disponível: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9009/5115>>. Acesso em 01 de julho de 2018.

YIN, Robert K. Pesquisa Estudo de Caso-Desenho e Métodos. Porto Alegre: **Edições Bookman**, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro da entrevista com os agricultores nos eventos.

1) Idade: _____

2) Sexo: ()feminino ()masculino

2) Município? _____

3) Tamanho da unidade de produção(em hectares)?

4) Quais são principais os cultivos na UPA?

5) Tem selo do orgânico ou está em transição para a Agroecologia?

() selo orgânico () Transição para a Agroecologia

6) Já acessou políticas públicas? Quais?

() Sim, quais? _____

() Não, porquê? _____

7)

Porque	escolheu	essa	política?
--------	----------	------	-----------

8) Já acessou PRONAF?

() Sim () Não

9) Para que finalidade acessou o PRONAF?

10) Já acessou o PRONAF Agroecologia?

() Sim () Não

a) Caso sim explique os motivos? Quanto tempo acessou?

b) E para qual finalidade utilizou o PRONAF Agroecologia (equipamentos, cultivos e outros)?

c) Qual valor acessou pelo PRONAF Agroecologia?

Caso não tenha acessado o PRONAF Agroecologia, explique o motivo de não acessar?

11) Foi indeferido ou conseguiu acessar ao crédito?

12) Conhece alguém que acessou esse programa com outra linha de financiamento?

13) A sua produção é destinada para o comércio local?

() Sim () Não, para qual cidade? _____

Qual tipo de comércio?

() Feira Livre () Feira do Produtor () Porta em porta () Supermercado

() mercearias () Restaurantes

Outros _____

b) Faz parte de uma associação, cooperativa ou rede? _____

14) Sobre o acesso aos recursos do Pronaf para a produção agroecológica quais são os principais problemas que você observa para acessar estas linhas de créditos?

Pode deixar seu telefone para contato caso haja aprofundamento da pesquisa?

APÊNDICE B: Roteiro para obter informações dos agentes financeiros.

- 1) Sobre o Pronaf geral, quais são as principais dificuldades para os agricultores acessar?

- 2) Sobre a linha do Pronaf Agroecologia, existe demanda dos agricultores referente a essa linha?

- 3) (Nome do banco ou cooperativa) tem estímulos para fornecer o Pronaf Agroecologia?

- 4) Quais são as dificuldades do Pronaf Agroecologia para o agricultor acessar?
